

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISSERTAÇÃO**

**O TICO-TICO, O NACIONAL E OS QUADRINHOS DURANTE A  
PRIMEIRA REPÚBLICA (1905-1910)**

**Luciana Gomes Lopes**

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O TICO-TICO, O NACIONAL E OS QUADRINHOS DURANTE A**  
**PRIMEIRA REPÚBLICA (1905-1910)**

**LUCIANA GOMES LOPES**

*Sob a orientação da professora*

**Mônica de Souza Nunes Martins**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestrado **em História**, no Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ

Julho/2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L864 t      Lopes, Luciana Gomes, 1986-  
              O Tico-Tico, o nacional e os quadrinhos durante a  
Primeira República (1905-1910) / Luciana Gomes Lopes.  
- Seropédica, 2021.  
              108 f.: il.

              Orientadora: Mônica de Souza Nunes Martins.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em  
História, 2021.

              1. Primeira República. 2. Nacional. 3. Imprensa.  
4. Quadrinhos. I. Martins, Mônica de Souza Nunes, 1975  
, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Programa de Pós Graduação em História III.  
Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**TERMO Nº 827 / 2021 - PPHR (12.28.01.00.00.49)**

**Nº do Protocolo: 23083.052635/2021-75**

**Seropédica-RJ, 30 de julho de 2021.**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUCIANA GOMES LOPES

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de MESTRE, no Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA, Área de Concentração em RELAÇÕES DE PODER E CULTURA DISSERTAÇÃO.

APROVADA EM 29 de julho de 2021

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Professora Doutora MÔNICA DE SOUZA NUNES MARTINS - orientadora - UFRRJ  
Professor Doutor MARCELLO OTÁVIO NERI DE CAMPOS BASILE- UFRRJ  
Professora Doutora MARIA LETÍCIA CORRÊA - UERJ

*(Assinado digitalmente em 30/07/2021 17:26 )*  
MARCELLO OTAVIO NERI DE CAMPOS BASILE  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Depth/IN (12.28.01.00.00.88)  
Matricula: 1542583

*(Assinado digitalmente em 30/07/2021 11:32 )*  
MONICA DE SOUZA NUNES MARTINS  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Depth/IN (12.28.01.00.00.88)  
Matricula: 1837247

*(Assinado digitalmente em 30/07/2021 11:09 )*  
MARIA LETÍCIA CORRÊA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 821.388.557-34

Para verificar a autenticidade deste documento entre em

<https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **827**, ano: **2021**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **30/07/2021** e o código de verificação: **Oca34a3f38**

*Para minhas avós, com todo amor*

## AGRADECIMENTOS

Não sei muito como começar a dizendo isso, mas acredito que um momento como esse não pode passar sem um enorme agradecimento para todos que me ajudaram a chegar até aqui. Toda a minha caminhada como uma mestranda foi um processo de grande aprendizagem, crescimento e amadurecimento, mas não foi exatamente fácil. Comecei a caminha em um momento difícil e isso esteve comigo durante boa parte dessa caminhada. Comecei a caminhada em um mundo normal e a encerro em outro assolado por uma vírus, mas sem perder o otimismo por dias melhores. Tentei usufruir o melhor, dar o meu melhor e minha família e amigos, assim como orientadora, a professora doutora Mônica de Souza Nunes Martins, estiveram lá quando achei que não conseguiria continuar.

Ao meu pai, mãe e irmã, sou grata pelo enorme carinho e apoio de sempre. Meus pais certamente são minha base, meu incentivo, mesmo quando eles não estão ciente disso. Obrigada a minha irmã, Alessandra, pelas horas de conversa e conselhos compartilhados sobre os desafios que ambas enfrentamos ao mesmo tempo. Obrigada aos novos integrantes da família, Laila e Marley, que no momento mais difícil, me cobriram com amor e carinho canino.

Aos meus amigos, os daqui e os de lá, obrigada por tornar minha vida mais alegre e essa jornada mais leve. A força de vocês era a minha também e sou muito grata por isso. Luana, Camila, Camila Oliveira, Diego, Marcos, Peterson, Manu e Fabrício, obrigada por tudo. Luana Lima e Gabriel Miguel, que carrego no meu coração desde a graduação, os presentes que a História me deu, obrigada por serem minha rocha, hoje e sempre. Aos meus amigos que nunca estive pessoalmente, mas que conheci graças a uma coisa chamada rede social e Daenerys Targaryen, obrigada por todo carinho e apoio. Junior, Mariana, Eduarda, Vanessa, unidos pelo amor a uma personagem, amigos improváveis, distantes, espalhados pelo Brasil, mas sempre ao meu lado.

Obrigada a minha orientadora, a professora doutora Mônica de Souza Nunes Martins, pelo apoio de sempre, pelas palavras de incentivo e pela sua enorme capacidade de tornar tudo mais fácil e mais leve. Obrigada por sua paciência e enorme compreensão. Não podia deixar de encerrar esse trabalho sem agradecer também ao professor doutor Pedro Parga que, durante parte considerável desta jornada, esteve ao meu lado, me ajudando com conselhos e ideias. Obrigada pela solicitude e compreensão.

Acredito também ser necessário um muito obrigada a todos os funcionários que atuam nos bastidores do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, especialmente pela humanidade e compreensão demonstrada num momento sombrio, de crise na saúde pública por conta do Covid-19. Por isso mesmo acredito que a última palavra em meio aos meus devaneios e agradecimentos deva ser esperança.

*O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001*

*This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance code 001*

## RESUMO

LOPES, Luciana Gomes. **O Tico-Tico, o nacional e os quadrinhos durante a Primeira República (1905-1910)**. RJ. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

O presente estudo tem por objetivo analisar os quadrinhos estrangeiros publicados na revista O Tico-Tico entre 1905 e 1910 a partir do debate sobre o nacional que ocorria no Brasil nesse período. O Tico-Tico foi a primeira revista infantil de considerável sucesso a circular pelo Brasil. Seu projeto editorial surge a partir do processo de segmentação do periódico O Malho e da crença de intelectuais como Manoel Bomfim, Luís Bartolomeu de Souza e Silva, Renato Castro e Cardoso Luís, na educação como instrumento de transformação social. Por meio de seu conteúdo, informativo, lúdico e instrutivo, a revista buscou formar aqueles que deveriam ser os futuros cidadãos brasileiros, inserindo-se no debate sobre a expansão do ensino escolarizado durante os primeiros anos republicanos. As histórias em quadrinhos publicadas na revista, especialmente as de origem estrangeira, foram os principais veículos de divulgação de um conjunto de preceitos e recomendações que tinham por objetivo a formação de um cidadão disciplinado e preparado para as relações capitalistas em desenvolvimento. O combate a preguiça, aos vícios e a valorização da escolarização, da pátria e das relações assalariadas foram algumas das ideias que marcaram presença nos quadrinhos de origem estrangeira, adaptados pelos editores da revista à realidade nacional.

**Palavras chaves:** Primeiro República, imprensa, nacional.

## ABSTRACT

LOPES, Luciana Gomes. **O Tico-Tico, the national and the comics in the First Republic (1905-1910)**. RJ. Dissertation (Master in History Degree). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

This present study aims to analyze the foreign comics published on O Tico-Tico magazine between the years of 1905 and 1910 throughout the current discussion about the national occurring in Brazil in that period. O Tico Tico was the first successful children's magazine to course around Brazil. It's editorial project came up after the segmentation process of the O Malho's journal and the beliefs of intellectuals like Manoel Bomfim, Luís Bartolomeu de Souza e Silva, Renato Castro and Cardoso Luís, in education as a tool of social transformation. Through the medium of it's informative, ludical and instrutive content, the magazine aimed to educate those who would be the future brazilian citizens, taking it's part on the debate about the schooled education during the first republican years. The comics published on the magazine, especially the foreign ones, were the main channel of disclosure about an amount of norms and recommendations that had the goal to form a citizen who was disciplined and prepared to the capitalist relations under development. The engagement against the indolence, addictions, valorization of schooling, the country and labour relations were some of the ideas that were prominent in the foreign comics that were adapted by the magazine's editors to the national reality.

**Keywords:** First Republic, press, national.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Primeira capa da revista O Malho	47
Figura 2 - O Malho anuncia a aquisição de uma Marinoni	49
Figura 3 - Le Petit Journal	51
Figura 4 - Primeira capa da revista O Tico-Tico	56
Figura 5 - Distribuição da revista O Tico-Tico em Cachoeira de Macacú	60
Figura 6 - Anúncio da Livraria Laemmert	61
Figura 7 - Grupo infantil de Santa Leopoldina	63
Figura 8 - Escola em Santo Amaro	63
Figura 9 - Colégio Colombo	64
Figura 10 - As Aventuras de Nhô Quim	65
Figura 11- O namoro, quadros ao vivo	67
Figura 12 - História sequencial de Angelo Agostini	69
Figura 13 - Buster Brown gives a surprise party for himself	70
Figura 14 - As desventuras do Chiquinho: No dia do seu aniversário	71
Figura 15 - Pedrinho e o Lobo	75
Figura 16 - As proezas do Lulu	79
Figura 17 – O coração e a inteligência	81
Figura 18 – Uma ideia de barbeiro	83
Figura 19 – O que se deve imitar e o que não se deve imitar	84
Figura 20 – Francisco, o preguiçoso	85
Figura 21 - A menina ignorante	87
Figura 22 - Os apuros de Zé Fagundes	90
Figura 23 – Mais uma sova	92
Figura 24 - Efeitos de uma chuva	94
Figura 25 - O moleque guloso	97
Figura 26 - O castigo que cai do céu	99

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>I - CONSTRUÍDO A NAÇÃO BRASILEIRA: AS DIFERENTES INTERPRETAÇÕES DO NACIONAL</b>	13
1 - O Romantismo Brasileiro: Construindo uma Nação Imaginada	15
1.1 - Uma sociedade em transformação: novas interpretações do nacional	23
1.2 – A Ciência Entra Em Cena: Otimismo e Pessimismo no Pensamento Social Brasileiro	24
<b>II - UM UNIVERSO DE (IN) FORMAÇÃO: OS PETIZES, AS REVISTAS ILUSTRADAS E O TICO-TICO</b>	33
2.1 - A Valorização Da Instrução e as Diferentes Formas De Ensino	36
2.2 - Do Malho Ao Jornalzinho das Crianças	44
2.3 – O Tico-Tico: O Jornalzinho das Crianças	54
<b>III - OS QUADRINHOS ESTRANGEIROS NO DEBATE SOBRE O NACIONAL</b>	65
3.1 - As Narrativas Estrangeiras: Entre a Autoria e o Anonimato	73
3.2 - Os Quadrinhos Estrangeiros e a Arte De Formar Brasileiros	80
<b>CONCLUSÃO</b>	101
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	103

## INTRODUÇÃO

*O Tico-Tico* foi um dos principais símbolos do processo de modernização da imprensa e enquanto circulou incorporou o cotidiano de espaços e esferas sociais reconhecidamente históricos. Seu surgimento se insere no processo de diversificação da imprensa, que desde as últimas décadas do século XIX, buscava dedicar-se a espaços cada vez mais amplos e a temas específicos sobre a educação infantil, a mulher no lar, a formação de professores, entre outros assuntos.

Publicada pela primeira vez em 11 de outubro de 1905 na cidade do Rio de Janeiro, é ainda hoje considerada a revista infantil de maior longevidade a circular pelo Brasil e uma das primeiras a trazer histórias em quadrinhos regularmente, num momento em que esse estilo narrativo começava a dar seus primeiros passos no país. Seu projeto editorial surgiu da iniciativa de intelectuais como Manoel Bonfim, Cardoso Luís, Renato Castro e Luís Bartolomeu de Souza e Silva sendo este último, proprietário e diretor da Sociedade Anônima *O Malho*. Esses intelectuais tinham em comum a crença na educação como um meio de transformação social e encontraram na imprensa um espaço de atuação política e intervenção no contexto histórico em que estavam envolvidos.

Os motivos que me levaram até esta pesquisa, certamente têm origem no meu apreço por histórias em quadrinhos e na minha relação com *O Tico-Tico*, haja vista que o jornalzinho infantil fora objeto de estudo ao longo da minha graduação. Uma vez ingressa no Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, me prontifiquei a aprofundar o meu conhecimento sobre o periódico, desta vez buscando um análise entre os quadrinhos estrangeiros por ele publicado e o debate sobre o nacional durante os primeiros anos republicanos.

Partindo da hipótese de que os quadrinhos estrangeiros vinculados ao periódico não estiveram alijados das expectativas dos editores e demandas sociais apresentadas no Brasil durante pós abolição, nos debruçamos sobre as edições da revista disponíveis para consulta online na Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional para construir nosso objeto de pesquisa. Foram um total de 185 exemplares consultados, todos eles contendo uma profusão de histórias em quadrinhos adaptadas de originais estrangeiros.<sup>1</sup> Entre as fábulas e contos de fadas quadrinizados, as histórias de mistérios ou da carochinha, privilegiamos aquelas que nos permitiram empreender um diálogo com as ideias em torno da formação da nacionalidade em curso no início do século XX, muitas dessas histórias iniciadas e finalizadas em uma única página e edição. É o caso dos quadrinhos “O Vadio e o Ladrão” e “Francisco, o preguiçoso”, publicadas ambas no ano de 1907, mas que transmitiam mensagens moralizantes de combate a preguiça e a ociosidade, não estando distante dos debates sobre a valorização do trabalho assalariado ocorrida no Brasil durante o pós abolição.

Entre 1905 e 1910 é possível encontrar uma grande quantidade de quadrinhos adaptados de originais estrangeiros, de modo que eles ocupavam parte considerável das páginas da revista, que no período variou entre 16 a 24 páginas. Ao lado disso, é importante mencionar que nossa opção pelo período entre 1905 e 1910 surgiu também de uma necessidade de reajuste do nosso objeto ao longo da pesquisa, devido a dificuldades encontradas. O caminho até essa pesquisa não se deu sem imbricações e desafios. Ao longo do trajeto, foi preciso reajustar o objeto e realinhar nossos objetivos de acordo com as circunstâncias apresentadas. Do mesmo modo, o período de pandemia mundial, ocasionado pelo COVID-19, dificultou nosso o acesso à

---

<sup>1</sup> Apesar de alguns silêncios, como nos anos de 1905 e 1908, o acervo utilizado se encontra praticamente completo e pode ser acesso através da Hemeroteca da Fundação da Biblioteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153079&pagfis=1>.

bibliotecas, bibliografias e arquivos, exigindo novas alternativas e reajustes tanto do ponto de vista da pesquisa quanto do pessoal.

Ademais, cabe mencionar que a pesquisa está dividida em três capítulos:

No primeiro capítulo, “Construindo a nação brasileira: as diferentes interpretações do nacional”, pretendemos discutir acerca das diferentes visões do nacional que nortearam o pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX e possibilitaram a construção de diferentes projetos voltados para a definição da nossa identidade nacional. A literatura romântica, o darwinismo social, o positivismo e o ufanismo, foram algumas das ideias instrumentalizadas pelos intelectuais e dirigentes políticos para compreender as demandas sociais apresentadas no período. Para compreender o posicionamento e as estratégias de ação utilizadas pelos intelectuais nacionais neste momento, partiremos da dimensão de campo intelectual desenvolvida por Pierre Bourdieu, para o autor um espaço social onde ocorre trocas e reproduções dos bens simbólicos e é regido pelas relações de lutas e estratégias que agem em seu interior de maneira específica.<sup>2</sup> O capítulo também proporciona um diálogo com Jürgen Habermas para compreender o processo de formação de uma esfera pública embrionária no Brasil durante o século XIX e da qual a imprensa fora uma grande arena de atuação dos grupos letrados comprometidos com o debate sobre o nacional.

No segundo capítulo, “Um universo de (in) formação: os petizes, as revistas ilustradas e O Tico-Tico”, buscamos uma reflexão sobre as diferentes práticas pedagógicas no Brasil do pós-abolição, destacando o papel histórico atribuído à criança, cada vez mais associada ao futuro da nação que se desejava construir. Além de propormos um debate historiográfico sobre a publicação, neste capítulo também nos debruçamos sobre seu projeto editorial, originado do processo de segmentação do periódico *O Malho* e da crença de intelectuais que gravitavam em torno de sua redação, no papel da educação como um instrumento de transformação social, num momento em que as autoridades republicanas se mostraram incapazes de solucionar a problemática da educação no Brasil.

Já no terceiro capítulo, “Os quadrinhos estrangeiros no debate sobre o nacional”, temos por objetivo investigar a maneira com a qual os quadrinhos estrangeiros publicados no *O Tico-Tico* foram adaptados à realidade brasileira, levando em consideração o debate acerca do nacional que ocorria naquele momento. Para tanto, dissertamos um pouco sobre o surgimento e sentidos atribuídos às histórias em quadrinhos, destacando também o aspecto técnico e criativo utilizado pelos desenhistas e tradutores do periódico, no processo de adaptação dos quadrinhos para uma linguagem mais compreensível e acessível ao público leitor da revista.

Por fim, acreditamos que ao situar esses quadrinhos dentro do seu contexto histórico de criação e refletirmos como eles se posicionaram em uma dada arena de disputas sobre a construção da nacionalidade, estaremos contribuindo para o desenvolvimento de uma leitura crítica desta forma de comunicação e para o enriquecimento dos estudos já existentes sobre *O Tico-Tico*.

---

<sup>2</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 191.

## CAPÍTULO I

### CONSTRUÍDO A NAÇÃO BRASILEIRA: AS DIFERENTES INTERPRETAÇÕES DO NACIONAL

Durante o século XIX a elite letrada brasileira manteve uma estreita relação com o Estado imperial e desempenhou um papel central na construção dos elementos formadores da nação e da identidade nacional. Os chamados “homens de letras”, viviam na convergência de um campo político, cultural e intelectual em constante interação e no qual cada intelectual ou grupo se inseria de maneira distinta. Não para menos, dialogavam com uma gama de conceitos, ideias, interesses e valores que se relacionava principalmente com o pensamento europeu, caracterizado pela crença no progresso e na civilização, mas tendo em vista as especificidades nacionais.

Para uma maior compreensão das tentativas de construção do elemento nacional ao longo do oitocentos brasileiro, acreditamos que o conceito de campo intelectual desenvolvido por Pierre Bourdieu apresenta-se como uma interessante ferramenta de análise para melhor iluminar a posição e o papel que os produtores culturais desempenham no mundo social. No pensamento de Bourdieu, os campos são resultados de processos historicamente construídos e como tal criam o seu próprio objeto e o seu princípio de absorção. Isso nos é importante uma vez que a compreensão da gênese social de um campo e a apreensão das necessidades específicas de seu funcionamento, permitem uma maior percepção das práticas desempenhadas por seus produtos e das obras por eles produzidas.<sup>3</sup>

Não obstante, o campo intelectual é um espaço social onde ocorre trocas e reproduções dos bens simbólicos e como qualquer campo social, se rege pelas relações de forças, lutas e estratégias que atuam em seu interior de maneira específica. Se constitui também como um espaço de circulação dos produtores de obras culturais e de estabelecimento de valores e códigos específicos que são compartilhados pelo grupo através dos esquemas de percepção e apreciação dispostos no *habitus*. Em outras palavras, enquanto o campo pode ser entendido como um ponto de vista do qual se pode captar posições produtoras de visões e percepções, o *habitus* é para Bourdieu, um esquema de estruturas mentais através das quais os agentes apreendem o mundo social.<sup>4</sup> Assim, o *habitus* é ao mesmo tempo construído pelos agentes inseridos no campo e o gerador de todas as práticas e ideologia compartilhadas por eles.<sup>5</sup>

O que caracteriza os agentes no interior do campo intelectual é o domínio de um capital cultural e simbólico que direciona os dispositivos de percepções da realidade, visões de mundo e apreensão sobre o ser social, junto com os diferentes graus de autonomia em relação ao campo de poder. No campo intelectual, o capital simbólico específico em disputa é a autoridade de produzir, impor e reproduzir uma representação legítima do mundo social, ainda que sua autonomia relativa seja reduzida uma vez que a constituição de representações legítimas é também objeto de luta do campo político.

Durante o oitocentos brasileiro, não havia ainda uma autonomia entre o campo político e intelectual, ainda em processo de separação mesmo na Europa. Também chamado de enciclopedista, o sentido atribuído a noção de intelectual nesse momento no Brasil tinha raízes no movimento iluminista do século XVIII, cuja formação segundo Dominiche de Sá, requeria um saber diversificado de ciência e artes, pois sua atividade consistia em alcançar por meio do conhecimento os resultados que fossem justos e corretos com o intuito de combater a ignorância

---

<sup>3</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 4ª edição, 2000, pp. 59-74.

<sup>4</sup> Idem. **Coisas Ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 98.

<sup>5</sup> Idem. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 191.

e o erro.<sup>6</sup> Esses ilustrados se reconheciam portanto, como uma nova “elite”, dotada de uma autoconsciência própria que os elevavam ao papel de educadores de uma nova sociedade e de representantes da verdade ou da humanidade.

Na formulação contemporânea, reconhece-se o intelectual como um criador cultural na medida que ele pode ser, no seu engajamento cívico, identificado ao patriota. Tanto essa imagem quanto sua auto representação se consolidaram, para Christopher Charle, em fins do século XIX, a partir das implicações políticas do célebre caso Dreyfus, na França.<sup>7</sup> A partir desse momento, ocorre uma conscientização entre os intelectuais que reivindicam para si o “poder simbólico e uma identidade coletiva sancionados pela aparição de um novo termo”.<sup>8</sup>

Na composição do grupo “intelectual” do Brasil, o conjunto de visões e percepções construídas pelos intelectuais está associada a posição que ocupavam no espaço social como dirigentes políticos e produtores culturais, seja da história, da literatura, em comprometimento com a construção da nação ou com os valores da civilização e do progresso contidos no projeto imperial e republicano. Em geral, eram homens bem nascidos, viajados e que se colocavam a par das ideias e estavam voltados para a construção de uma cultura válida para o país e sua incorporação e total equivalência com os padrões ocidentais. Uma vez encontrada a verdade, assumiam para si a missão de transmiti-la ao menos “esclarecidos” e por isso mesmo se sentiam como constituintes de um segmento social especial da sociedade.

Esses homens letrados desenvolveram variadas estratégias de atuação política a partir dos diferentes espaços de sociabilidade no qual estiveram associados, a exemplo das instituições culturais como o IHGB, a faculdade de direito e medicina e através de uma esfera pública em desenvolvimento que tinha na imprensa um dos principais instrumentos de intervenção na realidade social.

A noção de esfera pública suscita um debate interessante no âmbito das ciências sociais. Para Jürgen Habermas por exemplo, ela é um local de reunião dos homens privados e surge a partir do processo de esfacelamento das instituições políticas e sociais do Antigo Regime. Sua constituição está ligada a emergência dos Estados Modernos europeus, ao desenvolvimento do sistema capitalista e do sistema de informação.<sup>9</sup> Basicamente, uma esfera pública burguesa e liberal que se configura a partir da crítica literária empreendida através dos salões e cafés do século XVIII, possibilitando deste modo a formação de uma opinião.<sup>10</sup> Fraser por sua vez,

---

<sup>6</sup> SÁ, Dominiche de Miranda. **A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 28.

<sup>7</sup> O Caso Dreyfus foi uma das maiores polêmicas que dividiu a França ao final do século XIX, suscitando um amplo debate político e social em torno da acusação de espionagem feita ao capitão Alfred Dreyfus.

<sup>8</sup> CHARLE, Christopher. **O nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898)**. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPeL. Pelotas, nº 14, 2003, p. 142.

<sup>9</sup> HABERMAS, Jürgen. **Mudanças estrutural da Esfera Pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 18.

<sup>10</sup> A relação entre as categorias público e privado é de fundamental importância para compreender a teoria de “esfera pública” proposta por Habermas. Por público, o autor entende aqueles eventos que dizem respeito a todos e que, por isso, são passíveis de serem discutidos e normatizados socialmente em contraposição ao âmbito individual e privado, este último excluído do aparelho do Estado. Segundo o autor, não existe um único sentido para as categorias público e privado, pois ambas manifestam uma multiplicidade de significados concorrentes. Em sua análise, ele esclarece que ambos os conceitos são originários da Grécia antiga, onde o âmbito privado das coisas caseiras e individuais (*oikos*) era diferenciado do âmbito público da política estatal (*polis*). Esse modelo grego de esfera pública teria perpassado a Idade Média, onde suas categorias foram transmitidas até nós através do Direito Romano. Se na Grécia antiga havia uma separação entre esfera pública e privada, durante a Idade Média praticamente não havia contraposição entre essas duas categorias, uma vez que ambas aparecem como uma emanção de um único poder, ligadas ao domínio do senhor feudal. Na concepção do autor, é apenas com o advento do Estado moderno que ambas as categorias assumem um sentido específico de “esfera pública burguesa, um local onde as pessoas privadas se reúnem num público para debater de forma racional sobre assuntos como literatura e

chama atenção para a necessidade de uma concepção de uma esfera pública que valorize a pluralidade de públicos concorrentes, que não exclua de seu interior as desigualdades sociais estruturais. Neste sentido, a autora argumenta que as esferas públicas não são apenas cenários para a formação de opinião discursiva e racional, mas também um local de expressão e formação de identidades sociais.<sup>11</sup>

Para Marco Morel, o surgimento de uma esfera pública embrionária no Brasil ocorreu a partir dos primeiros movimentos liberais ibéricos em 1820. O debate promovido entre Brasil e Portugal em torno do constitucionalismo português possibilitou o surgimento de uma opinião pública que encontrou na imprensa um importante campo de legitimação. Este espaço público em transformação é também para o autor um espaço hibridizado onde conviviam diferentes formas de transmissão de informação. Ao lado dos periódicos, conviviam panfletos, manuscritos, gazetas noticiosas, praticava-se leituras coletivas em ambientes fechados e públicos. Esses hábitos remontavam uma tradição comum em sociedades com alto índice de analfabetismo, conforme foi a brasileira durante o oitocentos, o que possibilitava uma circulação maior da informação para além do principal centro cultural e político do país, na época a cidade do Rio de Janeiro.<sup>12</sup> A partir de então, a imprensa se transforma em espaço privilegiado de ação política e intervenção no mundo social, sendo também uma importante arena de atuação de grupos de letrados que em diferentes momentos se propuseram a pensar a identidade, a cultura nacional e o Estado que queria se construir.

## 1 - O Romantismo Brasileiro: Construindo uma Nação Imaginada

O século XIX no Brasil é marcado por intensas transformações no âmbito cultural e pela busca incessante de definição de uma tradição nacional que durante o Segundo Reinado foi atravessada por uma literatura patriótica que elegeu o indígena como o principal elemento nacional, pelo menos até a difusão das principais premissas do determinismo racial e climático disseminadas no país a partir da década de 1870.

Em *A invenção das tradições* (1984), Eric Hobsbawm e Terence Ranger argumentam que provavelmente não exista tempo ou lugar investigados pelos historiadores nos quais não ocorrerem tentativas de invenções de tradições locais. Essas tradições podem ser entendidas como um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica que são normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas pelos demais. A formulação dessas práticas podem ocorrer com mais frequência em momentos nos quais rápidas transformações debilitam ou destroem os padrões sociais para as quais as velhas práticas foram criadas, produzindo novos padrões com os quais essas práticas são incompatíveis.<sup>13</sup> No Brasil, a criação de uma tradição nacional esteve diretamente relacionada a construção de uma identidade e do Estado nacional.

Quanto a isso, cabe destacar que o debate sobre a “questão nacional” foi assunto recorrente na historiografia do século XX. Ainda que não seja nossa intenção esgotar o tema neste trabalho, consideramos importantes as colaborações Hobsbawm e Benedict Anderson sobre o assunto e o diálogo entre eles sobre o nacionalismo anteceder ou não a formação da

---

política”. HABERMAS, Jürgen. *Mudanças estrutural da Esfera Pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. pp. 13-41.

<sup>11</sup> FRASER, Nancy. **Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente**. Social Text, n. 25-26, 1990, p. p. 56-80. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/466240>>.

<sup>12</sup> MARCO, Morel. **As Transformações dos Espaços Públicos: imprensa, autores, políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 205-206.

<sup>13</sup> HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.9.

nação. Para os autores, a nação é uma construção moderna e recente, oriunda do desenvolvimento industrial, tecnológico e do processo de secularização do Estado.

Em *Nações e Nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade*, Hobsbawm busca abordar o conceito de nação a partir de suas transformações históricas e sociais, privilegiando as últimas décadas do século XIX. Para o autor, a nação só passa a ser uma entidade social quando relacionada a uma certa forma de Estado moderno, ou seja, o Estado-nação, haja vista que tanto o Estado quanto o nacionalismo antecederiam a nação e não o contrário.<sup>14</sup> A partir da década de 1830, o conceito moderno de nação passou a ser absorvido pelos discursos políticos, aparecendo na documentação como “princípio de nacionalidade”. Inicialmente, essa acepção política do conceito buscava uma aproximação entre o Estado e seus subordinados aos princípios difundidos pelas revoluções francesas e americanas ao final do século XVIII. A equalização entre Estado = nação = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora territoriais.”<sup>15</sup> Entre 1830 e 1880, esse “princípio de nacionalidade” se alinharia a agenda liberal e as tentativas de instituir critérios legítimos de nacionalidade para o Estado-nação por meio da língua, da religião, do território, da história em comum e da etnicidade, ainda que Hobsbawm sublinhe que esses fundamentos nem sempre eram decisivos para a formação liberal das nações. De todo modo, para alguns intelectuais liberais o desenvolvimento cultural e econômico ou mesmo a capacidade de um expansionismo estaria associado a uma noção de evolução social e histórica, sendo considerados critérios necessários para um povo ser considerado uma nação ou não.<sup>16</sup> Essa é uma observação importante, tendo em vista que as teorias sobre o progresso exerceram considerável influência no Brasil ao final do século XIX, conforme discutiremos mais adiante no capítulo.

Inserido no mesmo debate sobre construção do Estado-nação a partir de uma percepção moderna, em sua celebre obra *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, Benedict Anderson define a nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana”. Imaginada, vale dizer, assim como sua identidade nacional.<sup>17</sup> O teor imaginativo da nação se daria pela impossibilidade de conhecer individualmente todos os membros da comunidade. Sua limitação, por ter a nação fronteiras finitas, sendo um critério de distinção entre muitos grupos. Ela também é soberana, pois o nascimento do conceito nasce num momento em que ocorre um declínio dos sistemas tradicionais, baseados na ordem divina. Para o autor, é a partir da linguagem escrita e falada através da literatura ou da imprensa que os costumes, ideias e histórias compartilhadas por um povo são difundidas, engendrando uma consciência partilhada e o sentimento nacionalista.

No Brasil oitocentista, a abdicação de Dom Pedro I em 1831 e o período regencial (1831-1840) proporcionou uma efervescência marcada por intensas disputas no quadro político e pelas chamadas rebeliões regenciais que acentuaram a fragilidade política da jovem nação. A Cabanagem no Pará (1835 – 1840), a Balaiada no Maranhão (1838 – 1841), a Sabinada na Bahia (1837 – 1838), e a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835 – 1845), foram alguns dos conflitos que eclodiram durante o período, gerando um temor de fragmentação política e geográfica por partes de setores da elite do Rio de Janeiro. Não para menos, a reflexão e as instituições políticas que configuraram o Segundo Reinado se deviam em parte a turbulência vivida durante o período de consolidação do Estado Nacional, haja vista que o

---

<sup>14</sup> Idem. *Nações e nacionalismo desde 1870: Programa, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.19.

<sup>15</sup> Ibid., p.32.

<sup>16</sup> Ibid., p.48-49.

<sup>17</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.32.



“despotismo” do Primeiro Reinado e a “anarquia” foram experiências compartilhadas por parte considerável da elite política imperial. É neste sentido que Angela Alonso destaca que, a desordem vivenciada num passado recente engendrou um sentimento de temor em torno de questões centrais como a escravidão e o federalismo, alimentando a noção de que qualquer alteração de princípios poderia pôr em risco a “inércia natural do regime que custou a se estabilizar”.<sup>18</sup>

Uma vez antecipada a maioria do imperador Dom Pedro II, em julho de 1840, e encerrado o longo processo de confrontos que ameaçavam a integridade nacional, tornava-se urgente a criação de um projeto que garantisse a estabilidade da monarquia no Brasil e forjasse para o país uma cultura própria, igualmente emancipada de Portugal, apesar da manutenção de práticas que remontavam ao período colonial, a exemplo da manutenção da mão-de-escrava, dos latifúndios e da economia de exportação.<sup>19</sup>

Neste sentido, Angela Alonso argumenta que o restabelecimento da ordem e a construção de uma cultura nacional ficou a cargo sobretudo dos conservadores fluminenses ou saquaremas, reunidos em torno da figura do jovem imperador, embora a imagem da sociedade que então se construiu expressassem os valores compartilhados por toda a elite imperial do período.<sup>20</sup> Quanto a isto, vale destacar que a partir da década de 1840, através da Conciliação entre luzias e saquaremas, as principais instituições e códigos do Segundo Reinado tornaram-se consensuais, originando um arranjo que equilibrava as regiões e os partidos.<sup>21</sup> O chamado *status quo* imperial esteve mais representado através de modos de pensar do que em doutrinas propriamente ditas. Isso porque a estrutura de poder do regime, sua sociedade hierárquica e a monarquia eram uma espécie de senso comum compartilhado pela elite imperial e percebidos como a ordem natural das relações, tendo em vista que expressavam o próprio espírito do regime e seu modo de pensar representado nas práticas sociais e nas instituições políticas do período.<sup>22</sup>

No Brasil, desde a emancipação política com Portugal e ao longo do Primeiro Reinado, é possível encontrar as primeiras tentativas de articulação de uma tradição e identidade nacional a partir da fundação de espaços como Academia Imperial de Belas Artes (1826) e as faculdades de Direito de Olinda e São Paulo (1828). No entanto, é principalmente a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico, em 1838, que a tarefa de construir as bases da nação se institucionalizou pela primeira vez.

---

<sup>18</sup> ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p., 56.

<sup>19</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**. 10ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.126.

<sup>20</sup> ALONSO, Angela. op. cit., p. 43.

<sup>21</sup> Segundo Angela Alonso, a existência de dois partidos durante o Segundo Reinado atestava uma diferenciação que era não apenas regional, como também de interesses e programa. Os partidos que emergiram na cena política em 1840 tinham base essencialmente em seis províncias. O Partido Conservador abrangia burocratas e donos de terra de áreas da agricultura de exportação e de colonização antiga, estando concentrados sobretudo no Rio de Janeiro. O Partido Liberal por sua vez, era composto principalmente por profissionais liberais e proprietários voltados para a produção do mercado interno em regiões como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Ambos os partidos também tinham enraizamento na Bahia e em Pernambuco. A direção conservadora se consolidou com uma reforma constitucional a partir dos anos 1840 e suplantou os liberais tanto politicamente quanto belicamente, estabelecendo uma hegemonia jamais abalada pelos liberais, apesar do contínuo rodízio a frente das instituições do Segundo Reinado. A reforma conservadora nos anos 1840 ficou conhecida como “reação monárquica” e se configurou numa “restauração das instituições conspurcada pelo Ato Adicional de 1834. Assim, restituía-se o Conselho de Estado e o Poder Moderador dormentes durante a Regência. Centralizava-se o sistema político e mesmo repressivo. Ibid., pp. 66-67.

<sup>22</sup> Ibid., p.52.

Inspirado no *Instituto Historique* fundado em Paris em 1834, o IHGB foi uma das principais expressões do projeto imperial e tinha como principal finalidade a invenção de uma história nacional e o registro das características geográficas do país. A partir da década de 1850 o instituto configurou-se como um importante espaço de promoção e consagração da intelectualidade nacional, funcionando como um elo entre eles e os meios oficiais. O Instituto contava ainda com a presença ilustre do próprio imperador Dom Pedro II, sendo ele um dos principais entusiastas em imprimir um caráter nacional a nossa cultura, inclusive contribuindo com apoio financeiro ou auxiliando poetas, músicos, pintores e cientistas.<sup>23</sup>

Segundo Manuel Guimarães, a busca pela identidade própria da nação brasileira esboçada pelo IHGB tinha por objetivo a construção de uma visão homogênea do Brasil no interior das elites nacionais, estando em consonância com uma tradição iluminista, no qual o esclarecimento entre aqueles que ocupam o topo da pirâmide, assume a função de esclarecer o restante da sociedade.<sup>24</sup> A construção desta nação se daria portanto, num movimento dupla face, pois além da necessidade de se definir o Brasil era preciso também defender o “outro” em relação ao Brasil.

Ora, no plano interno se reconhecia a sociedade brasileira enquanto continuadora de uma tarefa civilizatória iniciada com a colonização portuguesa. Ao definir o Brasil enquanto representante da ideia do Novo Mundo, a historiografia composta pelo IHGB, trazia consigo uma marca excludente ao não considerar índios e negros como portadores da noção de civilização. O conceito de Nação operado nesse momento esteve restrito aos brancos, sem ter portanto, a abrangência que o conceito se propunha no espaço europeu no mesmo período. Já no plano externo, o “outro” era definido a partir do critério político das diferenças quanto às formas de organização do Estado, de modo que os principais inimigos externos do Brasil eram as repúblicas latino-americanas, “corporificando a forma republicana de governo, ao mesmo tempo, a representação da barbárie.”<sup>25</sup>

Não obstante, a construção de uma tradição nacional alimentou-se nesse momento tanto do repertório europeu quanto da experiência nacional, sendo esta última uma grande condicionante sobre a primeira. Isso porque a apropriação de conceitos estrangeiros foi seletiva e interessada e utilizada conforme a necessidade. Tal prática contribuiu para a formulação de uma cultura política multifacetada que reunia ideias mais avançadas do liberalismo com elementos da herança colonial. De teóricos como Guizot e Thiers, adotou-se um liberalismo moderado, que previa a hierarquização dos cidadãos, a contenção dos excessos do Poder Executivo e que demarcava os proprietários como cidadãos plenos, excluindo mulheres e crianças, os homens sem rendas e os escravos. Do mesmo modo, a orientação católica herdada da colônia foi mantida e a forma de governo monárquico era tida como a própria emanção da vontade divina. Do romantismo assimilou-se o tom arrebatado e a idealização de tipos e eventos, mas não suas características mais revolucionárias. Adotou-se portanto, a forma literária principalmente dos romances de Chateaubriand, revestindo-o de sentimentalismo e de uma forte dose de religiosidade. Esses foram, segundo Alonso, os principais núcleos que compuseram a tradição imperial e formaram a base de legitimação do *status quo* sobre a dominação saquarema.<sup>26</sup>

---

<sup>23</sup> Lilian Schwarcz argumenta que Dom Pedro presidiu um total de 506 sessões no IHGB entre dezembro de 1849 até novembro de 1889, só se ausentando em caso de viagem. Tal fato se torna relevante quando comparado a participação do monarca a Câmara, onde só aparecia no começo e no final do ano, para abrir e fechar os trabalhos. SCHWARCZ, 2009.p.127.

<sup>24</sup> GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nações e civilizações nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº 1, 1988, p.5-27.

<sup>25</sup> Ibid., p. 7.

<sup>26</sup> ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, pp. 51-65.

A emergência do movimento romântico europeu foi nesse momento um caminho considerado viável para a construção cultural da nação recém fundada, haja vista que ao mesmo tempo que fornecia concepções que permitiam afirmar a universalidade, possibilitava também a afirmação do particularismo, e portanto a identidade.<sup>27</sup> A publicação em Paris da revista *Niterói – Revista Brazilenze de Ciências, Letras e Artes*, em 1836, por um grupo de jovens que incluía nomes como Manuel José de Araújo Porto Alegre e Domingos José Gonçalves de Magalhães é considerada o grande marco do romantismo no Brasil. “Seguindo o lema “Tudo para o Brasil e pelo Brasil”, os organizadores da publicação tinham por objetivo a busca e a exaltação das originalidades locais. Dessa maneira, o gênero caminhava junto com o desejo de manifestar através da literatura os elementos próprios do jovem país, estabelecendo assim certa autonomia cultural em oposição aos cânones legados pela mãe-pátria, mas sem deixar de lado a feição oficial e palaciana do movimento.

A promoção da flora nacional foi um instrumento constantemente utilizado sobretudo pelos literatos relacionados ao IHGB como expressão da primeira originalidade brasileira e como um ponto de união do Brasil em contraposição à Europa. Ao lado do destaque dado a exuberância da flora local, o homem brasileiro - representado pelos elementos indígenas e mestiços – ocupava a partir do movimento romântico um lugar central neste contexto, pois destacava a originalidade e singularidade da nossa identidade.<sup>28</sup> Vale ressaltar, no entanto, que a ênfase dada ao aspecto paradisíaco, começou a ser moldada pelos primeiros viajantes que visitaram o Brasil durante a primeira metade do século XIX. A exaltação das peculiaridades nativas refletiu por exemplo, na prática de abandonar nomes de origem portuguesa como Sousa e Ferreira, em prol de nomes de árvores e animais nativos como Bentevi e Pitangueira.

Ainda sobre essa questão, Márcia Gonçalves destaca que a atitude e a visão de mundo romântica buscou uma espécie de consciência crítica as transformações em curso na Europa a partir de meados do século XVIII e início do século XIX.<sup>29</sup> Porém em sua corrente mais tradicionalista o movimento recuperou um passado medieval em contraposição ao Estado moderno e as contradições próprias da Revolução Industrial e da burguesia ascendente, sendo marcado por atitudes saudosistas e pelo destaque dado a temas como a pátria e o amor, a natureza e a religião, o povo e o passado concebidos como fatores fundamentais para a construção de uma consciência e sentimento nacional.<sup>30</sup> Todavia no Brasil, essa questão é um tanto mais complexa, uma vez que não houve uma Idade Média, segundo o modelo romantizado europeu, a ser recuperada.

Nos romances colonialista de José de Alencar e na poesia indianista de Gonçalves Dias por exemplo, surge a aspiração de fundar um passado mítico a nobreza recente do país e uma vez rejeitados o negro escravo e o branco colonizador, é o indígena que assume o papel de elemento mais primitivo e autêntico do país. Nas palavras de Lilian Schwarcz:

O romantismo brasileiro alcançou, portanto, grande penetração, tendo o indígena como símbolo. Na literatura e na pintura os índios idealizados nunca foram tão brancos; assim como o monarca e a cultura brasileira tornavam-se mais e mais tropicais. Afinal, essa era a melhor resposta para uma elite que se perguntava incessantemente sobre sua identidade, sobre sua verdadeira singularidade. Diante da rejeição ao negro escravo e mesmo ao branco

---

<sup>27</sup>SHWARCZ, Lilian Moritz. **As Barbas do Imperador**. 10ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.128.

<sup>28</sup> COSTA, Carlos. **A revista no Brasil do século XIX: A história de formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro**. São Paulo: Alameda, 2012. p.65.

<sup>29</sup> GONÇALVES, Márcia de Almeida. Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.) **O Brasil imperial. v. 2: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 425-465.

<sup>30</sup> BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994, p.99.

colonizador, o indígena restava como uma espécie de representante digno e legítimo. “Puros, bons, honestos e corajosos”, os índios atuavam como reis no exuberante cenário da selva brasileira e em total harmonia com ela. Como dizia Magalhães: “A Pátria é uma ideia, representada pela terra em que nascemos [...] De resto, o herói de um poema é um pretexto [...]”<sup>31</sup>

Os jornais foram o principal veículo de escoamento da produção literária brasileira durante boa parte do século XIX, principalmente devido ao seu preço mais acessível e a pouca existência de editoras especializadas em publicações de livros no país, sendo raro o romance publicado em volume sem antes ter passado principalmente pelo rodapé dos diários cariocas.

Todavia, o caminho percorrido até o estabelecimento da imprensa no Brasil foi longo. Por mais de 300 anos Portugal proibiu a produção de impressos em sua colônia na América e tampouco preocupou-se com a criação de escolas para a formação de um público leitor. A pouca e incipiente rede de ensino que chegou a existir nos tempos da colônia entrou em colapso com a expulsão dos jesuítas em 1759 e a chamada Reforma Pombalina apenas desmantelou o que poderia ter sido um princípio de educação de base.<sup>32</sup> Ancorada na crença eclesiástica sobre o perigo da leitura e da livre interpretação, a Coroa portuguesa não via com bons olhos a disseminação de livros e jornais em suas colônias, considerando-os perigosos agentes de subversão que poderiam colocar em risco sua exploração e despertar a cobiça de outras nações.

É somente nos primeiros anos do século XIX, a partir da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, que a imprensa é inaugurada no Brasil com a fundação da Imprensa Régia e a edição do primeiro periódico do Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Tendo como inspiração a *Gazeta de Lisboa*, nosso primeiro periódico tinha um caráter sobretudo noticioso, tendo como principal tarefa a divulgação dos assuntos oficiais do Estado e a transcrição de notícias de jornais internacionais.

Conforme já mencionado, Marco Morel argumenta que é somente a partir do movimento constitucional do Porto em 1820, que ocorre no Brasil a passagem de um espaço público marcado por formas de comunicação mais antigas (como as gazetas, o uso de panfletos, a prática de leituras coletivas ou feitas em praça pública) para um espaço público onde se consolidava o debate através da imprensa (nem sempre vinculada ao poder oficial do Estado) e possibilitava a formação de uma opinião pública embrionária, porém consideravelmente ativa. Essa imprensa periódica que emerge a partir do movimento constitucional português e do subsequente processo de emancipação política do Brasil não surgiu deste modo, numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma trama de transmissão já existente que continuaria presente mesmo após a consolidação de novas técnicas de impressão.

A circulação de palavras fosse ela falada, manuscrita ou impressa, não ficava deste modo restrita a fronteiras sociais, mas transbordava do rarefeito círculo de letrados, para permear em amplos setores da sociedade, embora as elites letradas detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa.<sup>33</sup> Conforme Marcello Basile, essa imprensa conheceu um desenvolvimento considerável durante a década de 1830 devido as disputas políticas em torno de diferentes projetos de nação o do processo de politização das ruas. É um momento em que o debate político transborda dos círculos palacianos e representativos para adentrar num espaço

---

<sup>31</sup> SCHWARCZ, Lilian Moritz. **As Barbas do Imperador**. 10ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 148.

<sup>32</sup> COSTA, Carlos. **A revista no Brasil do século XIX: A história de formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 79.

<sup>33</sup> MOREL, Marcos. Da Gazeta Tradicional ao Jornal de Opinião: metamorfose da imprensa periódica no Brasil In: NEVES, Lúcia Maria Bastos (Org.). **Livros e Impressos: retratos do setecentos e do oitocentos**. Rio de Janeiro EdUERJ, 2009, p. 163.

público emergente, valorizado como instância de participação e na qual o movimento da imprensa correspondia ao movimento da esfera pública no qual ela estava inserida.<sup>34</sup>

Não à toa, os jornais tinham duração efêmera e produção artesanal, além de serem carregados com grande teor ideológico e doutrinário de seus editores. Muitos desses editores estavam compromissados com a tarefa de instruir e convencer pedagogicamente o seu público, ou mesmo por agitá-lo, fosse por meio das palavras impressas ou da leitura de textos feitas em praça pública. Muitos desses aspectos podem ser atribuídos ao próprio papel social desempenhado pelos impressos do período, frequentemente relacionados às lutas de seu tempo, aparecendo e desaparecendo conforme o desdobramento dos conflitos dos quais estavam inseridos.

O folhetim foi deste modo um grande desenvolvimento dessa imprensa que vai se tornando mais variada em conteúdo e público leitor cada vez mais à procura de entretenimento. Segundo Ariane Ewald, gênero surgiu na França durante a década de 1830 e se designava ao espaço reservado para a publicação de romances fragmentados no rodapé dos jornais, estando totalmente isolados das matérias jornalísticas. No Rio de Janeiro, o gênero teve sua primeira publicação no *Jornal do Comércio*, em 31 de outubro de 1838, transformando-se em modo especialmente na década de 1840. O folhetim que inaugura a era das novelas nos jornais foi o romance *O Capitão Paulo*, de Alexandre Dumas.<sup>35</sup>

Não obstante, o folhetim foi um dos principais campos de ação da literatura nacionalista, sendo *O Guarani*, de José de Alencar, um dos grandes sucessos dos romances folhetinescos. Publicado entre fevereiro e abril de 1857 no *Diário do Rio de Janeiro*, *O Guarani* foi uma obra de suma importância para o desenvolvimento do projeto indianista tocado pela intelectualidade imperial, haja vista que carregava em si as duas tendências apontadas anteriormente sobre a formação de uma identidade nacional: a busca pelo exótico (no romance figurado pela ênfase na natureza tropical e constituição racial brasileira) e a criação da realidade a partir de padrões de uma estética europeia.<sup>36</sup> Através do romance entre Peri e Ceci, Alencar explorava o tema da miscigenação entre o indígena e o branco, destacando a exuberância da flora brasileira e valorizando o indígena enquanto verdadeiro herói nacional. Ao mesmo tempo, invocava um cenário medieval, principalmente por meio do pai de Ceci, o fidalgo português D. Antônio Mariz, que vivia em uma propriedade que tinha como modelo os castelos medievais europeus e era cercada por relações de vassalagem.<sup>37</sup>

Embora o folhetim tenha contribuído para o aumento das tiragens dos jornais e as leituras orais dos romances como *O Guarani* tenham possibilitado uma maior circulação da literatura patriótica do movimento romântico, Hélio de Seixas Guimarães destaca que o projeto literário de representação nacional possuía uma mistificação da realidade e uma compreensão bastante restritiva do país uma vez que:

[...] no nível da representação, excluía o escravo, segmento da população que constituía a força produtiva local: no nível da comunicação a exclusão era ainda maior, uma vez que a atividades literária, extremamente concentrada, atingia na melhor das hipóteses poucos

---

<sup>34</sup> BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de. NEVES, Lúcia Maria Bastos (Orgs.). **Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos**. Rio de Janeiro EdUERJ, 2014, p. 62.

<sup>35</sup> EWALD, Ariane. **Crônicas folhetinescas; o renascimento da vida moderna no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 44.

<sup>36</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**. 10ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp.137-138.

<sup>37</sup> Ver ALENCAR, José de. **O guarani**. 20ª ed., São Paulo: Ática, 1996.

milhares de leitores, auditores, reduzindo o público do romance nacional a uma pequena multidão.<sup>38</sup>

Para se ter uma ideia, embora há muito se soubesse da restrição e precariedade da instrução do país, os dados do primeiro recenseamento geral realizado em 1872 causou grande alvoroço entre círculos letrados, uma vez que possibilitou um conhecimento mais amplo da dimensão do analfabetismo no Brasil, um número aproximado de 84% da população apurada.<sup>39</sup>

Os dados do recenseamento causaram considerável repercussão sobre o Brasil letrado e todos os principais jornais publicavam os dados coletados pelo censo. Em 14 de agosto de 1876, *O Globo* reproduziu em sua primeira página um texto originalmente publicado em *A Província de S. Paulo* intitulado “Algarismos Eloquentes”, onde se apresentava alguns dados do analfabetismo revelado pelo censo seguidos pela constatação de que éramos um país de analfabetos. Em edição de 20 de agosto e através de um artigo intitulado “Estatística do Império”, o periódico *Imprensa Industrial: Revista de Literatura, Sciencia, Artes e Industrias*, declarava o seguinte:

Por menos exato, entretanto, que seja o resultado que chegou a repartição encarregada desse difícil ramo de serviço, um fato patente, provado a toda evidência e de dolorosa impressão para o país: o triste estado de ignorância, as profundas trevas em que ainda tateia, um grande parte do povo.

[...] A população escolar de 6 a 15 anos eleva-se a 1.902.454, desta frequentam escolas 320.749 crianças de ambos os sexos, e crescem nas trevas da ignorância 1.581.705!

É um fato constrictador!

(...) Educai o povo e tereis cidadãos, deixai-o na ignorância e toda a ideia de nacionalidade será um mito, nota suavíssima, porém perdida e sem eco as vastidões de um deserto.<sup>40</sup>

Além de expressar certo pessimismo quanto a viabilidade de um projeto nacional construído por meios literários, o trecho é apenas uma das muitas queixas quanto a necessidade de aprimorar e ampliar o acesso à instrução pública que foi assunto frequente na imprensa durante a década de 1870. Neste mesmo período, o ensino se tornou obrigatório no Brasil graças ao Decreto de 19 de abril de 1879, data da última reforma educacional do Império. De acordo com Costa, esse decreto foi uma consequência direta do amplo debate ocorrido entre os letrados a partir dos números divulgados pelo censo e também um reflexo do susto e da dura “descoberta de que o país não era tão dourado como se queria acreditar”.<sup>41</sup> No entanto, a marca do analfabetismo que causou grande comoção e espanto na década de 1870, nos acompanhará até pelo menos a segunda metade do século XX, com resquícios de analfabetismo funcional que se fazem sentir mesmo nos dias atuais.

Ademais, cabe mencionar que as noções muito vagas do império imaginadas pelos românticos não resistiriam às transformações vividas pelo país ao final do século XIX. O fim da Guerra do Paraguai, a abolição da escravidão e o recenseamento que revela os altos índices de analfabetismo do país, constituíram uma nova realidade que produziu grandes preocupações

---

<sup>38</sup> GUIMARÃES, Hélio de Seix. **Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19**. 2004. 438f. (Doutorado em literatura brasileira). Universidade Estadual de Campinas, p.67.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 38.

<sup>40</sup> Anônimo. Estatística do Império apud GUIMARÃES, p. 58.

<sup>41</sup> COSTA, Carlos. **A revista no Brasil do século XIX: A história de formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro**. São Paulo: Alameda, 2012. p.80.

com a imagem e autoestima da jovem nação.<sup>42</sup> Os novos desafios irão estimular a produção de novas informações e novas sínteses sobre o país e sua população. A própria exclusão dos escravos, placidamente aceita até então, começou a ser questionada pelos movimentos abolicionistas ao longo da década de 1880. Tudo isso teve enorme impacto sobre a ideia romântica de construção nacional, que se tornava insustentável e se transformava em “moda do passado” à medida que novos problemas e desafio se colocavam diante do grupo de letrados nacionais, cada vez mais preocupados com a linearidade dos processos históricos e com as ideias regidas por leis naturais.

### 1.1 - Uma sociedade em transformação: novas interpretações do nacional

As últimas décadas do XIX no Brasil foram marcadas pela combinação entre crise política e modernização econômica que permitiu a abertura de novos espaços públicos e ampliou o número de pessoas que agora deles participavam. Tal combinação possibilitou a emergência de uma nova elite profissional formada por setores heterogêneos da sociedade e que, segundo Alonso, tinham em comum a marginalização política do sistema imperial.<sup>43</sup>

Na cidade do Rio de Janeiro, na época um dos principais polos econômicos do país, ocorreu um intenso processo de urbanização, crescimento populacional e surto industrial. Não para menos, a modernização conservadora colocada em curso pelo gabinete do Visconde do Rio Branco, teve como objetivo o desenvolvimento da mão de obra técnica e da infraestrutura para a expansão das relações capitalistas no Brasil. Conforme Angela Alonso, a iniciativa fracassou em grande parte, mas foi bem sucedida em promover a expansão da comunicação a partir da implantação de ferroviárias e do telegrafo. Do mesmo modo, o desenvolvimento das técnicas de impressão permitiu o barateamento e o aumento da produção de impressos, além uma maior diversificação dos periódicos e do público cada vez mais interessado por entretenimento.

Além do desenvolvimento do sistema de transporte e comunicação, o pacote modernizador pôs em curso uma reforma do ensino superior que possibilitou o acesso às faculdades de elite de grupos sociais que não faziam parte dos estamentos senhoriais do Império e que mais tarde foram os principais contestadores do movimento político-intelectual da década de 1870. Além da criação das escolas Politécnicas e Militar (ambas surgidas da divisão da Escola Central), as faculdades de Direito e Medicina foram grandes espaços de agitação

---

<sup>42</sup> GUIMARÃES, Hélio de Seixá. **Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19**. 2004. 438f. (Doutorado em literatura brasileira). Universidade Estadual de Campinas, p.55.

<sup>43</sup> De acordo com Angela Alonso, “o debate sobre a reforma da ordem sociopolítica colonial, assentada na escravidão e na monarquia, cindiu a elite política imperial. A ala favorável à modernização da economia e do sistema político queria mudanças lentas e graduais, no sentido da abolição da escravidão, da laicização do Estado e da democratização das instituições políticas, de modo a garantir a representação das minorias. Desse lado estavam membros do Partido Conservador e a maior parte do Partido Liberal. Outros, sobretudo os conservadores “emperrados”, temiam que quaisquer reformas solapassem as instituições políticas e a hierarquia social. O confronto entre essas duas facções explicitou-se na virada da década de 1860 para a de 1870, quando os liberais se insurgiram contra as prerrogativas do Poder Moderador, e a parte moderada do Partido Conservador enfrentou os emperrados, iniciando uma reforma modernizadora. A consequência: crise nos dois partidos e esboroamento do acordo entre as facções da elite que mantinha o status quo imperial. Parte dos liberais abandonou o sistema oligárquico e acenou com a aliança para grupos marginalizados pelos partidos oficiais”, assim contribuindo inclusive para o nascimento do Partido Republicano.” - ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial – Vol. III – 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, cap. 3.

política, haja vista que tanto a política quanto o ensino superior eram duas facetas da carreira pública durante o período imperial.<sup>44</sup>

A ampliação de novos canais públicos tal como as escolas superiores, a abertura de cafés, clubes, as associações e a realização de conferências públicas permitiu a formação de novas sociabilidades e possibilitou a existência de novos espaços onde os diferentes grupos da chamada “geração de 1870” colocaram em pauta suas demandas abolicionistas e republicanas. Através desses espaços, contestava-se as principais estruturas que compunham a tradição imperial, consideradas ultrapassadas, denunciando o imobilismo do Império, a ausência de democracia e de partidos, o analfabetismo, o atraso econômico expresso no uso da mão de obra escrava, o romantismo que elegia o indígena como o grande elemento nacional e a aproximação entre Igreja e o Estado imperial.

Saídos das fissuras da crise vivida pela sociedade imperial ao final do século XIX, os membros que compunham este movimento político-intelectual tinham origens sociais heterôgenas, que incluíam tanto setores em ascensão como outros estacionários ou mesmo decadentes. Para Alonso, o ponto em comum entre grupos tão diferenciados era a partilha de uma experiência de marginalização política, marcada pelo bloqueio às instituições políticas fundamentais oriundas da longa dominação conservadora. Deste modo, os integrantes da geração de 1870 foram buscar no repertório europeu diferentes estratégias de ação política que se adequassem as suas aspirações por maior participação política, para compreender as principais demandas da sociedade brasileira do período e assim apontar caminhos para reformas ao mesmo tempo que utilizavam dessas teorias como armas para combater os princípios que justificavam os bloqueios políticos e sociais da sociedade imperial.<sup>45</sup>

Para boa parte dos intelectuais do período, ancorados numa cosmovisão laicizada, era urgente a necessidade de atualização da sociedade brasileira mediante ao modo de vida das nações ditas civilizadas, além da modernização das estruturas básicas e ao estímulo do progresso tanto material quanto cultural do país.

Tania Regina de Luca considera que talvez a geração de 1870 tenha sido a que realizou de forma mais acabada os projetos em que esteve comprometida, embora alguns contestadores deram-se conta que de que as transformações colocadas em curso não implicavam necessariamente na redenção imaginada.<sup>46</sup> Todavia, nomes como José do Patrocínio, Alberto Sales, Miguel Lemos, Silva Jardim, Clóvis Baviáqua, foram alguns dos contestadores que estiveram intimamente associados com a derrocada da ordem monárquico escravista que remontava o período colonial. Apesar das diferentes posições no campo de batalha, a maior parte dos intelectuais encontrou na ciência do período não apenas um traço diferenciador de sua formação profissional, mas também uma espécie de sacerdócio ou emblema de uma moda intelectual intimamente comprometida com a reforma da nação.<sup>47</sup>

## **1.2 – A Ciência Entra em Cena: Otimismo e Pessimismo no Pensamento Social Brasileiro**

A passagem do século XIX para o XX foi caracterizado tanto no Brasil quanto na Europa por uma grande valorização das descobertas científicas que elevou a ciência à categoria de maior manifestação da inteligência humana. A ciência nesse momento assumia a missão

---

<sup>44</sup> ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 122.

<sup>45</sup> Ibid., p. 241.

<sup>46</sup> LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N) ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 19.

<sup>47</sup> KROPF, Simone Petraglia. **Manuel Bomfim e Euclides da Cunha: Vozes dissonantes ao horizonte do progresso**. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, III (1), 80-98 Mar.- Jun, 1996, p. 82.



suprema de não apenas informar a origem e o futuro dos homens, como também a de ditar regras de bom comportamento a toda sociedade. O triunfo da mecânica, da termodinâmica, da geometria, o êxito da análise dos movimentos dos corpos celestes e da consagração do método experimental e indutivo das ciências naturais, foram alguns dos fatores que contribuíram para a enorme legitimidade atribuída à ciência com todas as suas implicações sociais, morais, físicas e políticas.<sup>48</sup>

Nos dizeres de Sá, “ciência”, “modernidade” e “progresso” estavam nesse momento relacionados a representações e imagens inseridas em um mesmo campo semântico. Era um momento no qual a ideia de progresso em tudo se aproximava da ciência, fosse pela ideia de conhecimento puro, pelo progresso técnico que a habilitava a apresentar-se enquanto bandeira da própria civilização ou pelo progresso por meio da difusão da ciência.<sup>49</sup> Não para menos, a percepção da ciência como “fonte única do progresso”, esteve presente em textos e imagens vinculadas aos livros, revistas e jornais publicados na Europa principalmente a partir da segunda metade do oitocentos.

Foi esse o momento que se assistiu publicações de estudos baseados no método científico, como a publicação de *A Origem das Espécies em 1859*, por de Charles Darwin. Obra na qual o naturalista retificou a implacabilidade da historicidade da natureza, até então compreendida como imutável e harmoniosa. No mesmo período, os procedimentos críticos de Hippolyte Taine abriam caminho para os estudos sobre o temperamento e as modificações profundas nos organismos sob a pressão do meio e das circunstâncias. Em contrapartida, a vulgarização do saber científica, ou seja, sua divulgação pública, impulsionou a proliferação do romance científico, da ficção científica, de conferências, cursos, museus e exposições que em muito contribuíram para a afirmação do imaginário triunfante do cientificismo.<sup>50</sup>

Ao lado disso, a fisiologia de laboratório desenvolvida por Claude Bernard e a revolução perpetrada por Pasteur propiciaram uma verdadeira transformação no campo da medicina. Com o advento da bacteriologia no final do oitocentos, a medicina pastorianiana gradativamente tornou-se o cerne do foco científico, engendrando e modificando conceitos no âmbito das ciências naturais ao especificar a natureza microbiana das doenças e indicar tratamentos baseadas nesse novo tipo de conhecimento científico. A medicina preventiva, baseada na microbiologia era tida como a chave principal para a resolução de todas as questões ligadas ao entendimento do universo vivo. Cabendo assim à microbiologia fornecer os elementos de “cura infalível” ou soluções profiláticas através da fabricação de soros curativos e vacinas imunizantes.<sup>51</sup>

A partir da segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, noções provindas do desenvolvimento científicos como o positivismo de Comte e o evolucionismo de Hebert Spencer adentraram no Brasil principalmente por meio de manuais e da literatura naturalista. O positivismo por exemplo, associava os princípios das ciências naturais e as teorias de mudança social com a ordem política, estabelecendo que era preciso ordem para que se estabelecesse o progresso.<sup>52</sup> Conforme Lúcia Oliveira, o positivismo destacava a identidade entre o nacional e o universal. Dentro dessa perspectiva universalista, a nação não era vista como uma singularidade. Ou seja,

---

<sup>48</sup> SÁ, Dominiche de Miranda. **A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p.109.

<sup>49</sup> Ibid. p. 112.

<sup>50</sup> Ibid. p. 111.

<sup>51</sup> Ibid., p.111.

<sup>52</sup> Ibid., p.129.

o nacional correspondia à pátria, sendo esta um prolongamento da família e por isto deveria integrar e proteger seus membros, abrangendo os direitos civis e sociais.<sup>53</sup>

Spencer por sua vez, fora muito prestigiado no Brasil, inclusive para aqueles que clamavam por uma reforma radical na educação, muito por conta de sua “lei da diferenciação”, que nada mais era do que uma “representação rebarbativa” da ideia de progresso, uma vez que enfatizava a necessidade de aperfeiçoamento dos indivíduos num campo específico de atuação.<sup>54</sup> Ao valorizar o princípio da formação científica na educação, Spencer concluía que os conhecimentos adquiridos por meio da escolarização possibilitavam uma melhoria de vida, com relação à saúde, a família, ao trabalho, tendo por objetivo o bem geral, princípios que estavam de acordo com a crença nacional no papel transformador da educação.<sup>55</sup>

Não para menos, foi a partir desse momento que os intelectuais nacionais passaram a repercutir ideias do darwinismo, da microbiologia, da revolução tecnológica e adotaram as ideias de “ciência”, “civilização” e “progresso” como estratégias para compreender a própria realidade nacional. Isso porque o alinhamento com esse imaginário alimentava as expectativas de ação social e política, por meio da possibilidade de aplicação do conhecimento científico tanto na agricultura, quanto na indústria e na própria modernização do país. Além de Comte e Spencer, teóricos como Taine, Haeckel e Renan foram figuras recorrentes no debate de ideias que tomou a intelectualidade da época. A orientação intelectual proposta por esses autores resumia-se à predominância da razão sobre os sentimentos e a uma defesa apaixonada da adoção do método científico de estudos em toda e qualquer atividade intelectual.<sup>56</sup>

Civilização e progresso eram então estágios que deveriam ser alcançados por meio do desenvolvimento material e cultural das nações. Essa nova percepção impulsionou, conforme já mencionado, as críticas direcionadas aos principais pilares da tradição imperial, tal como o nacionalismo romântico, as instituições monárquicas e escravista. Tampouco contribuía para o pessimismo que recaía sobre país no plano externo, haja vista que, conforme Schwarz, em muitos relatos estrangeiros o Brasil aparecia como um exemplo de país degenerado devido ao clima tropical e miscigenação de sua população.<sup>57</sup>

Para Giralda Seyferth, com o crescente desenvolvimento das ciências biológicas, as teorias raciais cada vez mais atribuíram importância aos fatores fenótipos como chave determinante para conformação da civilização.<sup>58</sup> As teorias raciais em voga a partir de então, advogavam que a diversidade humana - fosse ela biológica ou cultural - era produzida por meio das desigualdade entre as raças. Não obstante, por meio desse imaginário produzia-se hierarquias raciais que invariavelmente situavam os europeus civilizados no topo da pirâmide, reservando a base da mesma aos negros “bárbaros”, aos indígenas “selvagens”, cabendo aos demais as posições intermediárias.<sup>59</sup>

Neste sentido, Hobsbawm destaca que o nacionalismo vivenciado ao final do século XIX, tinha na etnia e na língua, critérios fundamentais ou mesmo únicos para a existência de

---

<sup>53</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 85.

<sup>54</sup> SÁ, Dominiche de Miranda. **A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p.130.

<sup>55</sup> GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1993. p. 110.

<sup>56</sup> SÁ, op. cit, loc. cit.

<sup>57</sup> SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 46-57.

<sup>58</sup> SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, p. 56. *E-book*.

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 57.

uma nação potencial.<sup>60</sup> Esse “nacionalismo étnico”, fora impulsionado tanto pela intensificação dos movimentos nacionalistas em impérios multinacionais como o austríaco, o russo e o turco, quanto por meio dos movimentos imigratórios e no desenvolvimento da ciência que ajudou a transformar a raça em conceito central das ciências sociais. As correntes deterministas advindas do darwinismo social, por exemplo, radicalizaram o primado das leis biológicas e geográficas, condenando a mestiçagem entre raças enquanto enfatizava que o desenvolvimento cultural de uma nação seria totalmente condicionado pelo meio.

O progresso humano seria, portanto, resultado de luta e da competição entre raças, vencendo as que fossem mais aptas ou capazes, neste caso os grupos que ocupavam o topo da pirâmide racial, cabendo aos não brancos, especialmente os negros, o desaparecimento por meio da seleção natural e social. No Brasil, essa tendência eugênica das teorias raciais, foi corroborada na crença de que a sociedade brasileira se tornaria mais branca em seus costumes e em sua cor, por meio das políticas de branqueamento da população.

Ora, se pensarmos então nos países de composição étnica heterogênea, a exemplo das ex colônias americanas, historicamente composta por uma ampla população original de ameríndio, escravos africanos e seus descendentes, talvez possamos compreender a dimensão que o debate racial assumiu no Brasil neste momento. Ao lado do negro, o indígena antes elevado ao status de herói pelo romantismo brasileiro, era agora considerado o mais inferior dentre os seres humanos. Do mesmo modo, a miscigenação colocava um grande estigma sobre os países de composição étnica diversificada. Ao passo que explicavam o estágio de atraso do Brasil em relação as nações europeias, demarcavam nossa inferioridade ao condenar a nossa miscigenação, uma característica histórica da população brasileira, o que conseqüentemente causava grande inquietação.

Para alguns intelectuais brasileiros, as dificuldades representadas pela composição racial da população nacional eram insuperáveis. Influenciados por teóricos como Gobineau, Agassiz e Le Bon, só viam num programa intenso de imigração uma saída favorável para a constituição de uma nação brasileira. Nessa perspectiva, o grande problema da nacionalidade radicava-se no povo que, no limite, deveria ser substituído.<sup>61</sup>

Numa época onde antigas relações se erodiam e a república anunciava a chegada de novos tempos, com a expectativa de maior participação política, as mesmas teorias propagadas a partir da Europa que causavam inquietação em parte considerável da intelectualidade nacional, foram também negociadas e estrategicamente utilizada como uma ferramentas para estabelecer novos critérios diferenciados de cidadania e assim garantir a manutenção de hierarquias sociais há muito cristalizadas.<sup>62</sup> Neste sentido, a historiadora Márcia Naxara argumenta que a dubiedade da noção de povo e mesmo seu uso em termos políticos, permitia que parte considerável da população fosse excluída das novas relações de cidadania em desenvolvimento no Brasil.<sup>63</sup>

Nos dizeres de autores como Silvio Romero e Euclides da Cunha, a nação só poderia aqui existir quando se atingisse características etnicamente uniformes que conferissem

---

<sup>60</sup> HOBBSAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1870: Programa, Mito e Realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.132.

<sup>61</sup> SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, p.31. *E-book*.

<sup>62</sup> SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 40.

<sup>63</sup> NAXARA, Marcia Regina Capeleri. **Estrangeiro em sua própria terra: Representações do trabalho nacional (1870-1920)**. 246f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1991, p. 37.

identidade ao brasileiro e o seu reconhecimento como tal.<sup>64</sup> Daí a necessidade para alguns intelectuais e dirigentes políticos, do branqueamento dos modos e costumes da população, principalmente por meio de incentivos a imigração europeia.

Além de respaldada pelos postulados raciais, as teorias de branqueamento da população brasileira estavam também alinhadas ao aprofundamento das relações entre brasileiros e estadunidenses durante a Primeira República. Isso porque, conforme Lúcia Oliveira, o projeto de tornar o Brasil brasileiro tinha como um dos seus objetivos a aproximação com o continente americano.<sup>65</sup> A natureza para tal aproximação fora de ordem diversa e dividiu os intelectuais envolvidos no debate sobre o pan-americanismo. Para os progressistas republicanos, para os quais a nacionalidade seria o resultado da luta contra o passado histórico do Brasil, a integração do país ao modelo de sociedade americana implicava numa adesão a opção republicana e liberal que vigorava na América, engendrando a possibilidade de modernização do país. Já para os conservadores monarquistas, que avaliavam a herança portuguesa de forma positiva, a nacionalidade era um símbolo da defesa e da valorização do singular, repudiando deste modo o modelo de sociedade americana.<sup>66</sup>

Todavia, os Estados Unidos despontavam no cenário internacional como uma potência em franca ascensão e embora a Inglaterra se mantivesse como nossa principal investidora, eram eles os principais compradores do nosso café e o açúcar. Segundo Francisco Doratioto, a aproximação com esse país, iniciada logo após a Guerra do Paraguai, além de atender aos interesses do bloco econômico e político no Brasil, era uma forma de contrapor o imperialismo europeu e seu interesse em regiões como a Amazônia. Não menos importante, foram os conflitos fronteiriços entre o Brasil e os demais países sul-americanos e a busca por um equilíbrio geopolítico regional.<sup>67</sup> A criação da embaixada brasileira em Washington em 1905, conferiria grande prestígio ao país, pois além de proporcionar um crescente destaque internacional, propunha o papel do Brasil líder da América do Sul.”<sup>68</sup>

Não obstante, Flávia Re propõe ainda que a aproximação com os Estados Unidos naquele momento também se devia a fatores de ordem étnica e civilizacional. Isso porque parte considerável da intelectualidade brasileira envolvida no debate a respeito do branqueamento da população por meio da imigração e sobre o futuro dos libertos na sociedade brasileira, não deixou de se debruçar sobre a imagem dos Estados Unidos. Segundo a autora, essa imagem promovia um vigoroso papel de imitação e admiração no Brasil, haja vista que os Estados Unidos mesmo possuindo um passado escravista recente, apresentavam-se ao mundo como “símbolo” de progresso e civilização, além de um exemplo de nação formada por uma ampla população de imigrantes brancos, mas que não deixou de delimitar o papel dos libertos dentro da sociedade.<sup>69</sup>

Se para grande parte dos escritores da época, a exemplo do maranhense Nina Rodrigues, a causa do atraso brasileiro podia ser explicada pela presença de uma vasta população negra e mestiça que ameaçava o próprio futuro do país, o sergipano e ensaísta Silvio Romero viu nesse

---

<sup>64</sup> NAXARA, Marcia Regina Capeleri. **Estrangeiro em sua própria terra: Representações do trabalho nacional (1870-1920)**. 246f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1991, p. 41.

<sup>65</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 104.

<sup>66</sup> *Ibid.*, pp. 95-109.

<sup>67</sup> DORATIOTO, Francisco. Política externa na Primeira República: entre continuidades e mudanças. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). **O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. cap.8. *E-book*.

<sup>68</sup> RE, Flávia Maria. **As distâncias entre as Américas: uma leitura do Pan-americanismo nas primeiras décadas republicanas no Brasil (1889-1912)**. 2010. 237f (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, p.186.

<sup>69</sup> *Ibid.*, p. 190.

problema uma saída original. Para Romero, o mestiço era a maior singularidade do país e o meio pelo qual se daria o processo de formação da identidade nacional brasileira. Porém, de seu ponto de vista, a alternativa para se buscar a identidade seria favorecer a imigração europeia do homem branco.<sup>70</sup> Tal posicionamento ganhou uma atenção considerável entre os intelectuais do período, principalmente durante a Primeira República, onde ela chegou a se torna parte da política de Estado através do incentivo a imigração de mão de obra europeia, mas que visava em grande parte embranquecer a população.

Não menos importante fora o discurso produzido pelos intelectuais reunidos nas faculdades e institutos de medicina. Influenciados pela revolução pasteuriana, advogavam que doenças como a febre amarela, a varíola e o mal de chagas, se constituíam como o principal obstáculo à modernização do país e a afirmação da nacionalidade.

O papel atribuído ao médico, como “missionários do progresso”, esteve para Lima e Hochman, intimamente relacionado à crítica à República, principalmente pela adoção do federalismo pela Constituição de 1891.<sup>71</sup> Por meio do arranjo federativo, ficou estabelecido que aos poderes locais caberia a organização da saúde e educação da população, ambas de responsabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, visto como uma agência dominada pelos políticos e pelos bacharéis. A decisão pelo menos para alguns, remontava ao período imperial, quando ambos os serviços eram de competências de pastas políticas.<sup>72</sup> Ao governo federal, caberia somente os cuidados com a saúde e educação no Distrito Federal, assim como a vigilância sanitária dos portos e a assistência aos estados da federação, em casos previstos e regulados constitucionalmente. O órgão federal responsável pela saúde era a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), criada em 1897 como parte da estrutura do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.<sup>73</sup>

Na perspectiva dos intelectuais envolvidos com as campanhas higienistas, o federalismo ao restringir uma ação coordenada em âmbito nacional teria propiciado a oligarquização da política, consistindo numa solução artificial e incompatível diante do que entendiam ser a realidade brasileira ou o “Brasil Real” revelado pelas expedições enquanto um local assolado pela ignorância e pelas doenças endêmicas. Sobre esse assunto, Lima destaca que as expedições ou missões civilizatórias realizadas pelos intelectuais que se viam como responsáveis pela formação da nacionalidade durante os primeiros anos republicanos, faziam parte de um movimento de valorização do sertão, tanto quanto um espaço a ser agregado ao esforço civilizatório, quanto como referência da autenticidade nacional.<sup>74</sup> As incursões feitas ao interior do Brasil, como as expedições científicas realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz, acompanharam os projetos oficiais de delimitação de fronteiras, utilização dos recursos naturais, povoamento, integração econômica, saneamento e combate as endemias.<sup>75</sup>

Neste sentido, foi sobretudo através do movimento médico e higienista, que o abandono dos poderes públicos aparecia como o principal responsável pela apatia do brasileiro e o atraso do país, conferindo um entrave a constituição da identidade nacional. Por meio desse discurso, a incapacidade física e intelectual do brasileiro seria decorrentes das doenças, especialmente nas regiões rurais onde endemias deveriam ser combatidas. A ancilostomose (opilação),

---

<sup>70</sup> ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p.15-17.

<sup>71</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, p. 29. *E-book*.

<sup>72</sup> *Ibid.* p. 29.

<sup>73</sup> *Ibid.* p. 30.

<sup>74</sup> LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2013, p. 114.

<sup>75</sup> *Ibid.*, p. 116.

também chamada “doença da preguiça”, a malária e o mal Chagas deveriam ser alvos de uma verdadeira campanha nacional para erradicá-las e assim curar a população.<sup>76</sup>

Enquanto no discurso médico predominante até a segunda metade do século XIX, campo e sertão eram compreendidos como local ideal à vida saudável, a cidade revelava-se como um espaço perigos, sujeito aos vícios e a doenças. A obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, publicada em 1902 foi um ponto importante de ruptura com esse imaginário.<sup>77</sup> Ao receber a função de noticiar para um periódico sulista os derradeiros momentos do massacre dos sertanejos de Antonio Conselheiro durante a Guerra dos Canudos, a visão de mundo do homem que chegou ao interior da Bahia estava profundamente mergulhada nos pressupostos do positivismo, do evolucionismo e do darwinismo social. Ao mesmo tempo que o conceito de sertão era compreendido por Euclides a partir de um prisma pejorativo que desqualificava não apenas a terra, mas também a humanidade a ela relacionada, o autor expressava uma admiração pela força e vigor do sertanejo, tido como “rocha viva de nossa nacionalidade”. Degradado pela secura da terra e aspereza do ar dos sertões, o sertanejo era um forte, mas também rude e carente de civilização.<sup>78</sup>

Ao lado das interpretações mais pessimistas sobre o Brasil e sua gente, o nacionalismo conservador, posteriormente conhecido como ufanismo, propunha uma versão mais positiva da nação, sendo parte integrante do sentimento de otimismo observado durante os primórdios republicanos. Era integrado por nomes como Eduardo Prado e Afonso Celso. Conforme Oliveira, o movimento fora marcado por uma valorização às qualidades da terra brasileira, estando associado às críticas da vida política republicana - especialmente a face militarista estabelecida durante os primeiros anos de governo - e por uma postura anti-americanista, chegando mesmo a acusar a Constituição brasileira de 1891 de ser uma cópia da Constituição dos Estados Unidos, combatendo portanto a imitação das ideias, prezando pela originalidade nacional.<sup>79</sup>

O ufanismo encontra sua expressão máxima no livro *Porque me Ufano do Meu País*, escrito por Afonso Celso e publicado em 1900, obra na qual as riquezas naturais do Brasil se estabelecem como o principal referencial da nossa nacionalidade. Tendo a intenção de discorrer sobre a superioridade do Brasil em relação aos países “mais prósperos, mais poderosos, mais brilhantes que o nosso”, Afonso Celso destacava que nenhum era mais digno, mais rico e promissor quanto o Brasil.<sup>80</sup> O Brasil era identificado como um colosso, sadio e bondoso e cuja potencialidades naturais deveriam ser despertadas e exploradas. Ao enumerar os onze motivos para a superioridade nacional, destacava a grandeza territorial, a beleza e a riqueza de nossas florestas, o clima ameno, a ausência de calamidades e a excelência dos elementos que compunham o tipo nacional.

O tipo nacional aparecia por meio valorizar das três raças que compunham nossa nacionalidade.<sup>81</sup> Segundo Afonso Celso, enquanto os indígenas contribuíam com sua

---

<sup>76</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, p. 29. *E-book*. p. 38-39.

<sup>77</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>78</sup> Ver CUNHA, Euclides. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. *E-book*.

<sup>79</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 103.

<sup>80</sup> CELSO, Afonso. **Porque me ufano do meu país**. Rio de Janeiro: Lamaert & Livreiros, 1900, p. 8. *E-book*.

<sup>81</sup> As primeiras interpretações desse tipo foram aventadas no Brasil ainda na década de 1840, quando o IHGB lançou um concurso para premiar o trabalho que melhor desenvolvesse um plano para escrever a história da nação recém fundada. O vencedor foi o naturalista alemão, Karl Friedrich von Martius. O projeto vencedor intitulado *Como se deve escrever a história do Brasil*, propunha uma maneira de conhecer a nova nação, correlacionando o desenvolvimento do país com o aperfeiçoamento específico das três raças, que segundo Martius, compunham a nacionalidade brasileira ou seja, o branco, o indígena e o negro. Estava lançada assim as bases para o que mais tarde viria a ser o mito da nossa democracia racial. O negro

hospitalidade, os negros importados para o Brasil desde os tempos coloniais agregavam sua laboriosidade, seus sentimentos afetivos, sua resignação e coragem a nossa nacionalidade. O português por sua vez, aparecia como desbravadores que estavam na vanguarda do progresso humano, disseminando amor ao trabalho e a filantropia, caracterizando portanto, o caráter humilde e caridoso da nossa gente. Da amálgama entre essas três raças, surgira o mestiço, com seu espírito de coragem, inteligência, força, resistência, tenacidade, dedicação e bravura comprovadas em Canudos, “onde poucos, e mal armados, fizeram frente ao poderoso exército”.<sup>82</sup>

Já para Manoel Bonfim, a chave para a construção de uma nacionalidade brasileira dependia da expansão da instrução pública entre o grosso da população. Nascido na província de Sergipe, em uma família típica da elite agrária do Segundo Reinado, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia em 1885, concluindo o curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1890, em meios as agitações que marcariam a Proclamação da República, realizada no ano anterior. Conforme Botelho, a formação médica de Bomfim conferiu grande relevância para formação e desenvolvimento de sua reflexão, embora ele não tardaria em abandonar a área, partindo para Paris em 1901, onde se dedicou aos estudos das investigações psicológicas aplicadas à pedagogia e a prática educacional escolar, características que marcariam consideravelmente sua obra e reflexão.<sup>83</sup>

Embora tomasse de empréstimos as ideias de Comte, Darwin e Spencer como modelos para a construção de uma análise social, desenvolvendo inclusive o conceito chave de parasitismo social, argumentava que os principais obstáculos ao progresso do Brasil tinham raízes históricas que remontavam ao período colonial. Assim, localizava o nosso “atraso” conforme o processo histórico de formação da sociedade brasileira, destacando as contradições essenciais da dinâmica entre dominantes e dominados ou “parasitas” e “parasitados”.<sup>84</sup>

Não para menos, em uma de suas principais obras, intituladas *A América Latina: Males de origem* – escrita em 1903 durante uma viagem feita à Paris e publicada somente 1905 pela Editora Garnier - Bonfim se comprometia em analisar a sociedade brasileira em referência ao processo histórico-social comum aos países latino-americanos cujo principal responsável pelo o atraso de tais sociedades era o regime de parasitismo que lhes tinham sido imposto e sob o qual viviam desde a implantação do sistema de colonização do qual foram vítimas. Neste ponto, o interessante de seu pensamento dar-se pela tentativa de buscar entender a problemática brasileira a partir de um sistema mais amplo, ou seja, o da própria América Latina.

Para Bonfim, as nações peninsulares estavam historicamente imersas em relações parasitárias muitos antes de colonizarem a América Latina. Cegas ao progresso científico e indiferentes à evolução que se fazia ao resto do mundo, elas trouxeram seu parasitismo como herança, sugando e esgotando suas colônias por meio da exploração de seus recursos e da tirania e autoritarismo impostas por sua administração que mantinha suas colônias em posição de inferioridade, perpetuando o ócio, a devassidão e a degeneração dos costumes.

A opção pelo uso de mão de obra escrava, por exemplo, aparece em Bonfim como um entrave ao desenvolvimento intelectual das colônias na América do Sul e conseqüentemente ao desenvolvimento da indústria ou das relações livres de trabalho. Assim, a escravidão era tratada

---

obtem pouca atenção de von Martius, mas enquanto ao branco caberia o papel civilizador, ao indígena caberia uma investigação apurada de seus costumes, língua e mitologia, de modo que fosse possível integrar na história nacional os conhecimentos por eles veiculados. - MARTIUS, Karl Friedrich Phillipe Von. **Como se deve escrever a História do Brasil**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Rio de Janeiro. 6 (24), pp. 381-403. Jan.1845.

<sup>82</sup> CELSO, Afonso. **Porque me ufano do meu país**. Rio de Janeiro: Lamaert & Livreiros, 1900, p. 84. *E-book*.

<sup>83</sup> BOTELHO, André Pereira. **O Batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim**. 1997. Dissertação. (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas 1997, p. 57. 200f.

<sup>84</sup> *Ibid.*, p.68.

pelo autor como uma “abjeção moral” e “degradação do trabalho”, que conferiu um embrutecimento e o aniquilamento do trabalhador, ocasionando uma “viciação da produção”, gerando males extensos como o desprezo ao trabalho manual - por ser esta uma tarefa realizada por escravos – e o desenvolvimento da atividade intelectual.<sup>85</sup> Ao invés de educar, o trabalho consumira e devorara o trabalhador brasileiro, impedindo o progresso material do país e sua transformação em nação civilizada.

Não obstante, Manoel Bomfim considerava que as teorias raciais não passavam de “sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelo forte”.<sup>86</sup> Assim, ele não acreditava que essas teorias pudessem provar a existência ou ausência de aptidão em negros, indígenas e mestiços que fossem refratárias ao progresso do país, ainda que seu pensamento sobre essa questão fosse demarcado por certa dose de ambiguidade.

Isso porque se por um lado reconhecia a força, a resistência, e a bravura dos negros, seu amor pela liberdade e sua bravura por suportar revoltas nas Antilhas ou em Palmares, por outro o considerava de inteligência embrionária e degradado pelos anos de escravidão. Os indígenas por sua vez, eram compreendidos por seu amor violento a liberdade, uma coragem que os tornavam indiferentes a dor física e a morte, mas imersos em grande instabilidade emocional ou de espíritos, que para Bomfim se expressava em seu grau de evolução mental, ainda infantil e em fase de desenvolvimento. Os portugueses, apesar de deteriorados pelo parasitismo, eram lembrados também por sua hombridade patriótica, pela plasticidade intelectual, sociabilidade e assimilação dos povos que no Brasil teria resultado na amalgama entre brancos, negros e indígenas. Se considerava o mestiço dos sertões de sangue caboclo indígena como um elemento indolente e desinteressado, reconhecia sua cordialidade, coragem e bravura demonstradas em Canudos, “quando resistiram por quase dois meses aos exércitos enviados para subjugar-los”.<sup>87</sup>

Assim, como forma de combater toda a corrupção e degradação dos costumes herdados do período colonial, os nossos males de origem, propunha a expansão da instrução para massa geral da população, considerada elemento essencial para a construção da nacionalidade. Por isso deveria ser educada, instruída e libertada de seu estado de ignorância, miséria, indolência e apatia, de modo que fosse possível elevá-la ao nível da civilização e transformá-la em “gentes úteis” e instrumentos do progresso.<sup>88</sup>

A crença na educação como um caminho viável para a redenção nacional ou como instrumento privilegiado para a correção do “atraso brasileiro”, foi preocupação recorrente entre os intelectuais envolvidos com as transformações experimentadas durante os primeiros anos republicano. A abolição da escravidão e a Proclamação da República propiciaram um clima de entusiasmo quanto a modernização do país e seu egresso entre as potências ditas civilizadas. Todavia, apesar das promessas democratizantes, o novo governo fizera muito pouco pela expansão dos direitos políticos e do sistema educacional nacional. Aliados do centro de decisão do poder republicano, intelectuais engajados como Manoel Bomfim, encontraram na imprensa do período um campo privilegiado de ação política e de promoção da educação. Foi assim que em 1905, o mesmo ano que publicara *A América Latina: Males de origem*, Manoel Bomfim se reuniu com um grupo de intelectuais que gravitava em torno da redação da revista ilustrada *O Malho*, para discutir o projeto editorial daquela que seria uma das maiores revistas infantis do período, *O Tico-Tico*, cuja principal função fora instruir por meio de brincadeiras e lições moralizantes, aqueles que seriam os futuros cidadãos brasileiros.

---

<sup>85</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 133. *E-book*.

<sup>86</sup> *Ibid.*, p. 251.

<sup>87</sup> *Ibid.*, p. 248.

<sup>88</sup> *Ibid.*, p. 291.



## CAPÍTULO II

### UM UNIVERSO DE (IN) FORMAÇÃO: OS PETIZES, AS REVISTAS ILUSTRADAS E O TICO-TICO

As transformações vividas no Brasil ao longo do século XIX e início do século XX, inauguraram um novo olhar sobre a criança e a educação. Pedra de toque de políticos e intelectuais republicanos, a educação era considerada por muitos projetos em voga como o meio pelo qual se daria o processo de transformação social e cultural do país. Além de promover saídas para o “problema do atraso” do Brasil, a educação era instrumentalizada como um meio viável para a conformação de mão-de-obra comprometida com as relações capitalistas em desenvolvimento e para a formação de um novo cidadão que valorizasse a participação política e os compromissos com a pátria, suscitando uma maior preocupação com o papel desempenhado pela criança dentro da sociedade.

*O Tico-Tico*, periódico infantil publicado pela primeira vez na cidade do Rio de Janeiro em outubro de 1905, não esteve alijado do debate sobre a educação vivenciada no Brasil durante os primeiros anos republicanos, mas fora parte integrante dele, haja vista que seu projeto editorial surge em parte, da preocupação de intelectuais como o próprio Manuel Bomfim, na crença da educação como um elemento de transformação social. Levando em consideração o compromisso pedagógico assumido pelo periódico, acreditamos ser importante refletirmos sobre o processo de instrução e escolarização no Brasil na virada do século XIX para o XX, de modo a melhor compreendermos as principais motivações de seus editores na composição de um projeto editorial instrutivo que privilegiava o papel social representado pelas crianças, ao associa-las ao o futuro do próprio Brasil.

Embora nossa intenção não seja produzir um longo inventário sobre o assunto, é importante salientar que o estudo das representações e práticas infantis é objeto de disputa de poder e campo de atuação de diferentes saberes, à exemplo da historiografia, da sociologia, da psicologia, da medicina, da pedagogia e do direito. Os primeiros estudos relevantes sobre essa temática foram reunidos no livro *História das populações francesas e de suas atitudes face à vida desde o século XVIII*, publicado pelo historiador francês Philippe Ariès, em 1948. No livro em questão, Ariès dedicou um capítulo completo ao estudo sobre a criança e a família, porém sua grande contribuição para o assunto viria um pouco mais tarde, quando o autor apresentou ao público o clássico *A criança e a família no Antigo Regime*, em 1960, no Brasil traduzido com o título de *História social da criança e da família*.

Nesta obra em questão, Philippe Ariès apresenta duas teses principais. Por meio da análise de retratos e fontes demográficas, o autor argumenta que entre os séculos XVI e XVII, o processo de escolarização da criança iniciado por religiosos e jurídicos, contribuiu para que entrasse em curso uma transformação na formação moral e psicológica da criança, em oposição à educação medieval feita por meio do aprendizado de técnicas e saberes tradicionais, quase sempre ensinada às crianças por meio dos adultos de cada comunidade. No mesmo período, teria ocorrido um desenvolvimento mais delineado de um sentimento de família através da emergência da vida privada e de uma maior valorização do foro íntimo. Segundo Ariès, essas metamorfoses contribuíram para o surgimento de um sentimento de infância, perceptível por meio de uma maior valorização da criança e de uma maior relevância dada as diferentes idades da vida. Entendidas então como os adultos em formação, as crianças assumiam a partir da Idade

Moderna, papel central no âmbito familiar e suscitavam maior preocupação com sua higiene, saúde e educação, fosse ela moral ou espiritual.<sup>89</sup>

Embora as teses de Ariès tenham sido consideradas eurocêntricas e evolucionistas no que diz respeito a condição histórica da criança, elas ocasionaram uma revolução sobre o assunto, instigando os historiadores e demais especialistas a buscarem suas próprias respostas de acordo com o contexto histórico e cultural, o gênero, a etnia, a classe social e a religião para determinar diferentes acepções da infância.

Em *A História da criança no Brasil*, trabalho pioneiro realizado pela historiadora Mary Del Priori, a autora argumenta que a valorização da criança a partir da escolarização e da emergência de uma vida privada no Brasil, ocorreram de modo tardio em relação à Europa. Priori considera que diferente dos países europeus onde o capitalismo teria se desenvolvido desde a Idade Moderna, no Brasil por muito tempo não houve um sistema econômico que exigisse a adequação física e mental dos indivíduos a uma nova forma de trabalho, sendo necessário deste modo se ater as especificidades locais para uma construção de uma história nacional da infância.<sup>90</sup>

Em ensaio publicado na mesma obra, Rafael Chambouleryon destaca que a aproximação entre criança e ensino em terras brasileiras ocorreu desde o processo de evangelização do Brasil pelos jesuítas da Companhia de Jesus ao longo do século XVI.<sup>91</sup> Tal iniciativa estivera em consonância com o movimento de descoberta da infância que ocorria naquele momento na Europa, no qual Igreja e o Estado desempenharam um papel fundamental. Este movimento teria, segundo o autor, contribuído para a escolha da criança indígena, mestiça ou dos filhos de portugueses como objeto privilegiado das campanhas de evangelização do território, sendo as crianças indígenas o principal alvo das políticas de conversão e de disciplina dos costumes que ameaçavam o estabelecimento de uma cristandade no Novo Mundo. Por meio das missões empreendidas por religiosos no Novo Mundo, meninos e meninas indígenas eram compreendidos como uma espécie de “papel branco”, no qual deveria se inscrever a luta contra a antropofagia, a poligamia e a nudez dos nativos.

No entanto, de acordo com Ana Maria Mauad, uma valorização da infância e da adolescência socialmente construídas como idades da vida, só ocorreria no Brasil em meio as transformações vividas no século XIX. À medida que se discutia os diferentes caminhos para a construção do Estado nacional, a temática da infância foi aos poucos sendo estabelecida nos diferentes discursos de políticos, médicos, juristas, professores, fazendeiros e outros agentes que visavam proteger, assistir e instruir as crianças numa sociedade em constante transformação.<sup>92</sup>

Por fim, levando em consideração o nosso objetivo neste capítulo, cabe um destaque a bibliografia já produzida sobre a revista *O Tico-Tico*. É o caso da tese de doutorado defendida por Patrícia dos Santos Hansen<sup>93</sup>, cujo objetivo é analisar a construção de um ideal de infância através da literatura produzida no Brasil durante a Primeira República, mas tendo também a revista *O Tico-Tico* como fonte de pesquisa, principalmente através da seção A Arte de Formar Brasileiros, de Angelo Agostini. Como hipótese, a autora defende que a criação de uma literatura cívico-pedagógica dedicada ao público infanto-juvenil buscava fazer uma analogia

---

<sup>89</sup> ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

<sup>90</sup> PRIORI, Mary Del. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. Introdução. *E-book*.

<sup>91</sup> CHAMBOULEYON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil Quinhentista. In: PRIORI, Mary Del. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010, cap. 2. *E-book*.

<sup>92</sup> MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORI, Mary Del. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010, cap. 5. *E-book*.

<sup>93</sup> HANSEN, Patrícia dos Santos. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. Tese. 245f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo 2007.

entre o Brasil e a criança, esta última entendida como sujeito social e “futuros salvadores da pátria”. Segundo essa literatura, o Brasil vivia uma infância assim como suas crianças e como elas alcançaria todo o seu potencial e destino grandioso num futuro não muito distante.

Além do trabalho de Hansen, existe uma série de dissertações e teses que utilizam a revista *O Tico-Tico* como fonte de pesquisa. Uma delas é a tese de doutorado defendida recentemente por Roberta Ferreira Gonçalves<sup>94</sup>. Em sua pesquisa, a autora teve como principal proposta uma análise do projeto formador da revista, tendo sua hipótese constituída a partir de três elementos principais: a moral e o civismo, a história e o aprendizado da língua, a formação de leitores e o consumo. A partir desses três pontos, a autora destaca que “ensinar brincando” foi uma das principais estratégias utilizadas pelos editores da revista para garantir que seu projeto formador tivesse penetração entre uma parcela do público pouco explorada pelas revistas ilustradas. Investindo na interatividade, no humor e na visualidade, a revista compôs o que ela chama de *pedagogia da nacionalidade*, funcionando ao mesmo tempo como um espaço de formação cultural e moral, além de uma opção de leitura.

Outro trabalho recente sobre a revista e concentrado no campo da História é a dissertação de mestrado defendida por Alexandre Machado Silva<sup>95</sup>. Em sua pesquisa, o autor se propôs a investigar a produção de Luís Gomes Loureiro na revista *O Tico-Tico* entre o período de 1907 e 1919. Loureiro foi um dos principais ilustradores do periódico infantil, estando por trás da produção de um de seus quadrinhos mais emblemáticos: *As Aventuras do Chiquinho*. A partir de sua produção, Silva buscou compreender o modo como o artista se posicionava frente ao debate entre quadrinistas e literatos em torno das expectativas de futuro da criança, principalmente no que se refere as relações raciais, de trabalho e a instrução. Uma das principais contribuições da dissertação de Silva para os estudos sobre *O Tico-Tico* é certamente sua proposta de ampliação da comunidade leitora da revista, que segundo ele, não estaria restrita apenas entre os setores médios da sociedade, mas estaria em diálogo com uma pluralidade de interlocutores de diferentes origens econômicas e sociais.

Assim como Gonçalves, Zita de Paula Rosa<sup>96</sup> se dedicou a pesquisar todo o tempo de circulação do periódico, promovendo uma investigação panorâmica da revista a partir de suas diferentes seções e temporalidades. Buscando analisar tanto o aspecto editorial quanto o caráter educativo de *O Tico-Tico*, a autora parte da hipótese de que a revista apresentaria um conjunto de representações da infância que estaria em consonância com as aspirações dos setores médios da sociedade e seus projetos de regeneração da nação.

Embora ainda sejam poucos os trabalhos sobre a revista no campo da história, é frequente encontrar pesquisas sobre *O Tico-Tico* nas áreas de comunicação, literatura e educação, sendo comum abordagens que contemplem recortes específicos sobre o periódico. É o caso da tese defendida por Luciana Patroclo<sup>97</sup>. Tendo como recorte temporal o período entre 1905 e 1921, Patroclo buscou analisar a proposta de *O Tico-Tico* na formação de suas leitoras, tendo por base as relações de gêneros discutidas nas páginas da revista e partindo da hipótese de que as representações do feminino no período estavam calcadas em modelos de matriz

---

<sup>94</sup> GONÇALVES, Roberta Ferreira. **As Aventuras d’O Tico-Tico. Formação Infantil no Brasil Republicano (1905-1962)**. 2019. 369f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História da Universidade Fluminense, Niterói, 2019.

<sup>95</sup> SILVA, Alexandre Rocha da. **Os Homens do Futuro – As Crianças de Hoje! Debates sobre a infância nos quadrinhos de Luís Loureiro (1907-1919)**. 2019. 260f. Dissertação. (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campina, Campinas 2019.

<sup>96</sup> ROSA, Zita de Paula. **O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

<sup>97</sup> PATROCLO, Luciana Borges. **As mães de famílias futuras: A revista O Tico-Tico na formação das meninas brasileiras (1905-1921)**. Tese. 300f. (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Educação da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2015.

conservadora, onde as mulheres eram preparadas desde a tenra idade para o casamento e a maternidade.

Em sua tese de doutorado, Lígia Regina Máximo Cavalari Menna<sup>98</sup> se propõe a analisar como o jornal português *O Senhor Doutor* e a revista *O Tico-Tico* contribuíram para a ampliação da literatura infantil. A autora parte da hipótese de que tanto no Brasil quanto em Portugal a literatura para crianças se difunde a partir de sua divulgação – de forma sintetizada – através das páginas de revistas e jornais, tendo os anos 1930 como recorte privilegiado de pesquisa.

Outro trabalho que buscou analisar *O Tico-Tico* a partir de um recorte temático específico é a dissertação de mestrado da autora Patrícia Maria Garcia Alencar<sup>99</sup>. Seu principal objetivo é interpretar de forma analítica as propostas de formação para crianças vinculadas no encarte “Meu Jornal”, seção publicada na revista *O Tico-Tico* entre 1935 e 1940. Mediante a isso, a autora busca entender de que modo se dava a interação entre a revista e o público através desse espaço que era dedicado exclusivamente à colaboração de textos e imagens enviadas pelos leitores do periódico.

## 2.1 - A Valorização da Instrução e as Diferentes Formas de Ensino

A intensificação dos debates que enfatizavam o papel transformador da educação, não fora uma exclusividade do Brasil e estiveram relacionados ao desenvolvimento urbano, industrial e aos movimentos populares ocorridos na Europa ao longo do século XIX. Muitos pensadores apontaram o aperfeiçoamento humano e o progresso social, derivados da razão, como aspectos cruciais para a realização do esclarecimento da população de modo que, a promoção da instrução popular forneceria às classes populares um conjunto básico de valores necessários para a vida civilizada. Segundo Schueler e Gondra, esse momento marca uma ressignificação do papel da instrução, agora diretamente relacionada a políticas de Estado que tinham por objetivo a civilização e o progresso, principalmente por meio da integração dos mais pobres.<sup>100</sup>

No Brasil, a instrução popular foi idealizada por alguns intelectuais, conforme discutido no capítulo anterior, como uma ferramenta capaz de combater a “ignorância” da população e torna-la apta ao progresso. Havia um consenso entre os diferentes dirigentes do Estado imperial e posteriormente republicano, de que a educação era capaz de produzir riquezas, pois despertaria nas crianças o “amor ao trabalho”. Assim toda a despesa gasta com a instrução popular seria na verdade uma “economia”, pois diminuiria o número de indigentes, criminosos e enfermos, poupando gastos com hospitais, asilos e cadeias.<sup>101</sup>

---

<sup>98</sup> MENNA, Lígia Regina Máximo Cavalari. **A literatura infantil além do livro: as contribuições do jornal português O Senhor Doutor e da revista brasileira O Tico-Tico**. 2012. 314f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Letras, Ciências e Vernáculos, Programa de Pós Graduação em estudos comparados de literatura de línguas portuguesas. Universidade de São Paulo, São Paulo 2012.

<sup>99</sup> ALENCAR, Patrícia Maria Garcia. **A revista O Tico-Tico e a escrita infantil em circulação no encarte Meu Jornal: seus autores e leitores (1935-1940)**. 2015.153f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, Maringá 2015.

<sup>100</sup> GONDRA, José Gonçalves; SCHELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 69-75.

<sup>101</sup> SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República**. Rev. bras. Hist. vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999 p.11. Disponível em: [SciELO - Brasil - Crianças e escolas na passagem do Império para a República Crianças e escolas na passagem do Império para a República](#). Acesso: 16 de mar. 2021.

A educação pública era garantia do cidadão desde outorgada a constituição de 1824, sendo esta uma das primeiras iniciativas do Estado direcionada às crianças e aos jovens do país. Seguindo as diretrizes liberais que estabeleciam o direito à instrução como uma das garantias da liberdade e da igualdade entre os cidadãos, a constituição imperial definia a abrangência e os limites da cidadania de acordo com as especificidades da realidade brasileira.<sup>102</sup> Os critérios necessários para o exercício dos direitos civis e políticos passavam pela posse dos atributos mais caros ao liberalismo clássico, tal como a liberdade e a propriedade, o que desde o início excluía os escravos, considerados não cidadãos, portanto, destituídos da maior parte dos direitos civis e políticos.<sup>103</sup>

De acordo com a historiadora Angela de Castro Gomes, apesar de estabelecer que a instrução primária deveria ser gratuita a todos os cidadãos, a Carta imperial não chegou a definir competências e nem previa recursos para a implementação do preceito legal. O mesmo ocorreu com a primeira Lei de Instrução Pública, sancionada em 15 de outubro de 1827, onde se determinava que fossem mantidas escolas de “primeiras letras” gratuitas em todas as cidades, vilas e lugarejos do país, indicando uma direção que o Estado devia tomar, sem contudo fornecer meios para que isso acontecesse.<sup>104</sup>

Foi somente através da reforma da Constituição, por meio do Ato Adicional de 1834, que definiu-se as competências para o exercício do preceito, ficando a cargo das assembleias províncias legislar e cuidar da instrução pública, ou, como se dizia, da maneira de “formar o povo”.<sup>105</sup> O povo, conforme a Lei Provincial de 21 de janeiro de 1837 do Rio de Janeiro, eram os homens livres, “os brancos ou a boa sociedade” e também “o povo mais ou menos miúdo”. Estavam excluídos das escolas públicas de instrução elementar da província do Rio de Janeiro os escravos e também “os pretos africanos, ainda que livres e libertos”. Essa proibição foi afastada somente em 1878, através do Decreto 7.031, mais conhecido como a Reforma do Ensino Primário e Secundário de Leôncio de Carvalho.<sup>106</sup>

Em 1854, por meio do Regulamento da Instrução Primária e Secundária no município da corte, delimitou-se o público alvo do ensino primário e secundário. A partir de então o acesso as escolas criadas pelo Ministério do Império deveria ser permitido à população livre e vacinada, não portadora de moléstias contagiosas. Em relação às idades, a legislação determinava que os alunos deveriam ter entre 5 e 14 anos, e no caso do secundário entre 14 e 21 anos.

A demarcação da idade, compreendida rigidamente conforme os graus de ensino, sinalizava não apenas as intenções de distinguir e separar os indivíduos, como também sugerem uma determinada percepção entre as diferentes idades da vida. Tais aspectos revelam que a

---

<sup>102</sup> SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República**. Rev. bras. Hist. vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999, p. 30-31.

<sup>103</sup> As definições de cidadania impostas pela Constituição de 1824, não se deu sem lutas e protestos, inclusive entre negros e mestiços, Do mesmo modo, houve disputas pela delimitação do público alvo das escolas e pelo alargamento dos direito à educação a indígenas, libertos, bem como propostas de revisão da educação feminina.

<sup>104</sup> GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: ALBERTI, Verena; GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves (Coord.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002, p.387.

<sup>105</sup> De acordo com Angela de Castro Gomes, o sistema de instrução pública que foi estabelecido após a independência, sob a direção de um Estado imperial centralizador, foi portanto um sistema descentralizado. Ao governo central cabia os cuidados com a instrução primária e secundária apenas da Corte, sendo também de sua competência a administração do ensino superior em todo o país, uma vez que esse ensino era direcionado à formação da elite política e nacional. Em relação ao ensino secundário, o governo central acabou tendo um controle indireto, pois desde a fundação do primeiro colégio oficial de instrução secundária, o Colégio Pedro II, em 1837, criou-se um modelo a ser seguido por todas as demais instituições secundárias, tanto públicas quanto privadas. Esses dados são importantes para lembrar que os constituintes de 1891, que elaboraram a primeira Carta republicana, não promoveram alterações substantivas em matéria de educação. Ibid., p. 388.

<sup>106</sup> Ibid., p. 387-388.

partir da segunda metade do século XIX, começaram a ser reconhecidos o valor social da educação e a capacidade de aprender da criança, diretamente relacionada à sua idade e ao seu tempo de permanência na escola.

[..] estava sendo construída uma nova visão da infância e, com ela, da escola como o lugar moderno para se educar. Os nascentes conhecimentos de psicologia, que então se divulgavam internacionalmente, orientavam os procedimentos estimulando uma entrada mais precoce na escola, dividindo as crianças por idades, ordenando o sistema de instrução primária por séries e distribuindo os conteúdos disciplinares segundo graus de dificuldade. Foi na segunda metade do século XIX que nasceu no país a prática do ensino seriado e começou a ser valorizada a profissão docente. E porque se entendeu que as crianças deveriam entrar mais cedo na escola, o trabalho de ensinar as primeiras letras começou a se ligar à figura da mulher, definida, por sua afetividade, como a mais capaz de lidar com os pequenos.<sup>107</sup>

Entre as famílias abastadas das fazendas ou das cidades brasileiras, era comum que as meninas fossem educadas de modo que fossem responsáveis por ensinar as primeiras letras aos filhos quando se tornassem mães ou que se recorresse a figura de um preceptor para a instrução das crianças.<sup>108</sup> Figura característica do século XIX, a função de preceptor cabia principalmente às mulheres, geralmente de origem estrangeira, vindas de locais como a França, Inglaterra ou Alemanha. Eram geralmente jovens oriundas de famílias empobrecidas, órfãs, solteiras ou viúvas que arriscavam a sorte no jovem país. Dedicavam-se principalmente à instrução das meninas, uma vez que os meninos após aprender as primeiras letras em casa, seguiam para os colégios, em boa parte interno e católico.

De acordo com Mauad, os meninos de elite geralmente iniciavam a vida escolar por volta dos sete anos e recebiam educação voltada para o desenvolvimento de uma postura viril e poderosa, podendo ter uma instrução civil ou militar que lhes permitiam adquirir um amplo e variado conhecimento, garantindo-lhe pleno desenvolvimento da capacidade intelectual.<sup>109</sup> Eram médicos, engenheiros, advogados, jornalistas, literatos e políticos que em muitos casos atuavam na arena pública e decidiram os percursos do país, tanto no período imperial quanto no republicano.

A educação feminina por sua vez, iniciava-se por volta da mesma faixa etária, porém, padecia de ambiguidades, tendo em vista que ao mesmo tempo que as circunscrevia no universo doméstico, incentivando-as a maternidade e o estabelecimento do lar como seu domínio, as habilitava para a vida mundana, fornecendo-lhe elementos para brilhar em sociedade.<sup>110</sup> O domínio do piano e do canto, por exemplo, eram habilidades valorizadas e a forma pela qual as moças podiam se apresentar em sociedade e arranjar um bom casamento. As meninas ainda continuaram sendo alvo desse tipo de educação durante as primeiras décadas do século XX, e só quando cresceu o número de colégios femininos, fundados por congregações religiosas e destinados a oferecer ensino refinado e caro, essa situação começou a se transformar.<sup>111</sup>

---

<sup>107</sup> GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: ALBERTI, Verena; GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves (coord). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002, p.390.

<sup>108</sup> Ibid., p. 386.

<sup>109</sup> MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORI, Mary Del. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010, cap.5. *E-book*.

<sup>110</sup> Ibid. cap.5.

<sup>111</sup> A escolarização doméstica atendia um número considerável de pessoas na virada do século XIX para o XX, ultrapassando mesmo a rede de escolas públicas imperiais e republicanas. Essa rede doméstica podia apresentar variações. Chefes de famílias podiam pagar professores para ensinar em sua casa, não apenas os filhos, como também parentes e vizinhos. Do mesmo modo, um grupo de pais poderia se reunir para contratar um professor e organizar uma “escola” que pudesse funcionar numa casa de família ou do professor.

Embora permanecessem distantes das escolas e da aprendizagem das primeiras letras, a educação das populações negras, livres ou escravas, podia ocorrer por meio de diferentes práticas de letramento. Em *Letramentos e Escolas*, Maria Cristina Cortez Wissenbach destaca a existência de pesquisas recentes que lançam luz sobre diferentes práticas de letramento sobre os escravizados, datadas desde o período colonial até o século XIX.<sup>112</sup> A escrita aparece algumas vezes em correspondências feitas pelo próprio punho de escravos e forros, em formatos de listas de objetos, posses e serviços que os escravizados tinham que desempenhar ou associadas a situações específicas do trabalho urbano, principalmente os ofícios que exigiam dos cativos um desempenho autônomo.<sup>113</sup> Do mesmo modo, o movimento abolicionista através de seus clubes de leitura e jornais, propiciaram as condições para a alfabetização de escravos e forros. Em outras circunstâncias, a alfabetização poderia ocorrer entre os escravos pertencentes às ordens religiosas e ao clero que, assim como os senhores, demonstravam relativa preocupação quanto às condições de vidas dos grupos escravizados, instruindo-os profissionalmente, insistindo na manutenção de famílias e na educação religiosa.

A educação de livres e de escravos, acontecia também por meio de instituições privadas promovidas por patronos. Ao lado da proliferação de instituições educacionais criadas pelos movimentos abolicionistas, em 1853, Pretextato dos Passos Silva formava na corte imperial uma escola direcionada a meninos pardos e negros enquanto em Curitiba, o mestre de primeiras letras, José Schleder, criava uma escola noturna destinada a ensinar imigrantes e negros livres e escravos a ler e escrever. A instrução elementar estava presente também nos programas de estabelecimentos asilares e profissionais criados com o intuito de formar menores artesãos disciplinados, ou assistir meninos jornaleiros, como ocorria na escola noturna a eles destinada, em São Paulo nos fins do século XIX.<sup>114</sup> Entretanto, é importante assinalar, que o envolvimento de escravos e libertos com a instrução formal no final do oitocentos, não se dera sem uma ampla discussão entre as elites e autoridades do Brasil, conforme discorrido na pesquisa da historiadora Naomi Santos da Silva.<sup>115</sup> A temática dividia opiniões, especialmente pela crença de que os sujeitos vindos do cativeiro não dispunham das capacitações adequadas para a vida em liberdade e conferiam uma ameaça à ordem e a segurança nacional. Daí a necessidade da criação de estratégias de controle social que os condicionasse para a disciplina e o apreço pelo trabalho livre, principalmente por meio da instrução formal.

Deste modo, além de instruir a população disseminando conhecimento básico, a escola primária deveria desempenhar também papel fundamental na correção moral das crianças e formação religiosa das mesmas, preparando-a para o exercício futuro de suas atribuições como cidadão. Conforme já destacado, sua outra função seria a de solucionar o problema da transição do trabalho escravo para o livre. Por essa razão, o princípio de obrigatoriedade da instrução popular era exaltado. Além do mais:

As razões da obrigatoriedade do ensino primário baseavam-se nos argumentos do "abandono" e dos "vícios" das crianças, e na crença de que a instrução popular era um instrumento de erradicação das condições de miséria e criminalidade. Para os defensores da

---

<sup>112</sup> WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Letramento e Escolas*. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz; GOMES, Flávio. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 293-97.

<sup>113</sup> É importante destacar que a prática de escrita quando exercida por escravos e escravas, libertos e libertas, principalmente na atmosfera de sublevações da década de 1870-1880, era vista com suspeita pelas autoridades e detonava uma atitude de arrogância, uma vez que na visão da sociedade hegemônica, pressupunha um uso de um código que se mantinha como privilégio exclusivo da elite e que não fazia parte dos atributos pensado para os escravizados.

<sup>114</sup> *Ibid.* p. 293-97.

<sup>115</sup> Ver SILVA, Naomi Santos da. **O “batismo na Instrução”: projetos e práticas de inserção formal de escravos libertos e ingênuos no Paraná provincial**. 201f. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

educação pública, as raízes de tantas "chagas sociais" eram determinadas pelo meio miserável que, conseqüentemente, conduzia as crianças à ignorância e ao analfabetismo. Em última instância, o que estava em jogo era a delimitação de uma outra relação, não tão clara e precisa, porém, tanto mais ambígua quanto mais se prestasse a viabilizar e justificar uma intervenção: ou seja, a intenção de atribuir significados idênticos às expressões "classes pobres"/ "classes ignorantes" / "classes perigosas".<sup>116</sup>

Não para menos, as propostas de criação de escolas, asilos, colônias agrícolas, oficinas e institutos profissionais, constituíram-se em produtos das discussões e da busca de alternativas para a reorganização da mão de obra. Para Luiz Antônio Cunha, as relações escravistas de produção, existentes no Brasil desde o período colonial, funcionou como um desincentivo para que a força de trabalho livre se orientasse para o artesanato e a manufatura. O emprego de escravos como carpinteiros, pedreiros, ferreiros, tecelões, entre outros ofícios, afugentavam os homens livres, empenhados em marcar sua distinção da condição de escravo. Em empreendimentos manufatureiros de grande porte, por exemplo, que exigiam um grande contingente de artífices não disponível, era comum que o Estado coagisse os homens livres, especialmente aqueles que social e politicamente não tinham meios de se opor a resistência, para que se transformassem em operários.<sup>117</sup>

A prisão de miseráveis era procedimento frequentemente utilizado, por exemplo, na formação das guarnições militares e navais. Estratégia semelhante era adotada para com os órfãos, os abandonados e os desvalidos em geral. Uma vez recrutado nas ruas, eram encaminhado pelos juizes e pelas Santa Casas de Misericórdia aos arsenais militares e de marinha, onde eram internados e submetidos à aprendizagem de ofícios manufatureiros até que, formados e depois de certo número de anos de trabalho como operários, escolhessem livremente onde, como e para quem trabalhar.<sup>118</sup>

Assim, o destino dos filhos dos pais pobres, continuaria a ser o trabalho manual, perpetuando desse modo a reprodução das desigualdades e das hierarquias existentes, em que o trabalho intelectual era privilégio dos mais ricos. Segundo Schueler, a Instrução Pública produziu uma "marca social" que separava o trabalho intelectual e o manual, uma vez que o ensino humanístico e o ensino profissional foram distinguidos e oferecidos de acordo com critérios sociais, então considerados "naturais".<sup>119</sup>

Seja como for, todos esses tipos de escolarização conviveram lado a lado durante muitas décadas, vindos do Império e permanecendo na República, que só lentamente foi tornando o que conhecemos como a "escola moderna" uma instituição. A escola é, nesse sentido, uma instituição republicana, projetada para ser a imagem e a referência dos novos tempos que se anunciavam. Uma vez estabelecida como uma instituição social, exigia que o ensino fosse ministrado por profissionais capacitados e administrado em prédios especialmente projetados, materializados arquitetonicamente a ideia de educar, além de implicar que os pais não deveriam mais se encarregar da educação dos filhos, devendo deixar essa tarefa a cargo dos poderes públicos. República e educação escolar estavam então associadas à crença na civilização e no progresso, que com toda certeza seriam alcançados, a despeito das dificuldades do caminho. A escola era o meio pelo qual se formaria o novo tipo de cidadão, feito com novos costumes e ideias herdeiros do discurso republicano, conforme assinalado pelo historiador Carlos Monarcha:

---

<sup>116</sup> SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República**. Rev. bras. Hist. vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999 p.11.

<sup>117</sup> CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: UNESP, 2005. Introdução. *E-book*.

<sup>118</sup> *Ibid.*, Introdução.

<sup>119</sup> SCHUELER, op. cit. p. 9.



Nesse momento histórico, representado como Ano I da nova era, o discurso republicano, pleno de messianismo político, promove uma súbita valorização da criança, representando-a como herdeira da República, alegorizada esta na figura da mulher amorosa e abnegada. Para esse ponto de vista, cabe ao Estado exercer o papel de preceptor dos novos, subtraindo-os do âmbito privado, familiar e afetivo e conduzindo-os para o âmbito público, social e político. Em outras palavras, esse discurso convida os novos a herdarem o novo regime e a protagonizarem, no transcorrer de suas vidas, uma história fabular, cujo enredo deve ser a liberdade e o progresso.<sup>120</sup>

Não obstante, apesar das expectativas iniciais, a República fizera pouco em relação a expansão dos direitos civis e políticos, contribuindo para que o encanto inicial com o novo modelo de governo rapidamente se esvaísse, cedendo espaço para a decepção e o desânimo.

Segundo Carvalho, parte do que foi feito já era demanda do liberalismo imperial e houve mais retrocessos do que avanços em relação aos direitos sociais. Embora a inspiração democratizante tenha resultado na eliminação do Poder Moderador, do Senado Vitalício, do Conselho de Estado ou na introdução do federalismo, a verdade é que não houve uma expansão significativa da cidadania política, o que favoreceu que o governo ficasse a cargo dos setores dominantes das zonas rurais e urbanas do país.<sup>121</sup>

Neste sentido Jorge Nagle argumenta que o fervor ideológico apresentado no campo da escolarização durante o final do Segundo Reinado, só em parte permaneceu após a instalação do novo governo. Passada a fase da luta em prol da instalação de uma nova ordem política, houve uma diminuição considerável da tentativa de análise e de programação educacionais. Isso porque durante os primeiros anos republicanos, priorizou-se as políticas de estabilização do novo governo e seu estabelecimento no quadro mais amplo da sociedade brasileira. Isso não significa no entanto, que na área mais restrita da educação não tenham sido executados planos coerentes com premissas ideológicas bem assentadas, que embora tenham se constituído mais em exceção do que em regra, foram iniciativas que buscavam por uma substituição do conteúdo humanista herdado do Império, por outro de natureza mais “científica”.<sup>122</sup> Duas dessas reformas devem ser mencionadas. A primeira delas, ocorre em ao nível federal, sendo de orientação positivista, representada pela Reforma Benjamin Constant (1890), na área da educação secundária. A outra, ocorre ao nível estadual, realizada em São Paulo na área das escolas primárias e normal, sob direção de Caetano de Campos (1892), sendo de natureza democrática-liberal. Todavia, seria somente na década de 1920 que ocorreria um maior desenvolvimento do sistema educacional brasileiro, com a realização de novos padrões de cultura e de ensino.<sup>123</sup>

Do ponto de vista constitucional, a educação aparecia como um destaque da Carta de 1891, embora a mesma tenha mantido a exigência da alfabetização como critérios necessários para o exercício da cidadania, reiterando os requisitos estabelecidos pela reforma eleitoral de 1881 (Decreto nº 3.029, também conhecida como Lei Saraiva) sobre a necessidade de saber ler e escrever como meios para se obter o direito de votar e ser votado. Consequentemente, a exigência deixava fora da sociedade política a grande maioria da população nacional, excluindo os pobres, as mulheres, os menores de idade etc.<sup>124</sup>

A medida que a expectativa de maior participação foi sendo sistematicamente frustrada pela rigidez da República, os diferentes grupos sociais alijados do seio do novo sistema político, precisaram encontrar novas formas de participação política.

<sup>120</sup> MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011, p.123.

<sup>121</sup> CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 46-47.

<sup>122</sup> NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009, p. 210.

<sup>123</sup> *Ibid.*, p. 284.

<sup>124</sup> CARVALHO, José Murilo. *op. cit.*, p. 37.

Além dos cargos burocráticos, Nicolau Sevcenko destaca que o Rio de Janeiro da *Belle Époque*, oferecia um campo privilegiado de atuação para os intelectuais em um país pobre e analfabeto.<sup>125</sup> Os cafés, confeitarias e as livrarias da cidade, possibilitavam a formação de múltiplos círculos literários e o novo jornalismo em desenvolvimento, de par com as revistas mundanas, intensamente ilustradas e seu produto mais refinado, propiciava a formação de uma opinião pública urbana, “sequiosa do juízo” e da orientação dos homens de letras que preenchiavam as redações. Desligados da elite social e econômica, descrentes da casta política, assumiam para si a tarefa de missionários e pregavam para a difusão da educação, para a “redenção das massas miseráveis”.<sup>126</sup>

Publicado dois anos após a Proclamação da República, o ensaio *A educação Nacional*, do escritor e jornalista paraense José Veríssimo, pode ser considerado como uma obra precursora da nacionalização da educação, tanto do ponto de vista técnico científico quanto da nacionalização do conteúdo didático nas escolas primárias brasileiras, que até então se utilizava principalmente obras de origem portuguesa. Logo no prefácio da segunda edição, publicada em 1906, expressava seu descontentamento com a rigidez do governo republicano e sua frustração com as políticas educacionais implementadas:

Este livro foi escrito logo após a proclamação da República. Não me arreceio de dizer que foi com a máxima boa fé e sinceridade. Meditei-o e escrevi-o na doce ilusão e fagueira esperança de que o novo regime, que nossa pátria legitimara, havia realmente de ser de emenda e correção dos vícios e defeitos de que os propagandistas, entre os quais me poderia contar, levaram mais de meio século a explorar a monarquia.

Ao seu ingênuo autor desde a juventude dedico, com ardor e estudo, as questões de educação, parecia que tanto a filosofia especulativa como a experiência de humanidade certificavam que o meio mais apto, mais profícuo, mais direto e mais perfeito de obter emenda e correção era a educação. E assim pensando, ingênuo talvez, mais convicentemente, ele o escreveu num verdadeiro alvoroço de entusiasmo para, do fundo da sua obscuridade provinciana, propor este expediente como o mais exato às intenções do regime, e às condições do país.<sup>127</sup>

Como uma das principais vozes contestadoras durante os primeiros anos republicanos, Veríssimo militava em prol de uma educação nacional que não apenas fosse capaz de despertar um sentimento de amor à pátria, como também de garantir o sucesso dos ideias republicanos.<sup>128</sup> Para tanto, combatia o legado cultural ibérico na educação – principalmente no que diz respeito ao predomínio dos estudos humanísticos - defendendo então a nacionalização dos livros de literatura destinado às crianças, alegando a necessidade de que fossem imbuídos pelo espírito brasileiro e que despertassem o sentimento nacional por meio de uma educação cívica, que para ele era o meio pelo qual se construiria uma cultura moral e intelectual do indivíduo.

Não basta, porém, conhecer a pátria no seu solo, nos seus acidentes naturais, na sua natureza, no seu clima, nas suas produções, na sua atividade e na sua riqueza; não é suficiente saber-lhe as origens, como se provou e se desenvolveu, qual o seu contingente à civilização ou seus elementos de progresso, as lutas que teve que sustentar, os triunfos que obteve e os revezes que sofreu: é necessário mais, é indispensável, em um país livre principalmente, em especial numa república, conhecer as suas instituições, em si e nas origens, saber-lhe as leis com as obrigações que impõem e os deveres que garantem, estudar as leis gerais de moral, de economia e de política que presidem às sociedades e estabelecem e dirigem as relações entre

---

<sup>125</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 94.

<sup>126</sup> *Ibid.*, p. 95.

<sup>127</sup> VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1906, V-VI.

<sup>128</sup> *Ibid.*, p.6.

os seus membros; aprender a solidariedade nacional na solidariedade escolar, e a noção do dever cívico, do dever humanitário e do dever em geral, no dever e na disciplina da escola.<sup>129</sup>

Para Leonardo Arroyo, até o final do século XIX era comum que se recorresse a uma literatura estrangeira - oriunda sobretudo de Portugal, França, Inglaterra e Alemanha - que servissem tanto para adultos quanto para crianças.<sup>130</sup> Consequentemente, a contribuição estrangeira para o setor educacional brasileiro, fosse por meio de uma literatura importada ou pela presença de professores estrangeiros, dificultou para Arroyo, o processo de formação de uma literatura infantil que apesar das recomendações de Veríssimo, só se consolidaria na segunda metade do século XX.

A maior parte desses livros eram traduzidos em Portugal ou escritos por portugueses, muitos deles sendo adotados pelo sistema educacional brasileiro, a exemplo do consagrado poema de Luís de Camões, *Os Lusíadas*.<sup>131</sup> Em contrapartida, foi por meio dessa literatura importada, aplicada nas escolas, que surgiu as bases do que viria a ser a literatura infantil nacional. De acordo com Patrícia Hansen, a ênfase dada a necessidade de uma literatura original, imbuída de um caráter cívico, expressavam um conjunto de preocupações que convergiam para o problema da formação da nação brasileira. Além disso, estava em consonância com as demandas sociais vivenciadas na virada do século XIX para o XX, apontando para uma modernização da sociedade que entre outras coisas, conferia maior importância às crianças.<sup>132</sup>

Não menos importante foi o papel desempenhado por revistas e jornais dedicados às crianças, tanto por contribuírem para a formação de um público composto por pequenos leitores quanto pelo compromisso com os problemas e questões relacionados ao aprendizado escolar. As primeiras iniciativas neste sentido, surgiram ainda na primeira metade do século XIX, quando foi publicado em 5 de julho de 1837, o jornal *O Recompilador ou Livraria dos Meninos*, em Salvador. Nove anos depois, também em Salvador, era publicado *O Mentor da Infância*. No mesmo período, seria publicado o *Jornal de Instrução e de Recreio*, no Maranhão e em 1835, era publicado *O Juvenil*, no Rio de Janeiro.<sup>133</sup> Essa imprensa infantil em formação no Brasil fora influenciada pelos periódicos publicados principalmente na Europa, direcionados para o mesmo segmento de leitores, como a popular revista *Le semaine de Suzette*, publicada em 1905 em Paris e cujo lema era educar e instruir.

No Brasil, *O Jornal da Infância*, publicado no Rio de Janeiro em 1898, foi uma das primeiras iniciativas de sucesso dedicada ao público infantil. O periódico era na verdade uma revista, publicada pela firma de João de Pino & Cia, de propriedade da Gazeta Comercial e Financeira, sendo dirigido por Luis H. Lins de Almeida. Publicado em oito páginas, em seu primeiro editorial os editores manifestavam a intenção de guiar “a infância no vasto campo da educação moral e religiosa”, assumindo também a função de “educar e instruir” as crianças por meio da imprensa.

Em suas vinte edições produzidas, a revista publicaria contos, lendas mitológicas, poesias, folhetins, páginas de moda, passatempos, concursos, questões de gramáticas textos que enfatizavam as virtudes que deveriam ser cultivada pelas crianças.<sup>134</sup> Embora tenha tido duração efêmera, desaparecendo no mesmo ano de seu aparecimento, *O Jornal da Infância*

---

<sup>129</sup> Ibid., p. 8.

<sup>130</sup> ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 103.

<sup>131</sup> Ibid., pp. 104-105.

<sup>132</sup> HANSEN, Patrícia dos Santos. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. 245f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo 2007. p.30.

<sup>133</sup> ARROYO, op. cit., p. 180.

<sup>134</sup> ROSA, Zita de Paula. **O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 11.

contribuiu para a consolidação de uma imprensa para crianças no Brasil que, conforme se verá adiante, alcançou grande sucesso de público com a publicação da revista ilustrada *O Tico-Tico*.

## 2.2 - Do Malho Ao Jornalzinho das Crianças

A imprensa em desenvolvimento ao longo do século XIX se constituiu como um espaço de atuação política e intervenção na vida social, inaugurando novas formas de leituras e possibilitando a formação de redes de sociabilidade por onde circulou às principais ideias e aspirações promovidas pelos diferentes grupos de ilustrados. Ao lado dos jornais de opinião e caráter combativo que deram o tom ao debate político durante os primeiros anos da imprensa nacional, conviviam ainda práticas mais tradicionais de circulação de informação e periódicos que proporcionavam conteúdo mais variado.

Entretanto, é durante as últimas décadas do oitocentos brasileiro que ocorre uma maior diversificação dos periódicos em circulação, o que segundo Coben, esteve em sintonia com o florescimento da economia urbano industrial em combinação com a modernização das técnicas de impressão e a ampliação do público leitor.<sup>135</sup> Para Eleutério, embora a política permanecesse assunto privilegiado entre as redações, o crescimento urbano favoreceu o ímpeto de reportar diferentes focos de notícias, fosse aquele do bordão republicano “O Brasil Civiliza-se” ou as diferentes práticas culturais de uma sociedade que buscava o progresso.<sup>136</sup>

Se durante algum tempo o alto custo da confecção dos jornais dificultava a criação de novos títulos, o que em parte explica o caráter efêmero de muitas publicações em circulação nos primeiros anos de vida da imprensa no Brasil, a partir da modernização das técnicas de impressão, experimentadas sobretudo a partir da década de 1870, foi possível um barateamento no custo dos jornais e uma ampliação de grupos e recursos – técnicos e financeiros - dispostos a criar novos jornais e tipografias.

Segundo Marialva Barbosa, as tecnologias em desenvolvimento nesse momento foram diversas e se confundiram com a própria modernização dos periódicos. A implantação de um sistema ferroviário, em 30 de abril de 1854, no Rio de Janeiro, impulsionou o crescimento da rede urbana e possibilitou a circulação de ideias e o desenvolvimento dos impressos. Gradativamente, por meio do investimento na educação, dos incentivos à aquisição/e ou fabricação de papel, além da evolução técnica do impresso, ensaiou-se uma comunicação de massa no Brasil.

Conforme a historiadora Tania de Luca, o progresso das viagens marítimas realizadas por meio do vapor e o desenvolvimento acelerado das ferroviárias possibilitou uma conexão maior entre Brasil e Europa.<sup>137</sup> A partir de então formavam-se espaços comuns de circulação e de trocas em escala e ritmo inéditos, desencadeando novas possibilidades para a produção cultural e o confronto de opiniões, facilitada principalmente pela ligação dos continentes por meio do cabo submarino, como o que uniu Brasil e Europa em 1874. A circulação de uma cultura visual entre os dois lados do Atlântico contribuiu para a fomentação de novas percepções, disseminando modelos, gostos, valores e visões do mundo que estavam de acordo com a ordem europeia estabelecida, em especial a francesa.<sup>138</sup> Conforme já assinalado por

---

<sup>135</sup> COBEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: LUCA, Tânia Regina de. MARTINS, Ana Luiza. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, pp.103-129.

<sup>136</sup> ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso In: LUCA, Tânia Regina de. MARTINS, Ana Luiza. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 83.

<sup>137</sup> LUCA, Tania Regina de. **A Ilustração (1884-1892): circulação de textos e imagens entre Paris**, Lisboa e Rio de Janeiro. São Paulo: Unesp, 2018, p. 15. *E-book*.

<sup>138</sup> Ibid. 155.

Roger Chartier, as diferentes representações do mundo social são sempre determinadas pelos grupos que a forjam ou seja, as formas de ler e sentir o mundo, não estão apartadas de projetos de dominação e poder, capitaneada por grupos sociais específicos.<sup>139</sup>

A inserção do telégrafo nas redações dos jornais cariocas a partir de 1874, por exemplo, tornou o mundo mais visível e mais próximo, sustentando a produção do jornal, transformando-o num negócio potencialmente rendoso. Ao lado disso, a introdução das máquinas linotipos<sup>140</sup> em 1892 possibilitou a atualização de informações num prazo mais curto e um aumento do número de páginas dos periódicos. Para Martins, a agilização da notícia colocou em funcionamento as engrenagens do universo econômico, agora intermediada por novos profissionais como correspondentes estrangeiros e funcionários de agências de notícias.<sup>141</sup>

Do mesmo modo, rotativas mais velozes, como as Alauzet e as Marinoni, permitiam a impressão de um número maior de exemplares e a possibilidade de se alcançar um público mais amplo e ainda não explorado, assim como o incremento das formas de publicidade. A fototipia permitiu a publicação de fotografias e a difusão de informações por meio da imagem, condição fundamental para as proliferações das revistas ilustradas, modalidade de grande sucesso em solo brasileiro.<sup>142</sup>

Conforme visto anteriormente, o gênero da revista surge no Brasil como um espaço privilegiado de atuação dos literatos. A modalidade se fez presente durante os primeiros anos da Imprensa Régia, permanecendo ao longo do Império e se consagrando na república como um gênero de sucesso no país. A revista ilustrada de caricatura foi uma modalidade que se sobressaiu no quadro da imprensa durante o Segundo Reinado, se consolidando como um instrumento de críticas dos costumes por meio do humor via caricaturas e charges.

Segundo Martins, o recurso da ilustração periódica vinha de um ansioso e desesperado desejo de ajuste com o tempo cultural dos países ditos civilizados e como resultado de uma voga europeia, dos jornais caricatos que faziam sucesso nesse momento. Especialmente na França, onde o talentoso cartunista Honoré Daumier (1808-1879), imprimia em desenho as contradições e ironias da Paris pós revolução burguesa de 1830.

Os novos modelos chegariam ao Brasil por intermédio do talentoso pintor brasileiro, Manoel de Araújo Porto Alegre (1806-1879), que vivenciara a experiência em Paris, transportando-a para o Rio de Janeiro desde então. Há consenso em atribuir a Porto Alegre a autoria da primeira caricatura no Brasil, publicada no *Jornal do Comércio*, em 1837. Em 1844, no entanto, ele publicaria a irônica e engraçada, *Lanterna Mágica – Periódico Plástico e Filosófico*, uma das primeiras revistas de caricaturas no Brasil.<sup>143</sup>

A iniciativa possibilitou que impressores, ilustradores e jornalistas investissem no gênero, que se propagou por todo o Império e se consagrou principalmente através da pena de estrangeiros em busca de oportunidades no jovem país. Um desses aventureiros foi o alemão Henrique Fleiuss. Após chegar ao Brasil em 1853, Fleiuss consolidou por meio da revista *Semana Ilustrado* (1860-1876), a crítica dos costumes por meio das charges e caricaturas, unindo imagem e humor como meios de atuação política. Também foi importante a contribuição do piemontês Angelo Agostini, que aportou no Brasil em 1854. Na década de 1870, Agostini publicou a *Revista Ilustrada* (1876-1878), a única no período capaz de fazer sombra a *Semana Ilustrada* em termos de impacto político e social. Em 1878, o português Rafael Bordallo Pinheiro, publicava a revista *O Besouro*, que além dos desenhos sátiros de alta qualidade,

<sup>139</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990, p. 17.

<sup>140</sup> Artefato tecnológico que permite a formação de linhas inteiras por meio de um teclado alfanumérico.

<sup>141</sup> MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: LUCA, Tânia Regina de. MARTINS, Ana Luiza. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 71.

<sup>142</sup> BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, pp.21-41.

<sup>143</sup> MARTINS, op. cit. p. 65.

publicou as primeiras fotografias da imprensa brasileira, retratando crianças abatidas pela seca no Nordeste, imagens tiradas durante uma viagem feita por José do Patrocínio, naquele momento redator do jornal *Gazeta de Notícias*.<sup>144</sup>

Durante a *Belle Époque* brasileira, as revistas desempenhavam o papel de mediadores de saberes, práticas sociais e linguagens. Combinando reflexão e entretenimento, elas se colocavam como um canal indispensável de atualização do período e inauguravam uma nova linguagem jornalista por meio da apresentação de uma estética atraente que possibilitava que elas conquistassem um público leitor considerável por meio de estratégias diferenciadas de participação e leitura.<sup>145</sup>

*O Malho* foi certamente uma das maiores expressões da imprensa no Brasil no início do século XX. Herdeira da tradição de satirizar o cotidiano por meio da ilustração e do humor consagrada no século XIX, ela foi um dos principais periódicos em circulação no período e se estabeleceu no mercado como uma poderosa força de crítica política e social. Para tanto, congregou em torno de sua redação os mais competentes redatores e os mais criativos artistas gráficos do período. Nomes como Angelo Agostini, Raul Pederneiras, Kalixto Cordeiro, Alfredo Storni, Luís Gomes Loureiro, J. Carlos e Crispim do Amaral, este último inclusive encarregado da direção artística do periódico.

Em sua capa de estreia, *O Malho* apresentava uma ilustração assinada por Crispim do Amaral, onde se pode ver um trabalhador vestido de vermelho e avental branco, segurando um enorme malho. Ao seu redor, se amontoava um cavalete e impressos com os dizeres “política, arte e cumprimentos a imprensa”. Ao lado do braço estendido do trabalhador, a revista se apresentava como um “Semanário humorístico, rístico, artístico e literário”. Através da figura do trabalhador, usava um jogo ambíguo de palavras com o nome do período, o malho usado para martelar chapas de metal e o hábito popular de usar a palavra malhar como forma de expressar o chiste e a troça.<sup>146</sup>

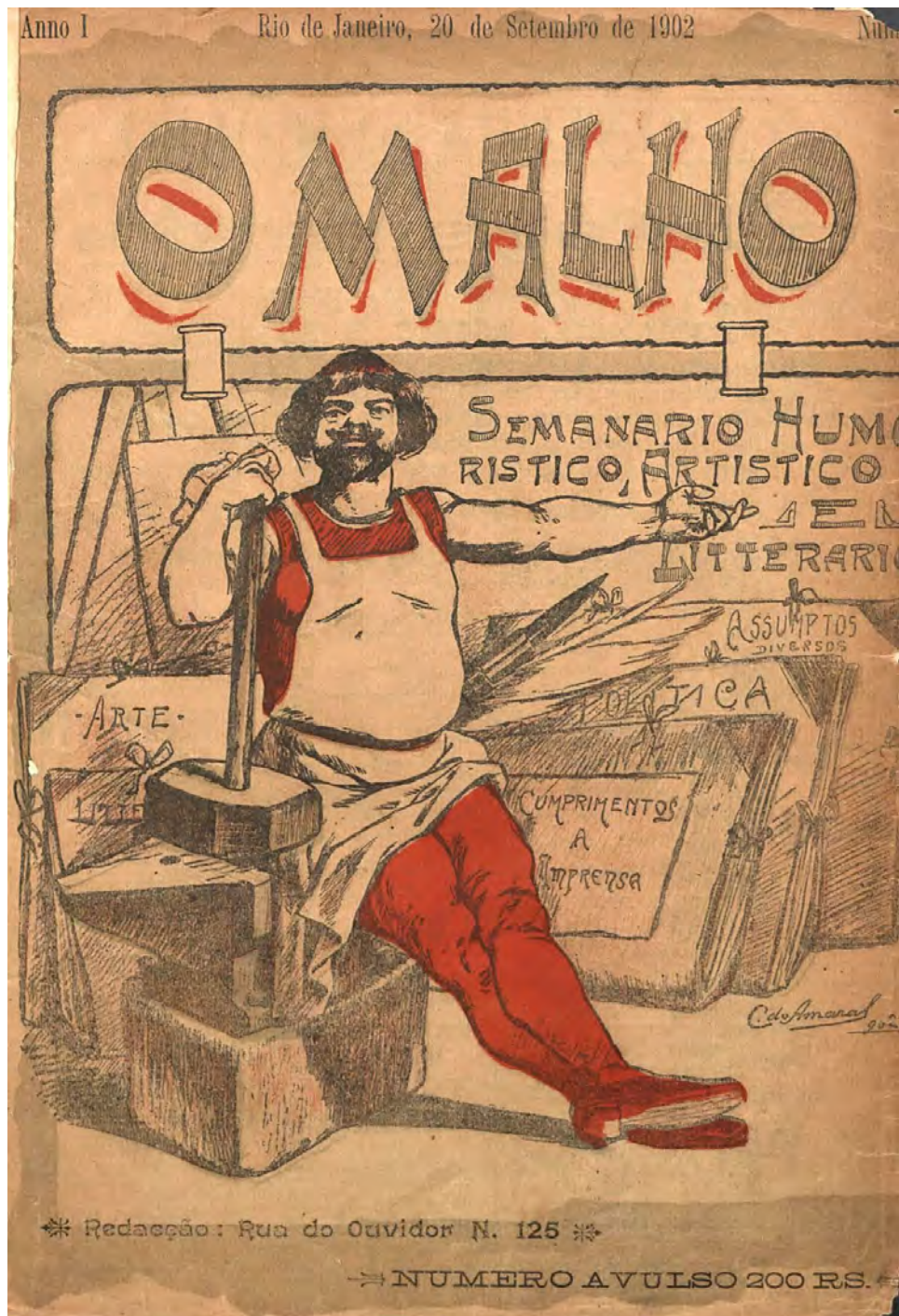
---

<sup>144</sup> MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: LUCA, Tânia Regina de. MARTINS, Ana Luiza. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 65.

<sup>145</sup> OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera. **O Moderno em revistas: Representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p.12.

<sup>146</sup> SILVA, Alexandre Rocha da. **Os Homens do Futuro – As Crianças de Hoje! Debates sobre a infância nos quadrinhos de Luís Loureiro (1907-1919)**. 2019. 260f. Dissertação. (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2019, p. 41.

Figura 1 - Primeira capa da revista O Malho



Fonte: O Malho. 20/09/1902. Ed. 125. Ano I.

A revista foi fundada em 1902 pelos jornalistas e políticos Luís Bartolomeu de Souza e Silva<sup>147</sup> e Antonio Azeredo<sup>148</sup>, ocupando um prédio inicialmente localizado na rua do Ouvidor, nº 136 e posteriormente no nº 164 da mesma rua, sendo este um dos locais mais privilegiados para se fazer jornalismo no período.

Tanto Luís Bartolomeu quanto Antonio Azeredo já atuavam no mercado jornalístico e trabalharam juntos a frente do vespertino *A Tribuna*, notável pelas notícias e furos jornalísticos, teor político e circulação considerável. A parceria entre eles a frente da *Empresa O Malho*, conforme chamada inicialmente, se concretizaria no ano 1909, quando a empresa passaria a se chamar *Sociedade Anônima O Malho*. Porém, antes de trabalhar em *A Tribuna* e *O Malho*, Luís Bartolomeu fora redator dos jornais *O País* e a *República*, vindo depois a atuar na direção no jornal *O Tempo*, onde chegou a ser preso, após publicar um artigo polêmico contra o tratamento infligindo aos presos políticos em ocasião da Revolta da Armada em 1903. Azeredo por sua vez, atuou na *Gazeta da Tarde* e no *Diário de Notícias*, embora sua principal atividade tenha sido a carreira política, especialmente na função de senador pelo estado de Mato Grosso. Luís Bartolomeu e Azeredo também foram alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, conhecida pelas ideias positivistas e pela crença no progresso.

Como uma das mais populares revistas de seu tempo, *O Malho* era vendido inicialmente ao valor de duzentos réis, quantia que para Alexandre Silva era o “equivalente a meio quilo de açúcar, ou a uma passagem de bonde”, o que fazia dela um dos periódicos mais acessíveis do período.<sup>149</sup> Impulsionado pela aquisição de novas rotativas capazes de imprimir um número maior de impressos, como as Marinonis, em 1905 ela anunciava um aumento de 33.000 exemplares para um total de 35.000 e já custava trezentos réis.

---

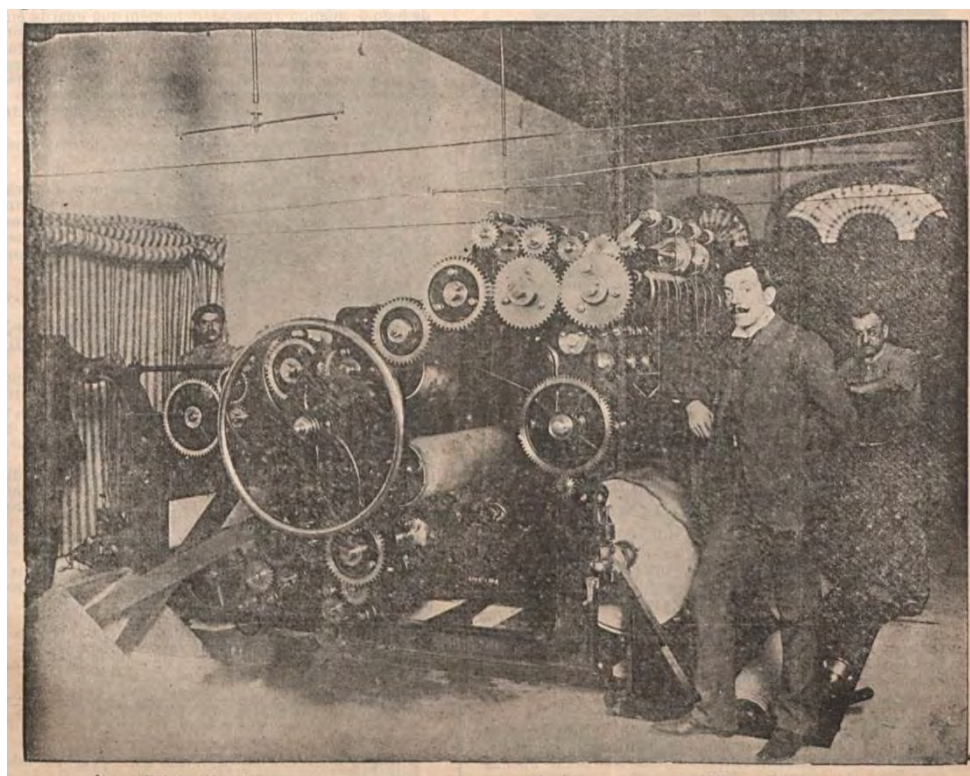
<sup>147</sup> Luís Bartolomeu nasceu em 3 de outubro de 1866 em Rio Preto, Minas Gerais. Estudou na Escola Militar da Praia Vermelha, onde chegou a integrar o Batalhão dos Jovens Republicanos. Também colaborou com o Presidente do Estado do Paraná, General Serzeleto Corrêa, para quem realizou estudos sobre questões fronteiriças entre esse estado e Santa Catarina. Após uma viagem feita a China em companhia com a embaixada brasileira, iniciou sua carreira na imprensa e esteve à frente dos negócios da Sociedade Anônima O Malho pelo menos até 1903, quando foi eleito a deputado federal pelo estado do Paraná. Faleceu em 25 de julho de 1932.

<sup>148</sup> Antonio Francisco de Azeredo nasceu em Cuiabá, Mato Grosso, em 22 de agosto de 1861. Iniciou sua carreira jornalística em sua cidade natal, depois mudando-se para o Rio de Janeiro onde estudou na Escola Militar da Praia Vermelha, integrou a Escola Politécnica e ingressou no curso de Direito, onde se formou em 1895. Elegeu-se deputado em 1890 e depois a senador entre 1897 a 1830. Faleceu em 8 de março de 1936, no Rio de Janeiro.

<sup>149</sup> SILVA, Alexandre Rocha da. **Os Homens do Futuro – As Crianças de Hoje! Debates sobre a infância nos quadrinhos de Luís Loureiro (1907-1919)**. 2019. 260f. Dissertação. (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2019, p.42.



**Figura 2 - O Malho anuncia a aquisição de uma Marinoni**



Fonte: O Malho. 29/07/1905. Ed. 150. Ano IV.

O sucesso da publicação incentivou uma segmentação de novos títulos com a intenção de atingir novos nichos de leitores por parte da editora *O Malho*. É neste processo de segmentação d' *O Malho* que surge a oportunidade de criação de um periódico aos moldes da revista *O Tico-Tico* (1905), além de outras iniciativas como os periódicos *Rio Chic* (1905), *Ilustração Brasileira* (1905) e *Leitura para todos* (1909).

Não obstante, para compreender o processo criativo de um periódico como a revista *O Tico-Tico*, acreditamos ser preciso enfatizar não apenas o crescimento editorial da *Sociedade Anônima O Malho*, mas também compreender a redação da revista como um espaço de sociabilidade por onde circulavam as ideias e aspirações de muitos artistas, jornalistas e políticos do período em questão. Como observa Angela de Castro Gomes, esses espaços de sociabilidade são tanto geográficos quanto afetivos, conformando não apenas vínculos de amizade ou rivalidade, mas promovendo “certa sensibilidade produzida e cimentada por evento, personalidade ou grupo especiais.”<sup>150</sup>

No prédio que dividia com *A Tribuna*, na rua do Ouvidor, *O Malho* dispunha de um salão onde realizava saraus literários, exposições de artes e promovia encontros entre jornalistas e políticos da cena carioca.<sup>151</sup> Ao lado das redações, somava-se espaços igualmente de encontros e reuniões como o Café Paris e rodas boêmias que giravam em torno dos jornalísticas e artistas gráficos, aglutinando nomes como Olavo Bilac e Coelho Neto. O Café Papagaio, localizado na Rua Gonçalves Dias, formava uma das rodas boêmias mais conhecidas da cidade e, segundo

<sup>150</sup> GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio. Os intelectuais cariocas e modernismo*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.6, n. 11, 1993, p. 67-77.

<sup>151</sup> GONÇALVES, Roberta Ferreira. *As Aventuras d'O Tico-Tico. Formação Infantil no Brasil Republicano (1905-1962)*. 2019. 369f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História da Universidade Fluminense, Niterói, 2019, p.20.

comentários de Luís Edmundo, foi lugar de formação de periódicos como “o *Mercúrio*, o *Tagarela*, o *Avança* e o *Malho*, este último ainda hoje cheio de vida e saúde”.<sup>152</sup>

Em relação a essa questão, Gonçalves comenta sobre a prática de realizar torneios esportivos entre os periódicos de maior envergadura da cidade através de competições de vôlei, natação e futebol. Valorizando as redes de sociabilidade partilhadas pelos grupos de ilustrados da cidade nos primeiros anos do século XX, a autora destaca que competições de futebol como as realizadas entre os funcionários da revista *O Malho* e *Fon-Fon*, chegou mesmo a revelar nomes importantes do futebol nacional, como Barthô, apelido dado ao filho de um dos fundadores d’ *O Malho*, Luís Bartholomeu. Barthô chegou a fazer carreira no Fluminense Futebol Clube, jogando inclusive pela Seleção Brasileira de Futebol, mas teve a carreira interrompida após falecer fatalmente durante um acidente de carro.<sup>153</sup>

Na ocasião do cinquentenário da revista *O Tico-Tico*, o *Correio da Manhã* anunciava “a primeira revista infantil, entre nós – Luís Bartolomeu de Souza e Silva, o fundador” e prosseguia o texto alegando que o periódico “era uma ideia que Luís Bartolomeu de Souza e Silva metera na cabeça: fundar uma revista dedicada exclusivamente às crianças, que seria a primeira no gênero, entre nós”.<sup>154</sup> A citação em questão, remonta a uma história memorialista que por vezes *O Tico-Tico* tentou contar sobre si mesma, ao atribuir o momento de sua fundação exclusivamente a Luís Bartolomeu de Souza e Silva:

Em 1905 não existia, no Brasil uma só revista para crianças. Os livros infantis que os meninos liam eram, quase todos, importados de Portugal, e em matéria de revistas, nem uma única! Vocês, que hoje têm tanta fartura de revistas para seu deleite, são capazes de imaginar isso? Pois assim, como estamos dizendo [...] Foi então que um jornalista patricio, Luiz Bartolomeu de Souza e Silva, teve a ideia de lançar um jornalzinho – naquele tempo era chamado assim – para a meninada. Tendo-se-lhe metido essa ideia na cabeça, não descansou enquanto não viu transformada em realidade. Reuniu, para isso, os melhores desenhistas da época, movimentou gente para escrever, chamou colaboradores, escolheu um nome ao gosto da meninada, fácil de guardar e bem brasileiro.<sup>155</sup>

A historiadora Zita de Paula Rosa foi uma das primeiras autoras a contrapor uma interpretação oficial sobre o projeto de formação da revista, destacando o papel fundamental desempenhado por intelectuais como Manoel Bomfim, Renato Castro e Cardoso Júnior durante o processo criativo de construção do periódico infantil. Segundo a autora, a iniciativa teria partido sobretudo de Manoel Bomfim após seu retorno de uma viagem feita à França entre 1902 e 1903.<sup>156</sup> Bomfim, conforme discutindo, foi um dos principais intelectuais engajados de seu tempo e um dos principais defensores da educação popular como condição chave para a promoção do progresso da sociedade.

Não obstante, sua participação nos debates que giravam em torno da educação são dignas de destaque. Ao lado de José Veríssimo e Rocha Pombo, ele teria tentado estabelecer diretriz para a formação de uma universidade no Brasil e na Escola Normal, atuou como professor de Pedagogia, Português, ministrando aulas de Moral e Cívica. No mesmo colégio, ele dirigiu o *Pedagogium*, instituição destinada à pesquisa educacional. Vindo também a atuar como membro do Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal. Em 1899,

---

<sup>152</sup> EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p.334.

<sup>153</sup> GONÇALVES, Roberta Ferreira. **As Aventuras d’O Tico-Tico. Formação Infantil no Brasil Republicano (1905-1962)**. 2019. 369f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História da Universidade Fluminense, Niterói, 2019, p. 22.

<sup>154</sup> *Correio da Manhã*. 11/10/1955. Ed. 19186. Ano LV. p.3.

<sup>155</sup> *O Tico-Tico*. 10/1955. Ed. 2039. Ano LI. p. 18.

<sup>156</sup> ROSA, Zita de Paula. **O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p.60.

assumiu a Diretoria da Instrução Pública, onde ficou responsável pela definição dos conteúdos das disciplinas escolares por meio da indicação dos livros didáticos a serem adotados em todas as escolas públicas, além de fiscalizar a atuação dos professores e a distribuição de recursos financeiros, entre outras atribuições. Bomfim deixou o cargo na Instrução Pública em 1907, quando atuou como deputado federal pelo estado de Alagoas, mas sem deixar de se comprometer com os assuntos educacionais do qual fora militante.<sup>157</sup> Embora haja pouca informação sobre o papel que ele desempenhou depois de concretizado o projeto d' *O Tico-Tico*, Hansen comenta que ele chegou a colaborar com revisão de textos para a revista e mesmo se afastando da cena carioca em 1907, não deixou de escrever para *O Malho*.<sup>158</sup>

Segundo Rosa, durante sua viagem realizada à França, no período entre 1902 a 1903, com o intuito de aprender sobre a Pedagogia experimental, Manoel Bomfim teria entrado em contato com revistas ilustradas infantis francesas, títulos como *Le Jeudi de La jeunesse* (1902), *La Jeunesse Illustrée* (1903) e *Les Belles Images* (1903). Deste modo teria surgido a inspiração para se criar *O Tico-Tico*. Após o retorno ao país, Bomfim teria apresentado o projeto a Cardoso Júnior e a Renato de Castro. O acesso aos exemplares de *Le Petit Journal Illustré de La Jeunesse* (1904) e *La Semaine de Suzette* (1905) teria o inspirado a criar um periódico com formato e proposta editorial semelhante.

**Figura 3 - *Le Petit Journal***



Fonte: *Le Petit Journal Illustré de La Jeunesse*. 22/04/1906. Ed. 80. Ano III.

<sup>157</sup> GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim “pensador de História na República**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.23, nº 45, pp.129-154, 2003, p135.

<sup>158</sup> HANSEN, Patrícia dos Santos. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. Tese. 245f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo 2007, p.72.

Já Renato Castro, nasceu em 1878 e estudou no Ginásio de São Bento e na Escola de Belas Artes, local aonde se dedicou ao estudo de desenho, escultura e da gravação de medalhões. Embora tenha chegado a cursar medicina, optou pelo jornalismo e iniciou carreira na imprensa como secretário de redação da *Gazeta de Notícias*, periódico no qual conviveu ao lado de José do Patrocínio e Olavo Bilac. Como ilustrador e caricaturista, trabalhou em jornais como *Dom Quixote* de Angelo Agostini, *Tribuna*, *Ilustração Brasileiro* e *O Malho*. De acordo com Patroclo, Renato Castro chegou a ocupar o cargo como diretor-secretário na Companhia Editora Americana, que pertencia à *Revista da Semana*, e instituição onde ele teria participado da fundação da *Eu sei tudo* e a *Cena Muda*. Ele também atuou como taquígrafo do Senado Federal e professor de português e história na Escola Amaro Cavalcanti. Já no periódico *O Tico-Tico*, exerceu a função de diretor artístico e dentre os fundadores, foi o que mais permaneceu a frente do periódico, afastando-se das atividades jornalísticas em 1916.<sup>159</sup> Renato Castro faleceu aos 64 anos em 1940 e enquanto esteve à frente d'*O Tico-Tico*, foi incumbido da função de solicitar e encomendar aos ilustradores e redatores o tipo de material a ser publicado, além de ficar responsável por sua seleção e se dirigir aos leitores em nome da revista.<sup>160</sup>

Cardoso Júnior por sua vez, foi poeta e jornalista e segundo Rosa, era o responsável pela seleção das colaborações enviadas pelos leitores à revista *O Tico-Tico*. Embora dispomos de poucas informações sobre Cardoso Júnior, no livro *O Rio de Janeiro do meu tempo*, o poeta é descrito pelo historiador e memorialista Luís Edmundo como um bom amigo, do tipo esplêndido e bem humorado:

Já a porta surge a figura entroncada de Cardoso Júnior, *Le bongéant* com os seus eternos jornais, os seus infalíveis folhetos de propaganda e sua pasta-de-ovo, marrom enorme, debaixo do braço. É um tipo esplêndido e viril, a porejar saúde. E bom humor. Usa uma barbicha rala, em ponta, a lhe fugir do queixo, um queixo anglo-saxão, amplo, duro e bem marcado. Chega falando alto, do meio da rua, que para todos ouçam. [...] Onde o Cardoso chega, só ele fala. É quem dirige a palestra. E todos ouvem com atenção e ternura. Não cultivava pessimismos ou tristezas. Campanha de boa vontade. Tudo é bom para ele: o mundo, a vida, os amigos, os quadros do Augusto Petit, os versos de Prudêncio Machado! O café que rejeitamos por sentir requentado ou frio, ele acha ótimo. Pede outro. Só tem amigos. [...] Cardoso Júnior não acredita também na maldade dos homens. É, por isso, feliz.<sup>161</sup>

Segundo Patroclo, durante sua carreira jornalística, Cardoso Júnior também atuou como redator do periódico *Correio da Manhã* e fundou o periódico *Revista Contemporânea* (1899-1901) e *Avenida*. Na edição da revista *O Tico-Tico*, publicada em 9 de outubro de 1918, ele era homenageado pela seção *Lições do Vovô*, sendo reconhecido como um dos fundadores da revista e descrito como um homem de “grande talento e coração, e que era um adorável pai de família”.<sup>162</sup>

Seja qual tenha sido o papel desempenhado por cada um dos formadores no processo criativo de *O Tico-Tico*, ele ocorreu por meio dos encontros e reuniões realizados em torno da redação de *O Malho*. Pesquisas recentes sobre a revista, como as teses das historiadoras Patrícia Hansen e Roberta Gonçalves, concordam que esses intelectuais, assim como Luís Bartolomeu de Souza e Silva, compartilhavam da crença da educação como instrumento de transformação social e que as aspirações de Bomfim, Renato Castro e Cardoso Júnior estavam de certo modo

---

<sup>159</sup> PATROCLO, Luciana Borges. **As mães de famílias futuras: A revista O Tico-Tico na formação das meninas brasileiras (1905-1921)**. Tese. 300f. (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Educação da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2015, pp. 34-35.

<sup>160</sup> ROSA, Zita de Paula. **O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002 p.61.

<sup>161</sup> EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p.60.

<sup>162</sup> *O Tico-Tico*. 09/10/1918. Ed. 679. Ano XIII.

de acordo com as motivações comerciais da *Sociedade Anônima O Malho* e sua segmentação em busca de novos nichos de leitores.

Os periódicos segmentados a partir de *O Malho*, geralmente eram apresentados ao público através de estratégias de publicidades como a realização de concursos que tinham como finalidade conhecer as expectativas em torno dos novos lançamentos e estabelecer um perfil do público leitor a ser explorado. Não foi diferente na ocasião do lançamento de *O Tico-Tico*. Em edição publicada em 23 de setembro de 1905, *O Malho* anunciava o primeiro concurso do periódico infantil, convidando os meninos de até 12 anos a responderem a seguinte pergunta: “Que é que o menino quer ser?”

Os candidatos de todo o Brasil deveriam enviar a resposta acrescida de um retrato para a redação da revista, escrita em folha de papel almaço e explicando brevemente sobre qual profissão gostariam de exercer e o porquê. Alertava também para que pais e professores não escrevessem em nome dos meninos, argumentando que tal ato não apenas “desvirtuaria o intuito do concurso, como praticaria um ato de falsidade que, por si só, influiria pessimamente na moral do menino” e assim prosseguia:

Deixem os meninos responder inteiramente de conformidade com o seu espírito e aspirações. A primeira virtude deste concurso estará nisso: - desde logo, o menino, ao dizer o que deseja ser, e pela maneira por que o disser, revelará as suas tendências, o seu ânimo, o seu valor. Desde logo o menino retratará o homem que guarda em si. E ao fim deste concurso, a que esperamos que concorram todos os nossos patriciozinhos (que nisso os pais influam), conforme as profissões mais desejadas, já que poderemos prever si essa nova geração que aí vem apontando terá seiva e os ideias capazes de conduzirem esta grande pátria ao futuro que sonhamos brilhante.<sup>163</sup>

Para despertar o interesse dos leitores, a revista prometia um prêmio de cem mil réis para aqueles que enviassem a melhor resposta, com a promessa de que as melhores respostas seriam publicada na revista *O Tico-Tico* juntamente com a fotografia de seus autores. O vencedor do concurso foi o menino de 12 anos, Ismael Pinto de Araújo Corrêa, estudante do Colégio Militar e filho de um comandante que participara da Revolta da Armada. Em sua resposta, ele declarava que desejava seguir a carreira militar, servindo a pátria assim como seu pai, tios e avós.<sup>164</sup> Deste modo, por meio do concurso e do seu vencedor, os editores estabeleciam o gênero e a idade que gostariam dialogar, enquanto enfatizavam o compromisso do novo periódico com um projeto nacional que priorizava o trabalho, a moral e o amor à pátria.

Apenas um dia após a publicação do concurso vencido por Ismael Pinto de Araújo Corrêa, os colaboradores de *O Malho* investiam em novas estratégias de mediação entre a empresa e os leitores para compreender as expectativas e sensibilidade do público em torno do lançamento de um periódico infantil. Dessa vez era publicado em 22 de setembro de 1905, um novo concurso nas páginas da revista *Rio Chic*, através do qual os editores questionavam os leitores se deveria ser admitido a ficção e o maravilhoso na educação da criança e em caso afirmativo, orientavam os leitores a justificarem sua resposta. A iniciativa não parecia ser por acaso, tendo em vista que *O Rio Chic* era um suplemento de moda dirigido por Branca Vila Flor e consumido principalmente por jovens mulheres, mães, avós e educadoras das crianças que editores pareciam querer dialogar a pouco menos de um mês do lançamento d’ *O Tico-Tico*.<sup>165</sup>

<sup>163</sup> *O Malho*. 23/09/1905. Ed. 158. Ano IV.

<sup>164</sup> GONÇALVES, Roberta Ferreira. **As Aventuras d’O Tico-Tico. Formação Infantil no Brasil Republicano (1905-1962)**. 2019. 369f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História da Universidade Fluminense, Niterói, 2019, p.37.

<sup>165</sup> *Ibid.*, p. 48.

### 2.3 – O Tico-Tico: O Jornalzinho das Crianças

Na edição d’*O Malho* publicada em 23 de setembro de 1905, na ocasião do anúncio sobre o concurso que posteriormente seria vencido por Ismael Pinto de Araújo Corrêa, a revista argumentava que *O Tico-Tico*, também chamado de *O Jornal das Crianças*, “seria o brinquedo indispensável, o desejo ardente de todas as crianças, que o pedirão aos pais com o mesmo fervor com que lhes pedem os clássicos brinquedos”.<sup>166</sup> Tal como a intenção dos editores, a revista fora concebida como um brinquedo sobre o qual os leitores poderiam recortar, colar e pintar. Ao lado do material instrutivo de matemática, história, ciência e das lições moralizantes e de incentivo ao trabalho, *O Tico-Tico* trazia em suas páginas jogos diversos, páginas de armar, concursos, quadrinhos e ilustrações coloridas.

Essa postura educativa da revista, estava em consonância com a entrada no Brasil de novos conceitos pedagógicos, inspirados na evolução dos estudos em psicologia experimental. A racionalização das políticas educacionais, vivenciadas principalmente a partir do advento da República, exigia a introdução de novas metodologias de ensino e aprendizagem que estivessem mais alinhadas com os projetos de modernização da educação que se desejava implementar. Segundo a pesquisadora Vera Tereza Valdemarin, desde as últimas décadas do século XIX, o método intuitivo ou lições de coisas atraía a atenção de intelectuais, artistas, professores e pedagogos brasileiros atentos a renovação pedagógica em curso na Europa e nos Estados Unidos.<sup>167</sup>

O método, cujas formulações dos pedagogos Johann Heirich Pestolozzi e Friedrich Frobel exercera grande influência em sua concepção, era entendido como um instrumento pedagógico capaz de reverter a ineficiência no ensino escolar, em especial em leitura, escrita e cálculo, áreas consideradas essenciais na sociedade industrial em desenvolvimento.<sup>168</sup> Concreto, racional e ativo, aliava termos como “observação” e “trabalho” numa mesma atividade, valorizando o ensino das cores das formas e objetos existentes no cotidiano das crianças de modo a promover o raciocínio e preparar o futuro trabalhador. Nos estudos do educador estadunidense, Norman Allison Calkins, os sentidos aparecem como canais de acesso ao mundo material, daí a necessidade de criação de situações pedagógicas nas quais as percepções possam ser exercidas, estimuladas e desenvolvidas especialmente por meio de atividades associadas à recreação e ao prazer. Atividades estas, utilizadas como estratégias para a obtenção de atenção e para o aguçamento da curiosidade com o objetivo de formular hábitos necessários ao desenvolvimento intelectual.<sup>169</sup>

Referindo-se aos leitores como “petizes”, “público de pequenos”, “meus netinhos” ou “amiguinhos do Chiquinho”, *O Tico-Tico* não fizera distinções entre recrear, informar e formar. Segundo Rosa, na prática essas três dimensões se entrecruzaram, compondo um todo orgânico, a intenção e na pretensão de uma interferência no processo de desenvolvimento da personalidade e do comportamento de seus leitores. Essas características presentes não apenas em *O Tico-Tico*, mas em parte considerável das publicações dedicadas à infância do período, aspiravam a possibilidade de transmissão e ensino moral, assim como a correção de eventuais

---

<sup>166</sup> *O Malho*. 23/09/1905. Ed. 158. Ano IV, p. 13.

<sup>167</sup> VALDEMARIN, Vera Teresa. O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SAVIANI, Dermeval et.al. **O legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2017, p.111. *E-book*.

<sup>168</sup> *Ibid.*, p.114-115.

<sup>169</sup> *Ibid.*, p. 125.

“desvios” de comportamento. Daí a necessidade de se recorrer ao uso de animais humanizados e principalmente às relações interpessoais de situações do cotidiano.<sup>170</sup>

O momento da escolha do nome da publicação é controverso e cercado por ambiguidades. De acordo com uma primeira versão, defendida pela filha de Luís Bartolomeu, Carmen de Sousa e Silva Westerland, em ocasião do cinquentenário da revista, a ideia para o nome do periódico teria partido de seu pai, inspirado em um passarinho que vivia na rua Paisandu, no Rio de Janeiro. Em outra versão, aventada pelo caricaturista Álvaro Cotrim, o tico-tico do logotipo teria sido inspirado em Bécassini, principal personagem do semanário *La semaine de Suzette*, cuja tradução para o português é o nome de um passarinho.<sup>171</sup> Entretanto, em versão comentada por Vasco Lima, em depoimento ao *Correio da Manhã* em 1955, a ideia para o nome teria partido de Manoel Bomfim, em alusão às escolas do Rio de Janeiro que no início da República eram conhecidas como “tico-tico”.

Seja como for, em sua primeira edição publicada em 11 de outubro de 1905, a revista apresentava o logotipo criado por Angelo Agostini, tendo em vista que ela se beneficiou consideravelmente de parte da mão-de-obra que colaborava também n’*O Malho*. Em torno do logotipo, podemos observar a presença centralizada do passarinho que dava nome ao periódico cercado por um grupo de querubins nus que se divertiam de todos os modos, inclusive lendo um jornalzinho com o nome da publicação.<sup>172</sup>

---

<sup>170</sup> ROSA, Zita de Paula. **O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 133

<sup>171</sup> Ibid. p. 28.

<sup>172</sup> Esse logotipo seria substituído em 1919 por um desenhado por Max Yantok. O logotipo mudaria mais uma vez em 1923, sendo substituído por um novo feito por J. Carlos em novembro de 1923. O último logotipo da revista foi inaugurado em 18 de julho de 1934 e com exceção do primeiro logotipo feito por Ângelo Agostini, todos os demais apresentavam os principais personagens da revista em torno do título.

Figura 4 - Primeira capa da revista O Tico-Tico



Fonte: O Tico-Tico. 11/05/1905. Ed. 1. Ano I



Em sua capa de estreia, *O Tico-Tico* apresentava ao público a narrativa em quadrinhos “Manda quem pode”. Dividida em seis quadros, nos dois primeiros a revista trazia o personagem *O Malho* sendo abordado por um grupo de meninos e meninas diante da redação da publicação de mesmo nome, para fazer cobranças. Perante a comoção das crianças, *O Malho* indagava: “Que é que vocês querem afinal de contas, ó pequenas esperanças da pátria?”. No que as crianças respondiam: “queremos um jornal exclusivamente para nós. Você, seu Malho, é muito bem feito, é muito divertido, mas...não basta!”. *O Malho* então considerava para deleite das crianças: “Eu acho que todos vocês têm razão. Na verdade, chega a ser uma injustiça que no Brasil todas as classes tenham o seu jornal e só vocês não o tenham. Pois bem! Futuros salvadores da Pátria e mãe de famílias futuras! Daqui em diante, às quartas-feiras, exigi de vossos pais O Tico-Tico.”<sup>173</sup>

Na segunda história, dividida em quatro quadrinhos, as crianças Zizi e Carlito interpelavam o pai recém chegado em casa, questionando ansiosamente se ele havia trazido algo. O pai oferece as crianças as guloseimas que havia levado consigo e para sua surpresa, assiste a fúria das crianças que atiram o embrulho no chão enquanto Zizi ia às lágrimas e Carlito lembrava ao pai rudemente que eles estavam esperando pelo *O Tico-Tico*. Resignado e sobre reprovação da sogra e da esposa, ele retorna para rua, encontra um pequeno jornaleiro, compram três exemplares da revista, dois para os filhos e um para a sogra. Após chegar em casa e ver felicidade dos filhos, ele decide retornar às ruas para comprar mais dois exemplares da revista, dessa vez para si mesmo e para sua esposa, declarando que todos virariam crianças dali em diante.

A narrativa ilustrada na capa de estreia da revista nos permite fazer algumas considerações, uma vez que este é um momento de apresentação das expectativas dos editores e de símbolos que se repetiriam até o fim da publicação. Em primeiro lugar, “Manda quem pode”, sugere uma centralidade assumida pela criança, sempre colocada no centro do quadro. Em ambos os quadrinhos, as crianças aparecem como sujeitos e protagonistas, tanto ao exigir uma revista para elas no espaço público quanto ao exigir *O Tico-Tico* do pai, no ambiente familiar. Em segundo lugar, o papel central assumido por Zizi e Carlito sugere ao menos um afrouxamento dos laços que consolidavam a família patriarcal brasileira em torno da figura do “chefe de família”, ao mesmo tempo que reforçava o papel culturalmente aceito da mulher como mãe de família.

Em 1907 por exemplo, a revista publicou a Seção para meninas, espaço fixo reservado à promoção da educação doméstica. A seção ensinava leitoras a como bordar golias, costurar roupas de bonecas, fazer pontos de crochê, criar enfeites de mesa sem gastar muito dinheiro. Quando crescesse, a leitora que tivesse seguido suas lições, estaria enfim apta para administrar um lar. Além de Seção para meninas, Moda para nossas leitoras e Figurinos para nossas leitoras foram outros espaços direcionados ao consumo de mães, irmãs, senhoritas e senhoras.<sup>174</sup>

O pequeno jornaleiro que vende *O Tico-Tico* para o pai de Zizi e Carlito também cumpre um papel importante, pois representa a longa história de exploração da mão de obra infantil no Brasil. De acordo com Irma Rizzini, as crianças pobres sempre trabalharam, fosse para seus donos na época da Colônia e do Império, fosse para os “capitalistas” do início da industrialização.<sup>175</sup> Mesmo após a proclamada a República em 1889, o emprego da mão de obra infantil manteve seu amplo e indiscriminado uso em todos os setores produtivos, com o consentimento do Estado. A Constituição de 1891 não regulamentava o uso mão de obra

<sup>173</sup> O Tico-Tico. 05/11/1905. Ed. 1. Ano I.

<sup>174</sup> PATROCLO, Luciana Borges. **As mães de famílias futuras: A revista O Tico-Tico na formação das meninas brasileiras (1905-1921)**. Tese. 300f. (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Educação da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2015, pp.191-200.

<sup>175</sup> RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORI, Mary Del. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. Capítulo 14. *E-book*.

infantil, embora determinasse a idade de 12 anos para a execução de serviços laborais. A frouxa fiscalização do Estado, possibilitava brechas ao prever por exemplo, exceções como no caso dos aprendizes, que a partir dos oito anos, podiam ingressar em atividades específicas, ainda que em tempo restrito.<sup>176</sup>

O assunto fora amplamente debatido no período, aparecendo em algumas páginas da imprensa, especialmente a operária por meio de suas pautas reivindicatórias e denúncia das condições insalubres as quais as crianças eram submetidas nas fábricas. Embora inicialmente *O Tico-Tico* tenha demonstrado uma posição dúbia quanto a questão da exploração infantil, aos poucos essa problemática foi sendo suprimida de suas páginas, até que o periódico assumisse a posição de rejeição ao trabalho infantil como solução dos males nacionais.<sup>177</sup>

O título da narrativa ainda sugere certa ambiguidade, afinal, quem realmente mandava? As crianças ou os adultos? As crianças conseguiram ter o seu tão desejado exemplar de *O Tico-Tico*, mas o fizeram por intermédio dos adultos. Do mesmo modo, através da narrativa celebrando a estreia da revista, seus editores manifestavam o desejo de que a revista não ficasse restrita apenas ao público infantil, mas fosse lida também por toda família. Por fim, as crianças são tratadas como “salvadores da pátria” e “futuros cidadãos”, numa associação entre a ideia de progresso e o futuro garantido pelas crianças.

Um futuro, vale dizer, repousava principalmente sobre os meninos oriundos dos setores médios em idade de escolarização.<sup>178</sup> Conforme a historiadora Michelle Perrot, a partir do século XIX, os meninos assumiram destaque no seio familiar e passaram a ser o principal alvo de todo tipo de investimento, fosse ele afetivo, educacional, financeiro ou existencial. Esse mesmo investimento não tinha necessariamente por objetivo a singularidade da criança, mas atendia aos interesses da coletividade, uma vez que a criança passou a ser vista como um “ser social”. Nas palavras de Perrot, “o filho não pertence apenas aos pais: ele é o futuro da nação e da raça, produtor e reproduzidor, cidadão e soldado do amanhã” e assim objeto de interesse de filantropos, médicos e de estadistas dedicados a educá-los, incentivá-los, discipliná-los e também a protegê-los.<sup>179</sup>

Para Hansen, *O Tico-Tico* se baseava em um ideal de infância brasileira percebida como um escol que representava a nacionalidade.<sup>180</sup> Os projetos cívicos e pedagógicos desenvolvidos na revista, privilegiariam principalmente os meninos de até 12 anos, oriundos dos setores médios da sociedade e entendidos como “pequenos homens” e “futuros cidadãos”. Essa seria, segundo Hansen, uma idade considerada adequada para moldar as crianças conforme um discurso nacionalista, de modo que elas pudessem no futuro cumprir um papel cívico e patriótico que na fala de alguns levaria ao Brasil a tão almejada civilização.

---

<sup>176</sup> De acordo com o Decreto nº 1.313 de janeiro de 1891, não era permitido o trabalho em fábricas de crianças menores de 12 anos, salvo a título de aprendiz nas fábricas de tecido entre as crianças de 8 a 12 anos de idade. As crianças entre 8 a 10 anos aceitas como aprendizes nas fábricas, só poderiam exercer atividade durante três horas e quatro horas para aquelas entre 10 a 12 anos, devendo ambas as classes ter o tempo de trabalho interrompido por meia hora no primeiro caso e por duas no segundo. Pesquisas recentes tem destacado no entanto, a frouxa fiscalização do Estado na fiscalização e regulamentação do trabalho infantil no período. Ver, por exemplo RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

<sup>177</sup> SILVA, Alexandre Rocha da. **Os Homens do Futuro – As Crianças de Hoje! Debates sobre a infância nos quadrinhos de Luís Loureiro (1907-1919)**. 2019. 260f. Dissertação. (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2019, p. 174-175.

<sup>178</sup> ROSA, Zita de Paula. **O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p.114.

<sup>179</sup> PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle (Org). **História da Vida Privada**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009, p. 134.

<sup>180</sup> HANSEN, Patrícia dos Santos. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. Tese. 245f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo 2007, p. 39.

Os doze anos significavam, nesse contexto, o marco de início da adolescência, etapa na qual segundo os textos cívicos, além da força e da vitalidade melhor desenvolvidas pelas atividades físicas, o jovem já devia possuir todas as qualidades desejáveis para o bem servir à pátria, inclusive pelo trabalho, demonstrando com a posse desses requisitos a sua “virilidade”, ainda que nessa perspectiva adolescência e virilidade em nada sinalizassem o desenvolvimento sexual do menino.<sup>181</sup>

A formação de uma virilidade precoce da infância brasileira se daria segundo a representação de uma hombridade que envolveria a conduta, as virtudes, sentimentos e hábitos que formariam um ideal de novo homem brasileiro que transformaria a sociedade por meio de uma valorização não apenas da pátria como também do trabalho.

Seria muito conveniente que vocês compreendessem que são uns homens pequenos e que já têm obrigações sérias, sendo que a primeira dentre todas, ter muito cuidado com a saúde para mais tarde poder agir e trabalhar como homem. Um menino que tem pai, mãe e irmãos deve compreender que ele é a esperança da família, que ele é que caberá a tarefa de auxiliar mais tarde a família que o educou, as irmãs que necessitam de sua proteção e amparo; além de que o menino, chegando a ser um homem, terá que se sustentar e de constituir família para ser útil a si próprio e a à nossa pátria, contribuindo para a sua riqueza e engrandecimento. [...] Ser obediente a seus pais, ter a limpeza, ser verdadeiro, não mentir nunca, ter orgulho em dizer a verdade, não ter medo de coisa alguma, porque um homem deve ter a consciência do próprio valor, são qualidades indispensáveis a um homem.<sup>182</sup>

Não obstante, a proposta pedagógica da publicação foi um grande sucesso entre pais e professores, de modo que os dez mil exemplares impressos em seu primeiro número esgotaram-se rapidamente, precisando ser reimpresso uma segunda vez. Em seu segundo número, a revista já contava com uma tiragem de vinte e cinco mil exemplares e nos anos posteriores chegou a registrar índices muito próximos aos d’ *O Malho*, entre trinta a cinquenta mil exemplares, se estabelecendo aos poucos no mercado como um projeto editorial de grande sucesso.<sup>183</sup> Não à toa, sua distribuição nacional permitia a realização de um projeto político de longo alcance e exigia uma rede complexa de agentes comerciais responsáveis pela venda da revista em várias localidades, possibilitando que ela não ficasse restrita apenas aos principais centros urbanos do país.

Em 1909, a revista publicava o seguinte anúncio: “Aceitamos agentes para *O Malho*, *O Tico-Tico*, *Leitura para todos*, *Almanaque d’O Malho*, *Almanaque d’ O Tico-Tico*, nas localidades onde ainda não temos esses auxiliares.”<sup>184</sup> Em 1910, ela publicava uma fotografia tirada em Cachoeira de Macacú, em ocasião de sua distribuição entre um grupo de meninos da região, descritos como a “a petizada admiradora do Chiquinho”.

---

<sup>181</sup> HANSEN, Patrícia dos Santos. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. Tese. 245f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo 2007, p. 192.

<sup>182</sup> *O Tico-Tico*. 15/06/1906. Ed. 36. Ano II. p. 5.

<sup>183</sup> ROSA, Zita de Paula. **O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p.29.

<sup>184</sup> *O Tico-Tico*. 13/01/1909. Ed. 171. Ano V. p.8.

**Figura 5 -** Distribuição da revista O Tico-Tico em Cachoeira de Macacú



Fonte: O Tico-Tico. 09/02/1910. Ed. 227. Ano VI.

Seguindo a estética ilustrada consagrada n’*O Malho*, a revista também se inspirava em publicações direcionada ao público infantil em locais como Estados Unidos, Inglaterra e França, sendo comum em seus primeiros anos a publicação de quadrinhos e contos estrangeiros. Chiquinho por exemplo, era um personagem baseado no quadrinho *Buster Brown*, publicado no *New York Herald* pelo cartunista Richard Felton Outcault, tornando-se um grande sucesso entre o público d’*O Tico-Tico* através de suas aventuras ao lado de seu cão, Jagunço.

Pelo menos até 1919, *O Tico-Tico* custou 200 réis, correspondendo “a um níquel que comumente os garotos recebiam quando levavam recados, transportavam volumes, faziam entregas domiciliares e engraxavam sapatos”.<sup>185</sup> Além disso e conforme representado na primeira capa da revista, seu exemplar podia ser adquirido através dos jornaleiros que ocupavam as ruas da cidade ou mesmo por meio de livrarias e assinaturas. Roberta Gonçalves ainda destaca a possibilidade de obtê-la por meio de empréstimos ou do compartilhamento de seu conteúdo através de leituras coletivas feitas entre grupos de colegas de rua, da vila ou escola.<sup>186</sup>

Tinha inicialmente formato 29,8 X 22; sendo publicada com 16 páginas e a partir de 1906, oscilando entre 24 a 32 páginas, momento em que ela passou a publicar anúncios em suas edições. Seu formato quase não variou ao longo dos anos, ao contrário do número de páginas que em ocasiões comemorativas como o aniversário da publicação, podiam chegar até 50 páginas.

Em janeiro de 1906, após três meses de publicação, os editores se dirigiam aos leitores do periódico em uma nota explicativa, justificando que não apenas no Brasil, mas em qualquer outro lugar os jornais sempre acolheram matérias pagas. Visando minimizar as possíveis repercussões negativas do público, deliberavam conciliar o conteúdo publicitário com as páginas de contos e histórias, sem que estes últimos fossem afetados. Os anúncios ao lado das

<sup>185</sup> ROSA, Zita de Paula. *O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p.111-112.

<sup>186</sup>Ibid. p. 2.

assinaturas eram meios importantes para a manutenção comercial das revistas e sua permanência no mercado, mas também sinalizavam para uma preocupação social com o bem estar infantil. Nos anos que se seguiram, as páginas d' *O Tico-Tico* foram inundadas com anúncios de marcas e logotipos de xaropes, vestuários, alimentos e brinquedos. Muitas vezes preenchendo espaços entre as ilustrações, textos e fotografuras enviadas.

Como estratégia de publicidade, os editores frequentemente utilizavam de ilustrações acrescida de alguma narrativa e por vezes adicionavam um personagem conhecido pelo público do periódico, como se pode verificar logo abaixo, onde a revista usou Chiquinho em um anúncio publicado em 12 de julho de 1907, para a Livraria Laemmert.

**Figura 6 - Anúncio da Livraria Laemmert**



Fonte: *O Tico-Tico*. 12/06/1907. Ed. 88. Ano III.

Por meio de seções de correspondências como a Gaiola d'O Tico-Tico e a da Correspondência do Dr. Sabetudo, a revista estabelecia um canal de diálogo com os seus leitores. Através dessas seções eram publicadas apenas às respostas dos editores ao lado do nome do leitor. As perguntas eram mantidas em sigilo e as respostas dadas de maneira curta e direta. A Gaiola d'O Tico respondia questões sobre concursos, funcionamento da redação e principalmente sobre os conteúdos enviados pelos leitores. Porém, muitos dos desenhos enviados não eram considerados favoráveis a reprodução por não serem feitos com tinta nanquim preta ou sobre uma folha branca sem linha. Do mesmo modo, os contos enviados por vezes eram considerados inadequados para publicação, por carecerem de gramática, ortografia e mesmo coerência de ideias. Quando considerados adequados, recebiam os elogios e incentivos dos editores. Em edição publicada em 31 de janeiro de 1906 por exemplo, o leitor Francisco Cardoso Coelho, de Juiz de Fora, recebia a seguinte resposta: "O seu conto feito aos 12 anos, mostra que o menino poderá ser o que deseja, "um escritor", e famoso. Nós não o publicamos por achar que o fim é muito triste. Continue, porém. E mande a poesia de que fala."<sup>187</sup> Já as Correspondências do Doutor Sabetudo, era incumbida inicialmente de responder questões sobre

<sup>187</sup> *O Tico-Tico*. 31/01/1906. Ed.17. Ano II.

ciência, história, ortografia, gramáticas e conhecimento gerais, posteriormente se tornando a única seção de correspondências da revista.<sup>188</sup>

Contos, anedotas, versos, poesias e sugestões foram as principais colaborações enviadas para a redação do periódico. O diálogo através desses canais possibilitava um estreitamento de laços entre a revista e seu público e permitia o estabelecimento de novas estratégias de publicidade e conteúdo que garantissem a manutenção do periódico e a comercialização do mesmo. Foi através dessa relação que em janeiro de 1907 a revista anunciava que a partir de então publicaria as fotgravuras de todos os seus assinantes:

[...] E, pois, evidente que agradou muito a ideia da publicação de retratos. Desde que isso agrada, é nosso dever satisfazer as preferências dos leitores, e como é pouco para isso o Almanaque, que só sai no fim do ano, resolvemos publicar também retratos n' O Tico-Tico. Para isso é preciso que O Tico-Tico tenha uma secção de fotgravuras: porém, um jornal como o nosso, não conhece dificuldades quando se trata de executar os desejos de seus leitores.

Daremos, portanto, este ano, constantes suplementos de fotgravura para neles publicar retratos. Assim, fiquem sabendo os nossos amigos que, de agora em diante, O Tico-Tico publicará os retratos de todos os seus assinantes.<sup>189</sup>

As fotografias ao lado das seções de correspondências e demais colaborações enviadas destaca o papel das crianças como atores sociais e garantia o protagonismo delas nas páginas do periódico. As representações fotográficas enviadas para o periódico durante os primeiros anos de sua existência, estavam em consonância com a cultura de *mise-em-scène*, cuja as bases foram lançadas pela prática de reproduzir retratos durante o século XIX. As fotografias publicadas apresentavam as crianças ostentando trajes elegantes e postura altiva. Na legenda publicada logo abaixo, era comum que a revista trouxesse o nome das crianças, a faixa etária e local de residência. Em alguns casos elas podiam ser apresentadas conforme a profissão ou ocupação do pai: filhos de militares, de profissionais liberais, de professores, de comerciantes, de coronéis etc.

Aproveitando a onda impulsionada pelo crescimento do debate em apoio a cultura escolar, os editores de *O Tico-Tico* também utilizaram o espaço reservado a fotografias nas páginas do periódico, para expressar apoio a expansão da instrução, publicando fotos de estabelecimentos de ensinos de diferentes localidades do Brasil e origem social. As fotografias observadas na revista, apresentavam as crianças reunidas e enfileiradas rigidamente diante da câmera, geralmente separadas por ordem de tamanho gênero ou idade. A ordem expressa no ajuntamento das crianças remetia à importância da disciplina e da reforma dos costumes que era preciso para a preparação do novo trabalhador e cidadão nacional.<sup>190</sup>

---

<sup>188</sup> ROSA, Zita de Paula. **O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p.82.

<sup>189</sup> O Tico-Tico. 02/01/1907. Ed. 65. Ano III.

<sup>190</sup> SILVA, Alexandre Rocha da. **Os Homens do Futuro – As Crianças de Hoje! Debates sobre a infância nos quadrinhos de Luís Loureiro (1907-1919)**. 2019. 260f. Dissertação. (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2019.

**Figura 7 - Grupo infantil de Santa Leopoldina**



Grupo de Reis infantil organizado em Cachoeiro de Santa Leopoldina (Estado do Espírito Santo) pelo maestro Luiz Mathias; que está na 1.ª fila à esquerda. Na 2.ª fila, à direita vê-se D. Norcilia Mathias, esposa do maestro, tendo à frente sua filha Mathilde Mathias, à esquerda a senhorita Maria Peixoto e à direita o inteligente menino Carlos Amarante, filho do coronel Duarte Amarante, importante negociante daquela localidade. Junto ao maestro está a menina Enedina Feijó, que fez o papel de *Borboleta* no grupo.  
Os seis rapazes da ultima fila (musicos) são os Srs.: Antonio Castilho, flauta, Gentil Feijó, piston; Aristides Passos e Antonio Campos, violões e os dois meninos, bombardino e clarinete.

Fonte: O Tico-Tico. 16/01/1907. Ed. 67. Ano III.

**Figura 8 - Escola em Santo Amaro**



Primeira escola publica do sexo masculino, na cidade de Santo Amaro — Estado de S. Paulo. Ao centro do grupo destaca-se o Sr. Octavio Gomes de Azevedo, director da escola

Fonte: O Tico-Tico. 05/10/1910. Ed. 261. Ano VI.

**Figura 9 - Colégio Colombo**



Fonte: O Tico-Tico. 12/05/1907. Ed. 87. Ano III.

A proposta editorial de *O Tico-Tico* manteve-se praticamente inalterada durante toda a sua existência de mais de meio século. Ela circulou semanalmente por vários pontos do país até a década de 1940 quando enfim se tornou mensal e posteriormente bimensal, já no final da década de 1950. *O Tico-Tico* finalmente deixou de circular em 1962, depois de se restringir a publicações especiais, produzindo material didático para ser usado por professores em sala de aula, a exemplo do Álbum Corográfico do Brasil, Riquezas de Nossa Terra, História e origens das coisas e Nações Americana. Segundo Vergueiro e Santos, o desgaste do periódico foi influenciado pelo advento da televisão na década de 1950 e a sua resistência em modernizar seu projeto editorial que se manteve dedicado a um modelo de educação que privilegiava a ingenuidade da infância, enfatizando a importância do civismo, da religiosidade, e dos bons costumes.<sup>191</sup> Ou seja, se por um lado seu projeto editorial garantiu a coerência e a longevidade do periódico, por outro representou o motivo de seu desaparecimento, devido à perda de suporte a essa visão tradicionalista do desenvolvimento infantil pela sociedade brasileira.

Por fim, a introdução das *comics* norte-americanas no Brasil, por meio do *Suplemento Infantil* (posteriormente *Juvenil*) em 1934, inauguraram uma nova fase das histórias em quadrinhos no país. As novas publicações destacavam aventuras mirabolantes e apresentavam personagens de considerável representação social. Conseqüentemente, as popularidades dessas publicações afetou a predominância de *O Tico-Tico*, precipitando também o fim de seu reinado de mais de 30 anos. Assim, os personagens ingênuos e bem intencionados da revista foram aos poucos sendo substituídos no gosto popular por desbravadores de novos mundos, homens mascarados e seres dotados de superpoderes.<sup>192</sup>

<sup>191</sup> VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio. **A postura educativa de O Tico-Tico: uma análise da primeira revista brasileira de história em quadrinhos.** Revista eca, 2007, p 32.

<sup>192</sup> VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio. loc. cit.



### CAPÍTULO III

#### OS QUADRINHOS ESTRANGEIROS NO DEBATE SOBRE O NACIONAL

No outono do ano de 1907, *O Tico-Tico* publicava uma fotogravura dos meninos Máximo, Antônio e Ernesto, enviada pelo estimado leitor Cellio Stellita, no qual um editor desconhecido do periódico anunciava logo abaixo da imagem “Antônio lê em voz alta a história das Desventuras do Chiquinho, os outros dois ouvem atentamente, entusiasmados com o heroísmo do Jagunço”.<sup>193</sup> O três meninos, reunidos num momento de lazer no que talvez fosse um jardim, realizavam a leitura coletiva daquela que era uma das mais famosas histórias em quadrinhos publicadas pelo periódico e que garantiu parte de sua popularidade entre os leitores ao longo de sua existência. No outono do ano anterior, a seção de correspondência Gaiola d’O Tico-Tico publicava os versinhos enviados pelo menino Percio Barros de Sousa, do estado de São Paulo, onde eram expressos seus sentimentos carinhosos pelo jornalzinho infantil e pelo personagem Chiquinho, que ao longo de toda a trajetória de *O Tico-Tico*, confundiu-se com a própria história do periódico infantil:

Tico-Tico, querido jornalzinho  
Tu és amável, tu és belo  
Espero-te quarta-feira com Chiquinho  
Cheio de pandegas e folhas, é vero!<sup>194</sup>

Mesmo após mais de um século desde sua primeira publicação, *O Tico-Tico* ainda é considerada a primeira revista a publicar histórias em quadrinhos com considerável regularidade no Brasil, sendo quase impossível desassociar a revista de uma de suas faces mais coloridas e instrutivas. Ao longo dos seus mais de cinquenta anos de circulação a revista contribuiu para o enraizamento do gênero no país, estimulando a criatividade de diferentes ilustradores e incentivando seus leitores a se aventurem pelo universo das ilustrações. Títulos consagrados no cenário internacional como *Mickey Mouse*, em histórias desenhadas por Ub Iwerks e por Floyd Gottfredson; *Popeye*, de Elsie Chrisler Segar; e *Gato Félix*, de Pat Sullivan, adentraram no país por meio das páginas da revista. Entre os títulos nacionais publicados, encontramos quadrinhos como *O Talento do Juquinha*, de J. Carlos; as *Aventuras do Zé Macaco*, de Alfredo Storni; além das histórias de *Reco-Reco*, *Bolão* e *Azeitona*, de Luís Sá.

De acordo com Nabuyoshi Chinen, as histórias em quadrinhos se originaram a partir do crescimento técnico da imprensa e do desenvolvimento de uma cultura de massas na Europa e nos Estados Unidos. O estilo tem como precedentes elementos do humor gráfico e das charges, o que segundo Chinen, contribuiu para a dificultar com precisão o momento de seu surgimento.<sup>195</sup>

Ainda nos século XVII e XVIII, os ingleses William Hogarth e Thomas Rowlandson, teriam contribuindo com a introdução de técnicas narrativas que influenciaram a linguagem dos quadrinhos, como o uso de balões que comportavam textos, e no caso de Rowlandson, a criação de um personagem fixo, o Dr. Syntax.<sup>196</sup> Entretanto, de acordo com o especialista em histórias em quadrinho, Álvaro de Moya, é recorrente que se atribua a origem do estilo narrativo ao cartunista estadunidense Richard Felton Outcault, pela publicação de *Yellow Kid* entre 1895 e

<sup>193</sup> O Tico-Tico. 22/05/1907. Ed. 85. Ano III.

<sup>194</sup> O Tico-Tico. 02/05/1907. Ed. 30. Ano II. p. 6.

<sup>195</sup> NABUYOSHI, Chinen. **O papel do negro e o negro no papel: Representação e representatividade dos afrodescendentes nos quadrinhos brasileiros**. 2013. 282f (Doutorado em ciência da comunicação). Universidade de São Paulo, p.79.

<sup>196</sup> Ibid., p.79-83.

1896, no jornal *New York World*, posteriormente sendo publicado em seu concorrente, o *New York Journal*. O quadrinho apresentava o personagem Mickey Dugan, garoto pobre que circulava entre os guetos típicos de certas áreas miseráveis de Nova Iorque ao final do século XIX. Ele era totalmente careca, dentuço, com orelhas grandes, com traços de ascendência asiática e vestido com um camisolão amarelo que trazia mensagens panfletárias e de crítica social.<sup>197</sup>

Mickey vivia sempre sorrindo e sua popularidade levou Outcault a batizar o quadrinho em sua homenagem. Inicialmente, a história recebera o nome de *Hogan's Alley*, posteriormente ficando conhecida por *Yellow Kid*, o nome dado pelo popular as peripécias do menino amarelo. Teria sido por meio de *Yellow Kid*, que Outcault reunira em uma única produção, os elementos que se tornariam característicos dos quadrinhos modernos como uso de balões, a sequência de imagens e a presença de um personagem fixo, neste caso, o próprio *Yellow Kid*.<sup>198</sup>

Apesar da grande popularidade de *Yellow Kid*, cada vez mais se reconhece a contribuição de caricaturistas como o suíço Rodolph Töffer e do alemão Wilhelm Busch. Töffer, conhecido por seu trabalho com estampas – reunidos em *Histoires en Estampes* - é apontado como o pai do gênero pelos europeus, por mesclar em suas criações o uso de balões com elementos do humor, precedendo o estilo já em 1827, quando publicou o quadrinho *M. Vieux Bois*. Busch por sua vez, iniciou com *Max und Moritz* em 1865, a tradição de quadrinhos protagonizados por meninos endiabrados que foram tão recorrentes na história de *O Tico-Tico*, por exemplo. Porém, vale dizer, *Max und Moritz* foi traduzido no Brasil por Olavo Bilac em 1915 e editado pela Melhoramentos, com o título de Juca e Chico.<sup>199</sup>

Seja como for, foi somente durante a primeira década do século XX que a linguagem em quadrinho obteve sua definição moderna que conhecemos hoje, passando a ser entendida como uma “associação de signos gráficos, visuais e verbais como prática narrativa fundada na mais pura visualidade”.<sup>200</sup> É neste momento que ocorre um maior desenvolvimento estético do estilo, principalmente após o lançamento nos Estados Unidos de *Little Nemo in Slumberland*, publicada em 1905, pelo cartunista Winsor Maccay. Na história, sempre que dormia o personagem Nemo era transportado para um mundo onírico e surrealista, *Slumberland*, que explodia as páginas com colorido. Porém, ele sempre era acordado pela mãe em momentos decisivos das aventuras que vivia em seus sonhos

O surgimento da história em quadrinhos no Brasil também guarda certa controvérsia. Para autores como Moacyr Cirne, a história “As Aventuras de Nhô Quim ou Impressões de uma corte”, do cartunista Angelo Agostini, é considerada o grande marco fundador dos quadrinhos nacionais. A narrativa foi publicada pela primeira vez na revista *Vida Fluminense* em 30 de janeiro de 1869, estreando com um capítulo intitulado “De Minas ao Rio de Janeiro”. Trazia 20 imagens, dispostas em páginas duplas. Agostini trabalhou na série até 1884, chegando a um total de nove capítulos publicados. De 1884 em diante, a série foi conduzida por Cândido Aragonês de Faria, que deu origem a mais cinco capítulos para a história de Nhô Quim.

---

<sup>197</sup> MOYA, Álvaro de. **História da História em quadrinhos**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 23-24.

<sup>198</sup> MOYA, Álvaro. loc. cit.

<sup>199</sup> MOYA, Álvaro. loc. cit.

<sup>200</sup> CIRNE, Moacyr. **História e crítica dos quadrinhos brasileiros**. Rio de Janeiro: Ed. Europa: FUNARTE, 1990, p.12.

**Figura 10 - As Aventuras de Nhô Quim**



Fonte: CARDOSO, Athos Eichler. *As Aventuras de Nhô Quim e Zé Caipora. Os Primeiros Quadrinhos Brasileiros 1869-1883*. Brasília, Senado Federal, 2002, p. 36.

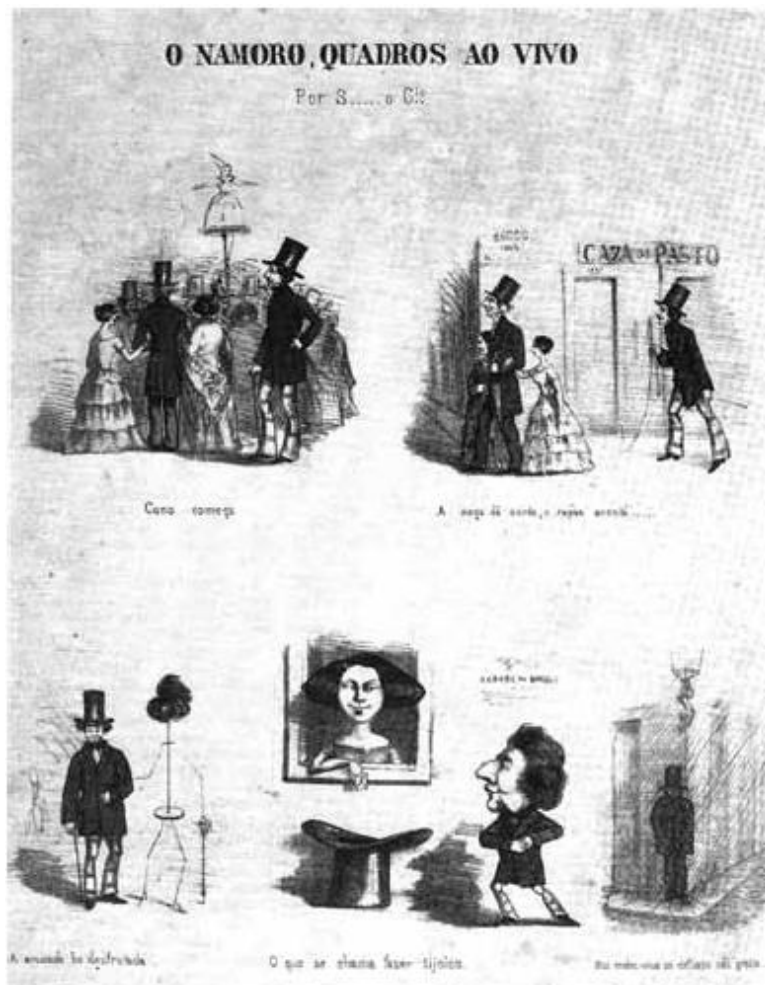
Com Nhô Quim, Agostini representava o conflito entre cultura rural e a cultura da cidade emergente, aproveitando das aventuras de um caipira rico, ingênuo, trapalhão e exilado na Corte pela família para tecer uma sucessão de críticas irreverentes aos problemas urbanos, modismos, costumes sociais e políticos da época.

Outra grande contribuição de Agostini para o desenvolvimento dos quadrinhos no Brasil foi a publicação de *Zé Caipora*, publicado pela primeira vez em 27 de janeiro de 1883, na *Revista Ilustrada*, periódico do qual ele era proprietário e editor. Apesar de uma periodicidade espaçada, Agostini publicou 23 três capítulos da história entre 1883 e 1886. Na revista *Dom Quixote*, ele publicou mais onze capítulos inéditos e teve a oportunidade de redesenhar os anteriores, modificando pequenos detalhes, como a troca do texto manuscrito pela letra tipográfica. Em 1905, já empregado em *O Malho*, Agostini desenhou mais 40 capítulos a partir de dezembro daquele ano. Sua grande contribuição com “*As Aventuras de Zé Caipora*” está principalmente assentada sob seu traço realista e a temática de aventura que deram dimensão e conteúdo psicológico à narrativa.<sup>201</sup>

Todavia, Chinen destaca que cada vez mais se reconhece a contribuição do francês radicado no Brasil, Sebastian Auguste Sisson, como o primeiro desenhista a criar uma história em quadrinho no país. Em 15 de outubro de 1855, Sisson publicou na revista *Brasil Ilustrado*, uma página narrativa sequenciada intitulada *O namoro, quadros vivos*; onde ele satirizava os costumes da cidade do Rio de Janeiro em meados do século XIX, quase onze anos antes dos quadrinhos de Agostini.

<sup>201</sup> CARDOSO, Athos Eichler. *As Aventuras de Nhô Quim e Zé Caipora. Os Primeiros Quadrinhos Brasileiros 1869-1883*. Brasília, Senado Federal, 2002, p. 24.

**Figura 11-** O namoro, quadros ao vivo

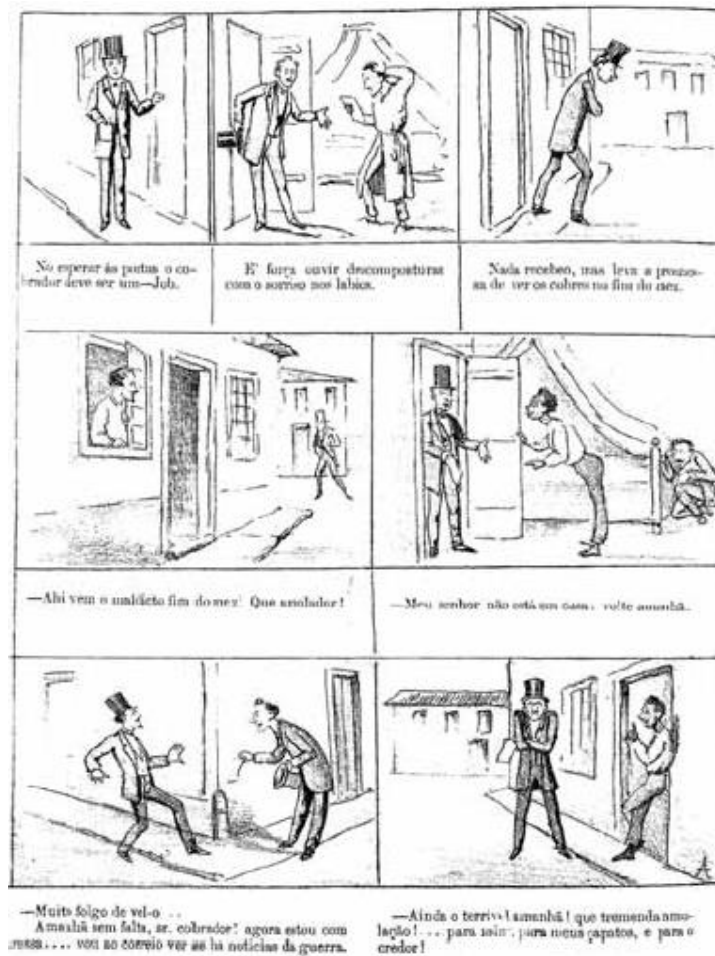


Fonte: NABUYOSHI, Chinen. O papel do negro e o negro no papel: Representação e representatividade dos afrodescendentes nos quadrinhos brasileiros. 2013. 282f (Doutorado em ciência da comunicação). Universidade de São Paulo, p.117.

Para Moacy Cirne no entanto, o pioneirismo de Agostini se justifica pelo fato de sua narrativa contar com um personagem fixo, Nhô Quim, que permitia uma continuidade entre os capítulos, mesmo sua periodicidade sendo espaçada e irregular. Da mesma forma, o autor argumenta que “As Aventuras de Nhô Quim” já apresentava os cortes temporais e espaciais que caracterizariam a linguagem em quadrinhos definida posteriormente, o que qualificaria o ineditismo de Agostini em relação ao gênero no Brasil. Em reconhecimento a seu pioneirismo, o dia nacional da história em quadrinho é comemorado em 30 de janeiro, em homenagem a primeira publicação da série “As Aventuras de Nhô Quim”. O problema dessa data, no entanto, é que o próprio Agostini já havia testado a história sequencial em 1867, no painel “As cobranças”, publicado no jornal *O Cabritão*, ou seja, dois anos antes da publicação de “As Aventuras de Nhô Quim.”<sup>202</sup>

<sup>202</sup> CIRNE, MOACY. *Literatura em quadrinhos no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/Nova Fronteira, 2002, p.41.

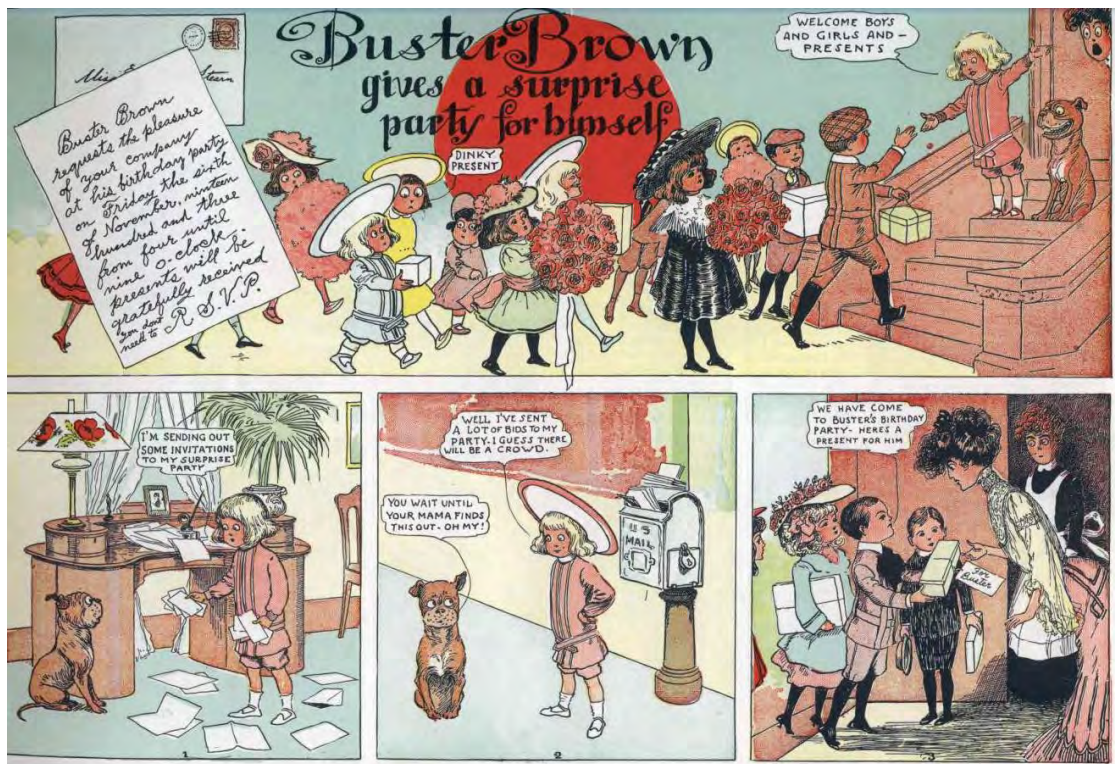
Figura 12 - História sequencial de Angelo Agostini



Fonte: CIRNE, Moacy et all. Literaturas em quadrinhos no Brasil. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional/Nova Fronteira, 2002, p.41.

Seja como for, trinta e três anos depois da estreia de *As Aventuras de Nhô Quim* na *Revista Ilustrada*, Richard Felton Outcault publicava seu segundo grande sucesso nas páginas do *New York Herald*, cujo título era *Buster Brown*. A história em questão, tinha como protagonista um menino de dez anos, de origem burguesa e que aparentava ser o típico menino comportado em seu terninho de marinheiro, embora estivesse longe da verdade. Seguindo a tradição iniciada por *Max und Moritz* e ao lado de seu leal cão, *Tige*, *Buster Brown* vivia aprontando uma série de traquinagens tendo seus pais, seus professores, empregadas domésticas e polícias como suas principais vítimas. Ao final de cada travessura, *Buster Brown* apresentava aos leitores suas “Resoluções”, trazendo sempre uma espécie de comentário edificante ou moralizante de teor irônico, sobre o desfecho da narrativa em questão.

Figura 13 - Buster Brown gives a surprise party for himself



Fonte: New York: Frederick A. Stokes Company Publishers, 1903

Em uma quarta-feira ensolarada de outubro de 1905, o periódico *O Tico-Tico* apresentava ao público por meio de sua edição de estreia, as travessuras de Chiquinho e de seu cão Jagunço, através da série *As desventuras do Chiquinho*. As aventuras do menino louro e seu cachorro, que mais tarde descobriu-se na verdade ser um decalque de *Buster Brown* e *Tige*, se tornaria rapidamente um fenômeno de público que levaria o menino Percio Barros de Sousa, entre muitos outros, a escreverem para *O Tico-Tico*, manifestando o seu apreço pelas peraltices de Chiquinho.

Figura 14 - As desventuras do Chiquinho: No dia do seu aniversário



Fonte: O Tico-Tico. 18/08/1909. Ed. 202. Ano V.

Em comum, Chiquinho e *Buster Brown* compartilhavam da mesma origem social, estavam sempre na companhia de Papai e Mamãe, ou *Pa* e *Ma*, conforme na versão em inglês. Ambos os meninos são apresentados como alfabetizados e estão em idade escolar, e vivem aplicando peças que terminam com algum tipo de mensagem edificante ou castigo, por vezes físico, a famosa sova que Chiquinho tanto temia. Entretanto, há de se considerar também as diferenças entre a versão em inglês e a brasileira. Pra começar, *Buster Brown* era publicado em um jornal cujo público principal era composto por adultos, enquanto Chiquinho estava vinculado a uma revista ilustrada que tinha como principal alvo um público infantil. Jagunço estava sempre ao lado de Chiquinho, o apoiando em todas as suas travessuras enquanto na versão original, *Tige* era a voz na consciência que tentava alertar *Buster Brown* sobre os riscos de suas brincadeiras.

As diferenças também se fazem perceber do ponto de vista da linguagem sequencial onde as duas narrativas se encaixam. Na versão brasileira, foi prática recorrente suprimir o uso dos balões que comportavam o texto na versão original dos quadrinhos oriundo de locais onde eles eram usual, incluindo os decalques de *Buster Brown*. O último quadrinho das narrativas sequencial em inglês, que sempre traziam as soluções dos problemas de *Buster Brown* em forma de “Resoluções” e era narrado pelo próprio personagem em primeira pessoa, foram frequentemente suprimidos da versão *d’O Tico-Tico*. A imagem assumia um papel mais amplo na página na versão nacional - com uso frequente de cores vibrantes - e possibilitava que a mesma história fosse concluída em três edições ou até mais. A continuidade das histórias em

quadrinhos, a exemplo do que acontecia com os romances em folhetins, foi uma estratégia frequentemente utilizada pelos editores para assegurar a comercialização da revista, propiciando a presença regular dos personagens na publicação e garantindo a contratação com exclusividade dos artistas e tradutores envolvidos.

Os textos na versão brasileira eram postos embaixo de cada imagem que era enumerada em ordem crescente e o enredo era contado ao leitor por meio de um narrador oculto e onisciente, que conhecia os fatos e os pensamentos dos personagens e atribuía maior sentido a imagem decalcada. A opção pelo modelo francês de narrar história em quadrinhos pode ter tido relação com as revistas francesas das quais o projeto editorial de *O Tico-Tico* fora motivado ou com a própria influência que a imprensa francesa exerceu sobre a nacional em desenvolvimento. Não se pode deixar também de mencionar as contribuições de imigrantes radicados como Angelo Agostini e Henrique Fleiuss, que por meio de suas caricaturas, muito contribuíram para a tradição do posicionamento do texto embaixo das imagens.

Ademais, no enredo original de *Buster Brown gives a surprise party for himself*, o personagem prepara uma festa surpresa para comemorar o seu aniversário que aconteceria na sexta-feira do dia 06 de novembro de 1903, das quatro às nove horas daquele dia. Após enviar os convites pelos correios para seus convidados, Mama e as empregadas da casa são surpreendidas pelas crianças que lotavam a entrada da residência carregando seus presentes para *Buster Brown*, conforme sugerido pelos convites escritos pelo menino. Pega de surpresa, Mama ver-se obrigada a pedir sorvete, bolo e bombons pelo telefone, orientando as empregadas a convidarem os vizinhos para a festividade repentina. Indignada, Mama diz a *Buster Brown* que o colocaria em algum tipo de lar para meninos maus, ao que *Tige* responde “Depois do baile” e *Buster Brown* complementa ironicamente “Este é um ótimo lar para meninos maus”.<sup>203</sup> Na resolução do enredo, *Buster Brown* não apenas está contente pelo sucesso de sua festa como também demonstra gratidão pelos presentes recebidos. Ele admite que disse a sua Mãe que seria um bom menino se ela não usasse pássaros no chapéu, ao que Mãe teria respondido que jamais usaria um chapéu com pássaro de qualquer jeito, pois só desejava que o filho fosse bom para sua própria felicidade e conforto, pois aparências não importavam.<sup>204</sup>

Na versão brasileira, publicada seis anos depois, Chiquinho também planejou uma festa surpresa sem consentimento de Mamãe, que nesta versão, havia sido enfática sobre não querer dar uma festa alegando que “Deus me livre – dizia ela – Deus me livre de ver aqui toda essa criançada. Eu com você só, já quase que fico doida, imagine se viessem aqui todos os seus amigos!”.<sup>205</sup> Seu aniversário também não seria celebrado no dia 6 de novembro, mas em 25 daquele mês, ou seja, agosto. Na versão em inglês, *Tige* tenta alertar *Buster Brown* sobre as consequências de fazer uma festa escondido de sua mãe, enquanto na versão em português, Jagunço “entrou na confidência”, partilhando da conspiração de Chiquinho sem tentar alertá-lo sobre seu mau comportamento. No final da versão nacional, fora omitido o quadro “Resolução”, onde *Buster Brown* confidenciava aos seus leitores o que havia exigido de sua mãe para se comportar como um bom menino. Depois que a festa acabou, ao contrário de *Buster Brown*, Chiquinho apenas levou uma sova medonha de seu Papai por claramente ter ido contra um desejo de sua mãe.

Conforme refletido em estudo realizado por Alexandre Silva, ainda que Chiquinho fosse inspirado em *Buster Brown*, novos sentidos foram atribuídos de forma consciente à sua narrativa e por vezes esses sentidos estavam em consonância com as experiências sociais e

---

<sup>203</sup> Não foi possível precisar qual foi a data exata de publicação da história citada, com exceção talvez da data, mês e ano fornecido por *Buster Brown* em seu convite. De todo modo, o quadrinho pode ser consultado no seguinte link: <https://comicbookplus.com/?dliid=4587>.

<sup>204</sup> New York: Frederick A. Stokes Company Publishers, 1903, p.5-6.

<sup>205</sup> O Tico-Tico. Ed. 202. Ano V, 18/08/1909, p. 24.



problemas enfrentados no Brasil durante o pós-abolição.<sup>206</sup> Ao lado do processo de adaptação de *Buster Brown* e diferentes histórias estrangeiras para o português, buscou-se minimizar o estranhamento diante de um texto traduzido, promovendo a inserção de elementos que estivesse mais de acordo com a realidade da criança leitora de *O Tico-Tico* e conseqüentemente proporcionasse uma maior identificação com a mesma, o que provavelmente explica o sucesso de Chiquinho entre as crianças que liam a revista.

Para Will Eisner, ao associar imagem e texto, as histórias sequenciadas exigem que o leitor exerça suas habilidades interpretativas verbais e visuais, num ato de percepção estética e esforço intelectual. Do mesmo modo, a compreensão de uma imagem requer que o artista tenha uma compreensão da experiência de vida do leitor. Segundo o autor, para compreensão da imagem transmita, é preciso que haja esta interação, pois o artista ao produzir invoca imagens que estão armazenadas na mente de ambas as partes.<sup>207</sup> Sobre o processo de adaptar histórias infantis para crianças, Gillian Lathey argumenta que o ato de traduzir possibilita um intercâmbio cultural internacional, pois a transição de um texto de uma cultura para outra registra diferenças ideológicas entre os diferentes países e culturas. O ato de traduzir envolve práticas de censura e manipulação de textos, exigindo que o tradutor encontre um equilíbrio entre o estranhamento com o desconhecido e a necessidade de estimular a curiosidade e compreensão da criança.<sup>208</sup>

N' *O Tico-Tico*, buscou-se não apenas adequar os nomes dos personagens das revistas estrangeiras à realidade nacional como no caso de Chiquinho, mas também procurou-se atribuir novos sentidos à profusão de imagens cuidadosamente selecionadas pelos editores do periódico na tentativa de promoção de um projeto político que tinha por finalidade a instrução por meio de suas seções instrutivas, aqueles que viriam a se tornar os cidadãos brasileiros que eles consideravam que regeneraria o Brasil. A menção a elementos do cotidiano das crianças, foram recursos frequentemente utilizados pelos tradutores e desenhistas da revista, para facilitar uma maior compreensão das histórias traduzidas de originais estrangeiros.

### 3.1 - As Narrativas Estrangeiras: Entre a Autoria e o Anonimato

A presença de narrativas de origem estrangeira, como as adaptações de *Buster Brown*, foram práticas recorrentes nas páginas de *O Tico-Tico* e exerciam uma dupla função. Se por um lado, asseguravam a possibilidade de preenchimento das páginas com conteúdo inéditos, por outro, se constituíam em grande atrativo ao proporcionar um encontro entre os leitores e elementos da cultura de diferentes civilizações.

Histórias em quadrinhos, contos ilustrados e romances traduzidos diretamente de periódicos estrangeiros ocupavam considerável espaço nas páginas de *O Tico-Tico*. O grande afluxo de conteúdo estrangeiro nas páginas da revista, especialmente em seus primeiros anos de existência, derivava também da preocupação dos editores em apresentarem um periódico moderno e o interesse em mostrar ao público suas inspirações estrangeiras, especialmente francesas e norte-americanas.<sup>209</sup>

---

<sup>206</sup> SILVA, Alexandre Rocha da. **Os Homens do Futuro – As Crianças de Hoje! Debates sobre a infância nos quadrinhos de Luís Loureiro (1907-1919)**. 2019. 260f. Dissertação. (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

<sup>207</sup> EISNER, Will. **Quadrinhos e a arte sequencial**. São Paulo. Editora: Martins Fontes, 1999, p. 8.

<sup>208</sup> LATHEY, Gillian, **The role of translators in children's literature: invisible storytellers**, New York; London: Routledge, 2012, p.8.

<sup>209</sup> GONÇALVES, Roberta Ferreira. **As Aventuras de O Tico-Tico. Formação Infantil no Brasil Republicano (1905-1962)**. 2019. 369f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História da Universidade Fluminense, Niterói, 2019. p.48.

Histórias quadrinhos como Abbah, o vaidoso; O anel do Feiticeiro e A Pedra, apresentavam culturas e locais diferentes, ainda que em alguns casos as imagens de diferentes povos contribuíssem para reforçar percepções estereotipadas dos mesmos. Em O Burro Batista e Cabeça Dura, os protagonistas Batista e Fifi, respectivamente, são levados a viver aventuras em ilhas que sugerem locais como a África, regiões então “habitadas por selvagens antropófagos (isso é, selvagens que gostam de comer gente)”.<sup>210</sup>

Além de possibilitar a publicação de anúncios, de retratos dos pequenos leitores e do cotidiano das escolas primárias de várias partes do país, conectando *O Tico-Tico* com diferentes regiões do Brasil, as fotogravuras também foram - assim como os decalques - amplamente utilizadas na reprodução de ilustrações, contos e histórias estrangeiras. A técnica não apenas dispensava a participação da maioria dos trabalhadores das oficinas - facilitando o trabalho dos artistas gráficos, por vezes comprometidos com as funções que exerciam também em *O' Malho* - como acelerava o processo de reprodução das histórias ilustradas, garantindo que as páginas da revista fossem preenchidas semanalmente. Uma vez adquirido o conteúdo original a ser copiado, fotografava-se a imagem em folha de zinco, que logo era gravada por meio de ácido. O processo era essencialmente mecânico, conforme revelado em edição publicada em fevereiro de 1911, na coluna “Ciência Fácil” da seção do Dr. Sabetudo, ao leitor Hugo Borges:

O processo de [para reproduzir] gravuras de fotografias é muito simples. Fotografa-se o retrato sobre uma folha de zinco bem lisa, tendo-se o cuidado de fazer a fotografia com retículas, isto é, ficando o desenho formado por pontos muito pequeninos. Depois grava-se o isto e ataca-se o zinco com ácidos. Os ácidos só comem o zinco onde não há tinta de retrato, isto é, comem o zinco em torno das pontas da retícula, que assim ficam em relevo. E esta pronta a gravura pode-se imprimir.<sup>211</sup>

Embora exigisse menos esforço dos artistas gráficos e reproduzisse com maior rapidez as imagens recortadas dos periódicos estrangeiros, a operação feita por meio da reprodução da fotogravura, os famosos clichês, podia deixar vestígios da imagem original como arestas e bordas irregulares ou mesmo rastros de assinaturas.<sup>212</sup> A operação também dificultava a coloração da imagem, talvez por produzirem cópias com pouco contraste e grande quantidade de cinza.<sup>213</sup> No quadrinho Pedrinho e Lobo, publicado em junho 1909, é possível observar o recorte da imagem original e a remoção da língua original, para adequação da narrativa em português.

---

<sup>210</sup> O Tico-Tico. 08/09/1909 Ed. 202. Ano V. p.2.

<sup>211</sup> O Tico-Tico apud Silva, p.86.

<sup>212</sup> SILVA, Alexandre Rocha da. **Os Homens do Futuro – As Crianças de Hoje! Debates sobre a infância nos quadrinhos de Luís Loureiro (1907-1919)**. 2019. 260f. Dissertação. (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2019, p. 89.

<sup>213</sup> Ibid., p.90.

Figura 15 - Pedrinho e o Lobo

PEDRINHO E O LOBO



Uma vez, *Pedrinho* ia para casa com seu cósinho *Tóto*, quando viu que um lobo os seguia.



Sem perder tempo, esconde-se com *Tóto* no buraco de uma árvore e tapa a entrada com o cesto que trazia.



Mas o lobo levanta o cesto e continúa a perseguil-os.



*Pedrinho* mais que depressa sobe pelo interior do tronco, com *Tóto*, sempre acompanhados pelo lobo e consegue alcançar um galho. Mas o seu caminho é interrompido por dous pequenos ursos, que ahí se acham.



Com o peso de *Pedrinho*, *Tóto* e os dous ursos, o galho quebra-se e ca. em todos. Nessa occasiao chega o urso e, procurando os filhos, encontra o lobo dentro do tronco.



Não encontrando os filhos, pensa que o lobo os devorou e o mata. Enquanto *Pedrinho* foge com *Tóto*, levando consigo os dous ursos pequéninos.

O processo de decalcar histórias originais e depois transferi-las para pedra litográfica era, neste sentido, a operação predominante de reprodução das histórias em quadrinhos, garantindo maior presença nas páginas do periódico e despertando grande curiosidade das crianças leitores por oferecer um conteúdo com uma maior qualidade estética e uma multiplicidade de cores e texturas que não era possível com a fotogravura. A técnica consistia na realização de desenhos feitos com tinta autográfica sobre o papel *pelure* - uma espécie de papel fino e transparente - sendo a principal qualidade da tinta, o fato de desprender-se com maior facilidade do papel, facilitando o processo de produção.

Assim, o desenhista procedia ao desenho sobre a superfície maleável do papel, e os processos mecânicos transferiam-no para a pedra, o que evitava uma série de inconvenientes. O principal deles seria a necessidade de desenhar, sobre a pedra litográfica, os desenhos do avesso, pois, é preciso lembrar, as matrizes eram gravadas ao avesso para que as reproduções saíssem no sentido correto. Além disso, as pedras litográficas, algumas pesando trinta quilos, dificultavam a atividade dinâmica dos desenhistas e lhes demandavam saberes específicos, pouco dominados por eles.<sup>214</sup>

Conhecido mais popularmente como autografia, em agosto de 1909, o Dr. Sabetudo explicava em sua coluna *Ciência Fácil*, que os desenhos decalcados também poderiam ser feitos com papel branco, precisando em seguida serem fotografados, autografados e finalmente transferidos para a pedra litográfica.<sup>215</sup> Em meados de 1911, com os aprimoramentos da fotogravura, o mesmo Dr. Sabetudo informava ao leitor Anderson Marinho que era possível transferir os desenhos e decalques para a chapa de zinco, a ser gravada com ácido, bastando apenas fotografá-los e transferir a película à chapa.<sup>216</sup>

O decalque era prática comum entre os desenhistas em seus primeiros anos de trabalho na redação da revista e era considerado um trabalho de menor importância na cadeia produtiva da imprensa, podendo haver uma rotatividade entre os decalcadores que executavam as adaptações das histórias estrangeiras.<sup>217</sup> Em sua investigação sobre a revista *A Ilustração*, a historiadora Tania de Luca identifica os responsáveis pela transposição de uma imagem original para outro suporte como “intermediários de segunda ordem”, fossem eles decalcadores ou fotógrafos. Já os autores ou primeiros autores, seriam segundo a autora, aqueles que desenvolveriam uma obra a partir de parâmetros originais.<sup>218</sup>

Seja como for, a prática de decalque refletia a própria hierarquia existente dentro da redação de *O Tico-Tico*, pois se por um lado artistas já consagrados como J. Carlos, Leônidas Freire e Augusto Rocha, assinavam os trabalhos de sua autoria, todos eles originais, aos decalcadores restava apenas o anonimato das produções de origem estrangeira, o que por si só torna difícil a tarefa de identificá-los.

Luís Gomes Loureiro talvez seja um dos nomes mais celebrados quando o assunto são os decalques que estamparam as páginas do periódico infantil, sendo ele um dos principais responsáveis pelo sucesso de Chiquinho. Nascido no Rio de Janeiro em setembro de 1889, ele iniciou seus trabalhos no periódico em 1907, por intermédio de Renato Castro, naquele momento diretor artístico de *O Malho*. No mesmo ano ele trabalharia nos decalques de Chiquinho, tarefa que dividiu por um tempo com o próprio Renato Castro e que segundo o

---

<sup>214</sup> SILVA, Alexandre Rocha da. **Os Homens do Futuro – As Crianças de Hoje! Debates sobre a infância nos quadrinhos de Luís Loureiro (1907-1919)**. 2019. 260f. Dissertação. (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2019, p.96.

<sup>215</sup> *O Tico-Tico*. 04/08/1909. Ed. 200. p.4.

<sup>216</sup> *Ibid.*, p. 4.

<sup>217</sup> *Ibid.*, p.112.

<sup>218</sup> LUCA, Tania Regina de. **A Ilustração (1884-1892): circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro**. São Paulo: Unesp, 2018, p. 157. *E-book*.

próprio Loureiro, ficara responsável pelo roteiro e pelos textos do quadrinho. Enquanto decalgador de Chiquinho, Loureiro chegou a assinar alguns pequenos projetos publicados nas páginas do periódico, a exemplo do quadrinho “O Capitão Pirata” e “Os Caranguejos Simão”, ambos publicados em 1910. Porém, durante o tempo em que ele e Renato Castro estiveram à frente do decalque e da tradução do quadrinho protagonizado por Chiquinho, jamais o publicaram com suas assinaturas, mesmo quando modificavam o sentido da história original, criando novas narrativas.

Silva considera que os decalcadores, enquanto no exercício da função, não dispunham de popularidade e tinham sua autoria negligenciada, talvez por estarem muito próximo dos ofícios mecânicos ou por serem considerados como intermediário entre a imagem original e a reprodução.<sup>219</sup> A intervenção destes artistas seria portanto, considerada como de pouco significado na cadeia de produção o que até certa medida, pode expressar o desejo desses autores de não vincularem a sua imagem a uma obra específica e mesmo o silêncio que dificulta o reconhecimento desses sujeitos. Seja como for, a primeira assinatura de Loureiro na série “As Aventuras do Chiquinho” só aparecia no ano de 1914, quando o desenhista assumiu em definitivo os desenhos e os textos do quadrinho, naquele momento não mais decalcado dos originais produzidos nos Estados Unidos por Richard Felton Outcault.

Embora possa se dizer que a liberdade com qual decalcares e tradutores manejavam os conteúdos estrangeiros a serem publicados nas páginas do periódico tencionavam os limites entre autenticidade e plágio, a compreensão de autoria da qual artistas e tradutores estavam submetidos, não se aproximava de nenhuma concepção consolidada no período no âmbito dos direitos da propriedade intelectual, especialmente por ainda não existir no Brasil uma lei internacional de direitos do autorais:

Diferentemente da tradição latino-americana e da Europa continental, ancorada no princípio do “direito autoral” - pautada no direito da pessoa física ou natural à propriedade daquilo que ele produz, sejam produtos fonográficos, literatura, artes visuais etc. -, n’*O Tico-Tico*, os decalcadores não possuíam direito algum sobre o que produziam; tampouco se aproximam da experiência anglo-saxã do *copyright*, segundo a qual os direitos de reprodução de uma obra literária, artística, intelectual podem ser vendidos, outorgados, emprestados etc, sendo de propriedade de uma corporação ou associação.<sup>220</sup>

A história dos direitos autorais no Brasil se inicia com a Lei de 11 de agosto de 1827, que estabeleceu os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, momento que se determinou privilégio exclusivo de dez anos sobre os compêndios preparados por professores, desde que aprovados pela Assembleia Geral e fornecido às escolas. O Código Criminal do Império de 1831, “criou indiretamente um direito autoral de reprodução a partir de um tipo incriminador que proibia a reprodução, em várias modalidades, de escritos ou estampas feitos, compostos ou traduzidos por cidadãos brasileiros”, não mencionando o direito autoral de produções estrangeiras.<sup>221</sup> Mesmo no período republicano, o Código Penal de 1890 continuaria com a tradição de se legislar a respeito dos direitos autorais por meio do direito penal ao invés do civil. A previsão constitucional viria apenas com a Constituição de 1891, onde se estabelecia que “aos autores de obras literárias e artísticas é garantido o direito exclusivo e reproduzi-las pela imprensa ou por qualquer outro processo mecânico. Os herdeiros dos autores gozarão desse

---

<sup>219</sup> SILVA, Alexandre Rocha da. **Os Homens do Futuro – As Crianças de Hoje! Debates sobre a infância nos quadrinhos de Luís Loureiro (1907-1919)**. 2019. 260f. Dissertação. (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campina, Campinas 2019, p. 112.

<sup>220</sup> SILVA, Alexandre Rocha da. loc. cit.

<sup>221</sup> MIZUKAMI, Pedro Nicoletti, **Função social da propriedade intelectual: compartilhamento de arquivos e direitos autorais na CF/88**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007, p.287.

direito pelo tempo que a lei determinar”.<sup>222</sup> Neste sentido, Mizukami sugere que a inclusão desse dispositivo na Constituição de 1891 poderia estar em consonância com a Convenção Pan-Americana de Direitos Autorais realizados em Montividéu, em 1889, ou mesmo ter se originado das influências que a Constituição brasileira recebeu da Constituição dos Estados Unidos, que já havia disposto sobre o assunto.<sup>223</sup>

A legislação civil brasileira só conferiria proteção aos direitos autorais em 1898, por meio da Lei n.º 496 de 1º de agosto, conhecida também como Lei Medeiros de Albuquerque, a primeira lei brasileira de direitos autorais. A lei compreendia o direito de autor como um privilégio, conferindo-lhe duração de cinquenta anos após o primeiro de janeiro da publicação, condicionada a proteção a depósito na Biblioteca Nacional, dentro de dois anos, sob pena do direito perecer.<sup>224</sup> Entretanto, a proteção internacional a direitos autorais só seria instituída no Brasil em 1912, quando por meio do Código Civil, foi reconhecido o direito do autor às obras publicadas no estrangeiro, quaisquer que fosse sua nacionalidade.<sup>225</sup>

Embora *O Tico-Tico* tenha mantido a prática semanal de publicar uma considerável quantidade de decalques em suas páginas, mais ou menos até a década de 20, não há evidências substanciais que apontem para qualquer tipo de sanção legal infligida ao período por violação de direitos autorais. Pelo menos até 1920, não havia ainda no Brasil representantes legais de muitas das histórias estrangeiras que povoavam as páginas do periódico e embargasse a permanência regular de personagens como Chiquinho e Jagunço. Ou seja, até então não havia ainda no Brasil os chamados *syndicates*, agências distribuidora de material para publicação que vendiam os direitos das mesmas para jornais, livros ou revistas e contribuía assim para a própria regulamentação dos direitos autorais internacionais no país.<sup>226</sup>

Seja como for, a permanência de personagens decalcados de original estrangeiro, a exemplo de Chiquinho, não passou despercebido da imprensa do período. Em 1912, o periódico *O Gato* denunciava a origem estrangeira de Chiquinho. *O Gato* foi o nome que Vasco da Lima deu à publicação de humor fundada em 1911, *Album de Caricaturas*, depois de reformulá-la tendo como principal inspiração a revista de caricatura francesa, *L'Assiete au Beurre*. Álvaro Marins, colega de trabalho de Vasco da Lima n' *O Malho*, colaborava também n' *O Gato*, preenchendo as páginas de caricaturas, enquanto Alcindo Guanabara atuava como redator efetivo da revista que também direcionada ao público infantil, incluía um material variado que ia desde noticiários a romances sobre temas polícias e de cunho gótico.<sup>227</sup>

---

<sup>222</sup> MIZUKAMI, Pedro Nicoletti, **Função social da propriedade intelectual: compartilhamento de arquivos e direitos autorais na CF/88**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 288.

<sup>223</sup> Ao longo do tempo, “vários acordos e congressos internacionais foram realizados e tinham como foco a proteção dos direitos dos autores. A Bélgica, e 1858, foi o primeiro país a realizar uma conferência internacional sobre o tema. A terceira conferência diplomática sobre os direitos autorais – que resultou num importante documento, o mais antigo tratado internacional em defesa e proteção dos direitos patrimoniais e morais do autor – foi realizada em Berna, em setembro de 1886, ficando conhecido. O documento sofreu várias revisões, sendo a última em 28 de setembro de 1979, a qual tem servido como base para as legislações sobre os direitos autorais de vários países, inclusive o Brasil.” ROSA, Flávia G. M et.al. **Cópias de livros nas universidades brasileiras**. Salvador: EDUFBA, 2007. 167 p. Saladeaula series, nº4. p.147. Acesso em 21 de janeiro de 2021. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/387/pdf/mattos-9788523208943-09.pdf>.

<sup>224</sup> Ibid., p. 289.

<sup>225</sup> Ibid., p.148.

<sup>226</sup> NABUYOSHI, Chinen. **O papel do negro e o negro no papel: Representação e representatividade dos afrodescendentes nos quadrinhos brasileiros**. 2013. 282f (Doutorado em ciência da comunicação). Universidade de São Paulo, p. 153.

<sup>227</sup> CARDOSO, Athos Eichler. **Memórias d'O Tico-Tico Juquinha, Giby e Miss Shocking. Quadrinhos brasileiros 1884 – 1950**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2013, p. 43.

A partir da edição 55, publicada em 26 de outubro daquele ano, *O Gato* aumentou consideravelmente a presença de quadrinhos em suas páginas, criando então a seção *A Carochinha* Suplemento infantil. Essa abertura devia-se à intimidade com o gênero dos desenhistas d’A Carochinha. O principal personagem de A Carochinha era o menino Lulu, que protagonizava a série “As Proezas de Lulu”, assinado por Vasco da Lima, cujo pseudônimo era Hugo Leal. Nos capítulos iniciais, Lulu localizava a redação de *O Gato*, que ficava na Avenida Central, e uma vez lá oferecia seus serviços. Como primeira tarefa, ele escrevera uma tira, onde revelava seu desejo de lutar contra Chiquinho, a quem acusara de ser na verdade um petiz norte-americano que se passava por brasileiro. O confronto entre os dois meninos seria explorado nos três capítulos subsequentes, com consequências não tão positivas para Chiquinho e seu cachorro Jagunço, este último vítima de uma traquinagem de Lulu que após untar as pernas com pimenta antes de defrontá-los, acaba atingido Jagunço e o deixando fora de ação. Como era costume em muitas histórias em quadrinhos sobre traquinagens das crianças, o caso foi levado a uma delegacia de polícia, onde Chiquinho não obteve sucesso por entrar em contradição por não ser brasileiro e Jagunço diagnosticado por uma junta de médicos como fora de perigo. Nos quadros finais da história, Chiquinho e Jagunço voltam para casa derrotados, enquanto o redator declarava a primeira de muitas vitórias de Lulu.

**Figura 16 - As proezas do Lulu**



**Fonte:** CARDOSO, Athos Eichler. *Memórias d’O Tico-Tico: Juquinha, Giby e Miss Shocking*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2013, p. 47.

Embora não se possa precisar os reais motivos de Vasco Lima, o fato é que a denúncia não obteve grande repercussão, pois a massa de leitores d'*O Tico-Tico* só ficou sabendo da verdadeira origem de Chiquinho na década de 1940, quando o próprio Loureiro revelou a origem do personagem em uma entrevista dada ao *Revista da Semana*, em 1945.

A partir do material analisado, podemos observar que há certa ambiguidade em relação à revista e os conteúdos que eram decalcados de originais estrangeiros. Se por um lado se suprimia assinaturas e se silenciava sobre as origens das histórias em quadrinhos, talvez devido ao grande volume e a incrível rapidez com a qual o periódico publicava esses quadrinhos - a maioria iniciado e concluído em uma única edição. Por outro, *O Tico-Tico* abria espaço em sua seção de correspondência, A Gaiola d'*O Tico-Tico*, para que fossem denunciados os casos de plágios cometidos por seus pequenos leitores em seus concursos ou textos publicados, esse último podendo ter relação com a revista ou não.

Em edição publicada em 1907, o leitor Benedicto Bueno era aconselhado pelo redator da Gaiola a ter paciência pois “aqueles versos foram copiados. Não copie trabalhos alheios. Isso é muito feio”, versos provavelmente copiados e enviados pelo próprio Benedicto à redação da revista.<sup>228</sup> Algumas edições depois, o leitor Fraz Cavalcante recebia resposta semelhante: “Que quer, o nosso amiguinho? Não falta por aqui quem viva a plagiar os trabalhos alheios. O melhor é não se fazer caso, mesmo porque, ninguém conseguirá destruir a popularidade d'*O Tico-Tico*. Em todo caso agradecemos muito a sua gentil cartinha.”<sup>229</sup> A justificativa para a não publicação de um conteúdo submetido pelos leitores à redação da revista também se aplicou a menina Aeyer Guimarães, no mesmo período, onde a revista concordava que embora a reclamação da pequena leitora fosse justa, ela não era inteiramente de sua responsabilidade, pois segundo o redator, “nunca nos cansamos de pedir e recomendar aos nossos colaboradozinhos que não nos mandem trabalhos que não sejam originais, afim de evitar estes factos.”<sup>230</sup>

### 3.2 - Os Quadrinhos Estrangeiros e a Arte de Formar Brasileiros

Na presente pesquisa, buscamos um diálogo entre os quadrinhos estrangeiros publicados na revista *O Tico-Tico* entre os anos de 1905 e 1910, com o debate sobre o nacional que acontecia no Brasil durante o pós abolição. Entre as muitas historinhas divertidas, instrutivas e de cunho moralizante que povoaram as páginas da publicação, selecionamos algumas que nos permitiriam fazer essa reflexão, de modo a atender como *O Tico-Tico* adaptou os quadrinhos estrangeiros ao contexto nacional. Em maio de 1907 por exemplo, a revista publicava a história em quadrinhos O Coração e a Inteligência que como muitas outras histórias estrangeiras adaptadas pelo periódico no período, teria um fim naquela mesma publicação, mas sem deixar de reforçar a contínua missão da revista em promover a instrução cívica e moral de suas crianças leitores.

O quadrinho em questão, apresentava ao público o menino Alderico que logo no início da narrativa foi presenteado pelos pais com duas figuras lúdicas que representavam seu coração e sua inteligência. De fato, durante o desdobrar do enredo, ambos agem como se fossem a própria inteligência e coração de Alderico, seu segundo eu, aquilo que ele deveria representar, seguir e nunca se afastar conforme a orientação de seus pais. As duas figuras lúdicas e Alderico tornaram-se inseparáveis e enquanto estiveram juntas, elas o incentivaram a ter um bom desempenho na escola e portar-se de modo abnegado, a ponto de Alderico ceder a um pobre velho esfomeado, a sua própria merenda.

---

<sup>228</sup> O Tico-Tico 16/01/1907. Ed.67. Ano III. p.6.

<sup>229</sup> O Tico-Tico. 29/05/1907. Ed.86. Ano III. p.6

<sup>230</sup> O Tico-Tico. 08/05/1907. Ed. 83. Ano II. p.6.



Tudo ia bem entre os três, até que um dia o menino em seu mau-humor expulsou os seus dois companheiros e desde então tornou-se um péssimo estudante, abandonando o colégio, queimando os livros, maltratando os animais e os empregados, tornando-se um fumante, até enfim ser preso na rua por um policial e ser levado para a cadeia por seu mau comportamento. Triste e solitário, Alderico é então encontrado na cadeia pelos companheiros que expulsara. Ao final da narrativa o redator concluía em tom moralizante que “Alderico se arrependeu e nunca mais se separou deles, convencido de que um homem nunca pode ser feliz se não tiver inteligência e coração”.

Figura 17 – O coração e a inteligência



Fonte: O Tico-Tico. 29/05/1907. Ed. 86. Ano III.

Narrativas como a de Alderico foram uma constante durante os anos de circulação de *O Tico-Tico*, sendo os quadrinhos um dos veículos privilegiados para a difusão das aspirações e expectativas dos editores da revista em relação à infância brasileira e daquilo que não era tolerado em termos de suas ações e reações em face do meio social. O Coração e a Inteligência também nos proporciona elementos analíticos que atendem ao propósito da presente pesquisa, que busca compreender de que modo os quadrinhos estrangeiros publicados no periódico infantil foram consubstanciados pelos debates sobre o nacional durante aqueles primeiros anos republicanos.

Para tanto, talvez seja esclarecedor voltarmos ao outono de 1906, quando *O Tico-Tico* publicou a seção A arte de formar brasileiros, assinado por Tio José, para alguns, o pseudônimo utilizado pelo ilustre caricaturista Angelo Agostini, que colaborava com a Sociedade *O'Malho* desde 1904.<sup>231</sup> Unindo ilustrações e textos, a seção tinha como principal objetivo a formação moral e cívica das crianças leitores de *O Tico-Tico*, estando em consonância com os objetivos pedagógicos difundidos pela publicação e discutindo assuntos que eram problemáticas a serem enfrentadas no meio social durante os primeiros anos republicanos, tal como a organização do trabalho e a racionalização da vida moderna.

Por meio de aconselhamentos e recomendações, muito deles baseados na própria vivência de Agostini, novamente a revista recorria a figura de um homem experiente, O Tio José, para orientar os petizes a estudarem, a respeitarem sempre os pais, a se prepararem para o difícil mundo do trabalho, fossem ricos ou pobres, pois todos precisavam trabalhar para conservar os bens ou sobreviver. Se dirigindo não apenas às crianças como também a seus pais, Tio José se apresentava como entusiasta convicto da importância da consolidação da República e do papel representado pela infância na construção de um futuro melhor para o país. Para tanto, seria necessário que:

Um menino que deseja mais tarde viver feliz e respeitado, deve desde já proceder como homem, saber conter os assomos de cólera, cumprir os seus deveres, não se acostumar a vícios que possam estragar a saúde, tratar todos com delicadeza, como uma pessoa bem educada, para conquistar amizades, respeitar os outros, ser cortês, ser humanitário, isto é, nunca esquecer que todos os homens merecem simpatia e auxílio, que todos são criaturas como vos, sujeitos às mesmas necessidades e tendo os mesmos direitos que nós temos, não regozijar com os males alheios, que isso denota mau coração e espírito mesquinho, ser criativo, porque ninguém deve negar o amparo aos infelizes; tudo isso são coisas que, vocês, devem sempre procurar fazer, para se tornarem homem de bem e espírito fortes.

Mas nada disso se aprende nos livros: os pais é que ensinam com os seus conselhos e com seus exemplos; basta que vocês sejam obedientes, atendam às suas recomendações, como meninos obedientes e carinhosos. Façam isso e mais tarde verão o bem que fizeram a si próprios.<sup>232</sup>

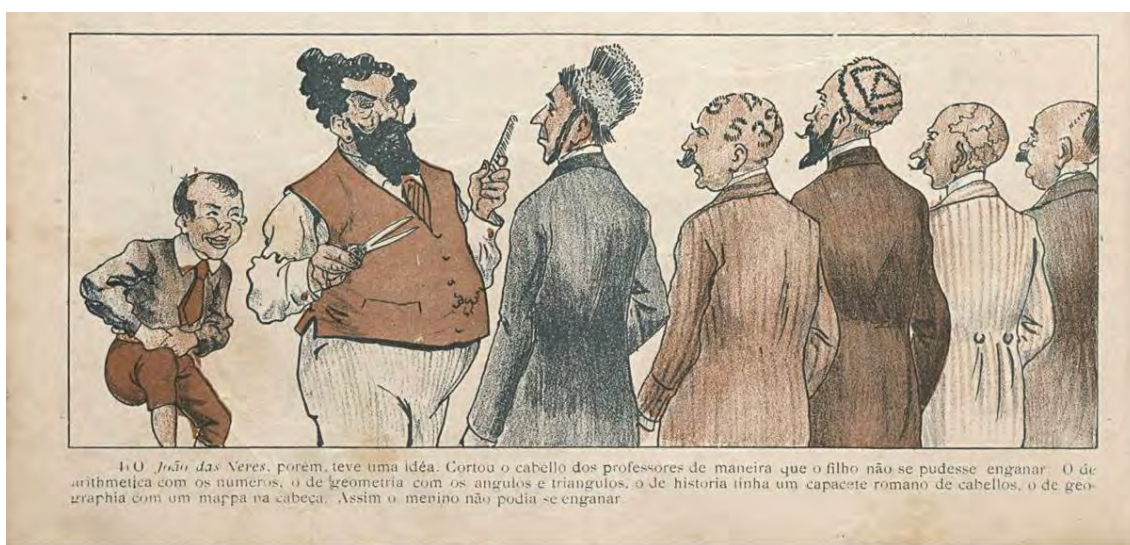
Tal como na história de Alderico, a criança idealizada pelos editores da publicação deveria desenvolver o bom comportamento e sua capacidade intelectual. O não desenvolvimento do intelecto e da moral resultariam em consequências drásticas para os pequenos leitores, como uma vida de vícios e criminalidade. Era preciso conter a cólera, pois esta obstruía o cumprimento dos deveres. Era preciso ser altruísta, abnegado, humanitário e acima de tudo, ser obediente a imposição de valores, hábitos e comportamentos ditados pela gente grande, principalmente os pais que, assim como visto no quadrinho Coração e Inteligência, deveriam transmitir os atributos necessários para o desenvolvimento de sua capacidade individual por meio da promoção de sua educação intelectual e moral.

<sup>231</sup> GONÇALVES, Roberta Ferreira. **As Aventuras d'O Tico-Tico. Formação Infantil no Brasil Republicano (1905-1962)**. 2019. 369f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História da Universidade Fluminense, Niterói, 2019.

<sup>232</sup> O Tico-Tico. 13/06/1906. Ed. 36. Ano II.

É o que percebemos por exemplo, na história em quadrinhos Uma ideia de barbeiro, publicado na edição 193 de *O Tico-Tico* em junho de 1909. Na história, temos João das Neves, barbeiro de Cascadura e um excelente profissional que ficou muito rico depois de ganhar uma fortuna ao inventar um cosmético muito cheiroso e cor de rosa. O barbeiro também era pai de Janjão, um menino muito ignorante que não gostava de estudar e portanto, não sabia ler e escrever. Para resolver a questão, o Sr. João das Neves contratou professores de história, geografia, aritmética, geometria e química e mesmo assim Janjão não aprendia, pois sempre confundia os professores entre si. Para resolver a questão, o barbeiro cortou cada um dos cabelos dos professores de acordo com a disciplina que eles ministravam, para que o filho não se confundisse e não inventasse mais desculpas para não estudar.

**Figura 18** – Uma ideia de barbeiro



Fonte: O Tico-Tico. 16/06/1909. Ed. 193. Ano V, p. 2.

Conforme já assinalado, a infância da criança republicana era o momento de desenvolvimento de suas capacidades a serem concretizadas no futuro, assim como as potencializadas da jovem nação. Crianças e nação deveriam andar de mãos dadas e se desenvolverem juntas. Para Tio José, o Brasil era exuberante e rico graças as suas riquezas naturais, um local aonde havia muito por fazer fosse por meio da exploração dos recursos naturais ou pela indústria. Portanto, somente uma nova geração de crianças, corretamente instruída desde sempre, seria capaz de reabilitar a crença no progresso e levar o país até o futuro desejado. Os quadrinhos de Alderico e do Sr. João das Neves se inseriam assim, no bojo de um discurso recorrente entre os dirigentes políticos e intelectuais do período que interpretavam a educação como um importante instrumento de transformação social. Para tanto, era preciso compreender e conhecer primeiramente o país que se desejava erigir, por meio do reconhecimento de grandes feitos do passado, de suas riquezas naturais e de seu alcance territorial. Daí a necessidade de Janjão aprender história e geografia ou de desenvolver suas capacidades em aritmética, geometria e química, conhecimentos necessários para se trabalhar na indústria, que Tio José chama de a “arte de aproveitar os produtos e as forças das natureza” ou mesmo para assumir ocupações como engenharia e medicina.

Ademais, a moderação das ações, o combate a ociosidade e dos vícios, estavam inseridos em campo ideológico conduzido pelos dirigentes republicanos que buscavam incutir principalmente nos setores populares por meio do controle social, os valores e hábitos exigidos

pela nova ética do trabalho em desenvolvimento. Segundo Chalhoub, a necessidade de controlar, reprimir, impor padrões e regras preestabelecidas em todas as esferas da vida estava em consonância com o processo de constituição da ordem capitalista no país. Promover a ordem e o progresso no Brasil republicano era defender a expansão do capital e proteger o direito à propriedade.<sup>233</sup>

Disciplina e ordem foram valores constantemente preconizados pelos editores de *O Tico-Tico* durante os seus primeiros anos de publicação, como podemos observar na tirinha onde a personagem Margarida e Joaquina são exemplos do que se deve e do que não se deve fazer para torna-se um adulto disciplinado.

**Figura 19** – O que se deve imitar e o que não se deve imitar



Fonte: *O Tico-Tico*. 01/05/1907. Ed.82. Ano III. p.2.

Enquanto Margarida é um exemplo de ordem por se deitar sem deixar de arrumar suas coisas, o que contribuía para que ela estivesse sempre elegante e bonita, Joaquina é o exemplo típico da desordem, pois nunca fazia as coisas com cuidado, deixando suas roupas pelo quarto, estando sempre atrasada, feia, mal arranjada e mal vestida. Na tirinha em questão, é possível também vermos as adequações feitas pela revista sobre a imagem, como a introdução sobre elas das palavras Ordem e Desordem.

Em “Francisco, o preguiçoso”, quadrinho publicado no número 100 da revista, Francisco entrava numa série de trapalhadas por se recusar a acordar no horário correto para ir à escola. Sua preguiça é duramente castigada ao longo da narrativa, o levando a um estado total de desordem, pois, em seu despreparo para cumprir com seus deveres, Francisco não consegue vestir-se corretamente, alimentar-se adequadamente e sua falta de planejamento o torna desalinhado e agressivo, a ponto dele ferir a si mesmo após não se reconhecer ao olhar-se no

<sup>233</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro. Editora Brasiliense, 1986, p.47.

espelho. Sangrando, em lágrimas e desorientado, Francisco enfim caiu doente, ficando acamado e aprendendo uma importante lição sobre a disciplina do trabalho na sociedade do pós-abolição.

**Figura 20 – Francisco, o preguiçoso**



Fonte: O Tico-Tico. 04/09/1907. Ed. 100. Ano III.p.12.

Por trás das lições aplicadas a Francisco ao final do quadrinho, está a própria relação da sociedade com o tempo e sua crescente dependência dos ponteiros dos relógios. Um tempo que precisava ser útil, acelerado e que não podia ser mais desperdiçado, a formação de novos hábitos de trabalho exigia uma nova disciplina de tempo conforme observado por Thompson, em seu estudo sobre as transformações desencadeadas pela Revolução Industrial na Inglaterra durante o século XIII.<sup>234</sup> Uma nova racionalidade das relações às quais as crianças leitoras da revista deveriam compreender desde muito cedo, começando por seu comprometimento com os deveres escolar e com o futuro mundo do trabalho.

A ausência de obediência ou o não cumprimento dos deveres resultavam sempre em situações constrangedoras e humilhantes que eram em sua maioria passíveis de correção e que resultaria em algum tipo de recompensação no final. Em *A menina ignorante*, por não gostar de estudar, Claudina foi incapaz de participar de brincadeiras com seus amigos que exigiam que ela soubesse ler e escrever. Após sentir-se muito envergonhada e humilhada, Claudina compreendeu enfim que “ninguém podia viver ignorante; tornou-se estudiosa e em pouco tempo sabia tanto como suas companheiras”.

O mesmo acontece em *A menina vadia*, onde a preguiça de Eugenia a impedia sempre de estudar. Após esconder um livro que sua mãe comprou para suas lições, Eugenia foi desmascarada de forma humilhante, enfim entendendo a necessidade de se ater aos estudos. Como recompensação, ela conseguiu as melhores notas e os melhores prêmios ao final do ano letivo.

---

<sup>234</sup> Ver THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: *Costumes em comum*. Editora Schwarcz, São Paulo:1998. pp. 267 – 304.

Figura 21 - A menina ignorante

ANNO VI RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 1910 N. 271

SEMANARIO DAS CRIANÇAS PUBLICA-SE AS QUARTAS FEIRAS

**TICO-TICO**

ESTE JORNAL PUBLICA OS RETRATOS DE TODOS OS SEUS ASSIGNANTES

**A MENINA IGNORANTE**

1—Estavam cinco crianças brincando alegremente no jardim quando de repente começou a chover. Correram todas para casa. Privadas do jardim, as crianças...

2—... lembraram brinquedos de salão, como por exemplo *O Amigo*. Mas uma das meninas, a *Claudina*, não costumava estudar, era muito ignorante...

3—... e, por isso, nunca adivinhava o amigo. E ficou envergonhada de fazer figura tão triste deante das outras. Lembraram então o jogo dos *Disparates*...

4—Mas *Claudina* não sabia ler nem sabia escrever os papezinhos necessários. Não quiz esse jogo.

5—Começaram então todos a jogar o vis-pora. Mas *Claudina* não sabia ler os números e não marcava seus cartões a tempo.

6—Desatou a chorar. Felizmente já a chuva tinha passado e puderam voltar todos ao jardim. Mas a vergonha por que passara deu coragem a *Claudina*.

7—Ella compreendeu que ninguém podia viver ignorante; tornou-se estudiosa e em pouco tempo sabia tanto como suas companheiras.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, Rua do Ouvidor 164 — RIO DE JANEIRO  
(Publicação d'O MALHO) (Numero avulso 200 réis, atrazado 500 réis)

Fonte: O Tico-Tico. 14/12/1910. Ed.271. Ano VI. p.

O mau comportamento e a preguiça também apareciam como alertas de um futuro sombrio. Em *Os sonhos de Lili*, descrita como uma menina de “mau gênio” que não gostava de estudar, mas maltratava os animais e os professores, Lili sonha que sua cama se transforma em uma carroça puxada por um burro e conduzida por um gato que ela maltratava. Em um determinado ponto da narrativa, Lili se depara ocupando o local do burro a frente da carroça, usando as orelhas de burro que ela tanto temia, numa sugestão de que ela seria burra se não estudasse e não se comportasse. Em *Os dois meninos*, Mario era um menino pobre que não tinha brinquedos, mas gostava de estudar e ajudar os mais necessitados. Em contrapartida, Gastão era filho de uma família rica, mas que por preguiça não gostava de estudar e só sabia fazer troça com os mais pobres e brincadeiras maldosas com os mais velhos. Mario que estudava tanto, foi recompensado com as melhores notas no final do ano letivo, enquanto o pai de Gastão adoeceu e o deixou pobre. Na conclusão da narrativa sequenciada, “Gastão cresceu como um ignorante sem saber como ganhar a vida e um belo dia, com muita fome, foi pedir esmola a Mario que se tornara um engenheiro e fica sendo um homem muito rico.”<sup>235</sup> A crença na força de vontade individual e nos efeitos milagrosos dos estudos para a formação de homens notáveis que não “cessam de trabalharem pelo bem geral”, fossem de origem “simples, humilde e pobres” a exemplo de Mario, foi uma ideia presente dentro da proposta editorial da revista.

A preguiça também foi trama central da história em quadrinho *o Vadio e o ladrão*, publicado na edição 179 da revista. Na história em questão, Paulo é apresentado como um operário hábil que trabalhava como um pedreiro, porém era também preguiçoso pois passava a vida inteira reclamando da cansaça do trabalho, até que um dia conheceu um ladrão. O ladrão, protagonista de tantas outras histórias em quadrinhos e contos publicados na revista no período, argumentava que Paulo era um tolo por trabalhar o dia inteiro a ponto de ficar tão cansado a noite que só queria dormir, sem conseguir se divertir nesse horário de descanso ou de arriscar a vida em uma profissão que exigia dele subir em escadas na rua e andar em telhados. Para livrar Paulo de sua insatisfação, o ladrão argumentava que o operário poderia agir conforme ele, descansando durante o dia e assaltando uma casa na calada da noite, o suficiente para conseguir dinheiro. Aceitando a oferta, Paulo se propôs a descansar durante o dia e assaltar uma casa ao anoitecer. Porém, logo descobriu que a tarefa era muito mais árdua e arriscada do que a sua própria ocupação como operário. O muro da casa era alto demais, ele foi atacado por um cão de guarda, mas conseguiu arrancar do muro um cano de chumbo, sendo o chumbo muito valioso no período, mas pesado demais que logo o deixou extenuado. Ao vender o cano a um velho que sempre comprava objetos roubados, recebeu bem menos pelo o que o cano valeria. No final moralizante do quadrinho, Paulo percebia que era mais vantajoso ser trabalhador do que ladrão, pois ele se cansava menos e ganhava mais.

O quadrinho estrangeiro adaptado pelo *O Tico-Tico* por meio da figura de Paulo e o ladrão anônimo, não esteve de certo modo, alijado dos discursos sobre o nacional durante o pós-abolição. Isso porque “O ladrão e o vadio”, retoma o mito da preguiça inata do trabalhador brasileiro que segundo um dos fundadores da revista, Manoel Bomfim, tinha origem em nossa herança colonial e os anos de cativo. Conforme já discutido em capítulos anteriores, para parte considerável da intelectualidade nacional, da qual podemos incluir o próprio Manoel Bomfim e José Veríssimo, a construção da nacionalidade se daria através do combate a “ignorância” e “preguiça” da população brasileira, especialmente por meio da expansão da instrução para a massa geral da população. Ao lado da valorização da educação, o discurso médico enfatizava o combate às doenças contagiosas, à exemplo da ancilostomose, também conhecida como “doença da preguiça”.<sup>236</sup>

<sup>235</sup> *O Tico-Tico*. 14/11/1906. Ed.58. Ano II. p. 9.

<sup>236</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República*. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, p. 29. *E-book*.



Ademais, a vadiagem, a ociosidade e a preguiça eram segundo Chalhoub, entendidas pelos grupos dominantes como ameaças constantes à ordem e aos bons costumes porque nada produzia para a promoção do bem comum. O indivíduo ocioso, quando atribuído ao grosso da população - em sua maioria preta, parda e pobre - era um indivíduo pervertido, sujeito a cometer atos de criminalidade. Daí o uso constante de expressões como “classes perigosas” ou “classes pobres e viciosas” para se dirigir ao grosso da população.<sup>237</sup> O indivíduo que não conseguia acumular, que vivia na pobreza, tornava-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. O bom cidadão tal como apresentado no quadrinho O vadio e o ladrão, seria aquele que, independentemente de sua origem social, estivesse de acordo com a ordem estabelecida, respeitando os novos hábitos impostos e reconhecendo o valor das relações assalariadas em desenvolvimento.

A tensões entre campo e cidade vivenciadas durante o pós abolição, também apareciam nos quadrinhos estrangeiros publicados pelo periódico e estiveram cercadas de ambiguidades. Por um lado, o campo aparecia como um local de “solo fértil, aproveitável e magnífico” em seções como em A arte de formar brasileiros ou um espaço idílico e para o descanso como representado no quadrinho As desventuras de Chiquinho publicado na edição número 239, intitulada Chiquinho na Roça, quando o menino e seus pais resolveram se afastar da vida urbana para “passar uns dias nos arredores de Mendes” e Chiquinho “resolveu fazer a vida de roceiro”, querendo “gozar da vida bucólica” proporcionada pela ocasião de sua visita.<sup>238</sup> Por outro, em quadrinhos circunscritos no espaço urbano, como acontece em Os apuros de Zé Fagundes ou em O Susto, os personagens oriundos do interior do país são representados como inadequados e estranhos ao progresso no primeiro caso, e desconfiados com a segurança do espaço urbano, no segundo.

Em Os apuros de Zé Fagundes, o personagem nunca havia visitado o Rio de Janeiro, mas decidiu fazê-lo para ver a Avenida Central, atual Avenida Rio Branco. Chegando no Rio, Zé Fagundes optou por hospedar-se em um hotel de luxo e pela primeira vez, se deparou com a energia elétrica, para o qual ele estava completamente despreparado. Antes de se deitar, Zé Fagundes sem entender como a luminária que iluminava o quarto funcionava, tentou primeiramente apaga-la, soprando-a, como se ela fosse uma lamparina. Sem sucesso, o “pobre roceiro” recorreu a um fole, depois a um jarro de água, até que enfim teve a ideia de esconder a luminária dentro do “armário da mesa de cabeceira”, somente assim “ficando no escuro e podendo dormir sossegado”.

---

<sup>237</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 22.

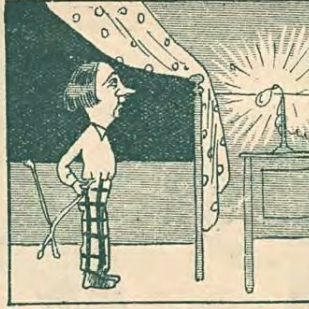
<sup>238</sup> O Tico-Tico. 04/05/1910. Ed. 239. Ano VI, p. 24; O Tico-Tico. 11/05/1910. Ed. 240. Ano VI, p. 24.

Figura 22 - Os apuros de Zé Fagundes

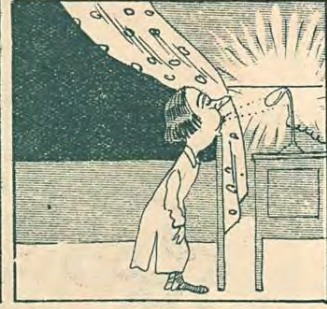
**Os apuros de Zé Fagundes**



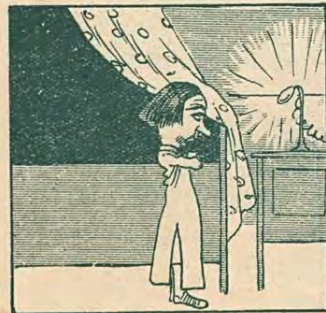
1) Zé Fagundes que nunca tinha vindo ao Rio de Janeiro, veio um dia ver a Avenida!



2) Foi se hospedar num hotel de luxo, achou o quarto muito bonito, despiu-se...



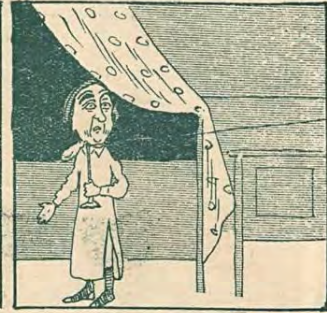
3) ...e quando ia se deitar foi soprar o foco de luz electrica, que illuminava o quarto...



4) ...pensando que era uma lamparina. A luz não se apagou. Zé Fagundes ficou muito afflicto.



5) Como não podia dormir com luz no quarto pegou em um fôlle e soprou com força.



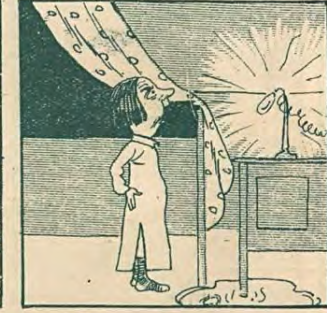
6) Nada. O roceiro quiz levar a luz para outro quarto, mas aquella singular lamparina estava presa...



7) á parede com um arame. Zé Fagundes agarrou um jarro d'agua...



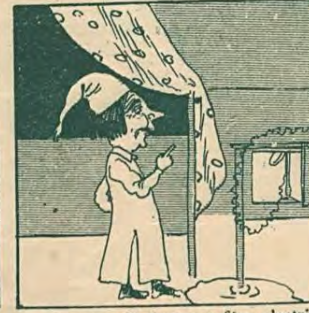
8) ...e atirou-a em cima da luz electrica.



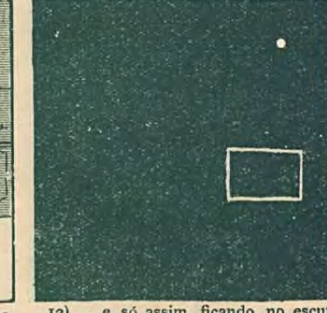
9) Nada... O pobre roceiro já estava mesmo aborrecido com o caso...



10) ...quando de repente teve uma ideia. Abriu o armario da mesa de cabeceira,



11) mettu lá dentro o foco electrico, fechou a porta...



12) ...e só assim, ficando no escuro, poudo dormir socegádo.

Fonte: O Tico-Tico. 14/08/1907.Ed.90. Ano III.

Já em *Um Susto*, seu Terencio chegou ao Rio vindo de Mangaratiba, trazendo com ele toda a família para admirar as obras que transformavam a capital do Brasil. Após percorrer toda a Avenida Central e adentrar no Passeio Público, ele e toda sua família são surpreendidos por um sujeito suspeito sentado numa praça e logo desconfiam se tratar de um assassino, principalmente quando o sujeito se move para retirar algo do bolso, que uma tia Gestrude assustada desconfia ser uma faca, mas que acaba se provando ser um reles cachimbo.<sup>239</sup>

De acordo com Márcia Naxara, a antítese entre campo e cidade existente desde meados do século XIX, se intensifica a medida que se adentra no século XX. A necessidade quase compulsiva de pensar o Brasil moderno, de procurar uma identidade nacional que fizesse frente a ideia de modernidade tornou essa antítese ainda mais evidente.<sup>240</sup> Ainda que as interpretações do meio rural fossem multifacetadas, apresentando imagens ora idílicas ora pessimistas ou mesmo ambivalentes do sertão, como no caso do sertanejo forte e decaído preconizado por Euclides da Cunha, a visão do espaço rural como um local de atraso e a representação do homem do campo como socialmente deslocado em relação ao meio urbano e suas conquistas materiais conforme visto no quadrinho *Os apuros de Zé Fagundes*, foram recorrentes nas representações culturais do período.<sup>241</sup>

Como se pode observar em *O susto* e em *Os apuros de Zé Fagundes*, as obras de modernização da cidade do Rio de Janeiro, foram temáticas que despertavam a admiração e curiosidade, especialmente a Avenida Central, com seus prédios de aspectos elegantes e artísticos que abrigavam lojas de comércio de luxo, restaurantes, cafês, casas de recreio e leituras. Ela foi certamente o principal símbolo do projeto de remodelação da cidade do Rio de Janeiro, construída ao custo da demolição de inúmeras casas de comércio e aluguel, mas euforicamente comemorada por parte considerável da imprensa carioca como a consagração do progresso material da cidade.<sup>242</sup> O novo cenário suntuoso e grandioso foi palco de muitas das brincadeiras e travessuras de Chiquinho, ainda que não pudéssemos vê-la de verdade, a Avenida sempre esteve lá, em meio as suas histórias e traquinagens coloridas que contribuíam para a difusão do projeto modernizador da capital do Brasil.

---

<sup>239</sup> O Tico-Tico. 14/03/1906. Ed. 23. Ano II, p.2.

<sup>240</sup> NAXARA, Marcia Regina Capeleri. **Estrangeiro em sua própria terra: Representações do trabalho nacional (1870-1920)**. 246f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1991 p. 169.

<sup>241</sup> *Ibid.*, p. 169.

<sup>242</sup> OLIVEIRA, Claudia de. **A iconografia do moderno: a representação da vida urbana**. In: OLIVEIRA, Cláudia; VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, pp. 120-121.

Figura 23 – Mais uma sova



Fonte: O Tico-Tico. 16/01/1907. Ed.67. Ano III.

Em sua edição 29, *O Tico-Tico* publicava uma pequena nota informando aos seus leitores que seria erigido “nesta capital, um monumento em homenagem ao atual prefeito, o Dr. Passos, afim de perpetuar a era de ressurgimento do Rio de Janeiro, por ele inaugurada”. A revista anunciava que recebera uma lista da comissão responsável pela iniciativa, que tinha como finalidade a arrecadação de recursos necessários para tal empreitada. Assim o redator desconhecido continuava: “Como naturalmente a maioria dos petizes, há de admirar e amar esse grande velho que vale por muitos moços e é sem dúvida um brasileiro que honra o nosso país é de esperar que não fique em branco a lista remetida a O Tico-Tico”.<sup>243</sup>

O prefeito a ser homenageado era o engenheiro Pereira Passos, um dos principais executores do projeto de embelezamento da cidade do Rio de Janeiro, realizado por meio de uma série de decretos que tinham por objetivo o controle social da população e o combate a costumes arraigados no tecido sociocultural da cidade, considerados incompatíveis com o ideal de civilização republicano. Para Nicolau Sevcenko, práticas recorrentes do cotidiano carioca como a boemia, as serenatas, o trabalho informal, os jogos de azar, as manifestações religiosas, além dos espaços de lazer como quiosques e botequins, foram alvos frequentes do aparato repressivo do Estado.<sup>244</sup> Os guardas civis - “meganhas” no popular – que geralmente aparecem nos quadrinhos como figuras confiáveis e mediadores de conflito, levando preso os gatunos, ladrões e todo tipo de desordeiro - foram para Chalhoub, o principal símbolo da repressão

<sup>243</sup> O Tico-Tico. 25/04/1906. Ed. 29. Ano II.

<sup>244</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.32.

generalizada e desmensurada contra os setores populares no Rio de Janeiro na primeira década do século XX.<sup>245</sup>

O combate aos vícios e aos excessos, fosse ele advindo do álcool, do cigarro ou dos jogos de azar, marcaram presenças em muitas seções, anúncios e quadrinhos da revista. Em edição publicada em 1906, chamada O que os meninos não devem fazer, a revista alertava os petizes contra os riscos do jogo do bicho, pratica muito popular entre os setores mais pobres da população, mas alvo das políticas de controle do governo republicano. Segundo o redator, os meninos deveriam evitar o jogo do bicho, por ser este “uma prática terrível” e os meninos que eram viciados em qualquer tipo de jogo que valesse dinheiro, estavam fadados a “maltratar e odiar a família” ou “relaxar nos estudos”.<sup>246</sup> Em outra ocasião, a mesma seção orientava os leitores quanto aos perigos dos álcool:

Se é triste ver um menino fumar, ainda mais triste é vê-lo entrar numa venda, num botequim, numa confeitaria e, *para matar o bicho, abrir o apetite* ou *matar a sede*, bebem cálices de Paraty, genebra, licor, copos de cerveja, ou de misturadas de *vermout, whisky*, e toda essa caterva de drogas de nomes estrangeiros, que se fazem por aí, e que se dão nomes arrevesados esquisitos.

Todas essas bebidas contém álcool, e o álcool como a nicotina do fumo, é um veneno terrível. Não há organismo de criança ou homem que resista aos efeitos do vício de beber.

[...]

Os meninos que adquirirem esse mau costume de beber, muito cedo, começam sentir o mau resultado: perdem a vontade de comer, perdem a inteligência [...]

Daí, seguem-se um enfraquecimento geral do corpo e a perda da memória. Em pouco tempo, os meninos viciados na bebida vão perdendo o terreno, vão ficando abaixo dos outros meninos que escaparam a tentação do vício, não só nos estudos, como em qualquer serviço de que se ocupem nas fábricas, nas oficinas, nas casas comerciais, seja lá onde for. E o futuro dessas crianças viciadas? É muito triste...

Chegarão a homens – si chegarem... já estragados, sofrendo de mil moléstias, incapazes de sustentarem o que se chama – a luta pela vida. Se tentaram constituir família ou serão repelidos, ou se conseguirem enganar os pais da moça, serão desgraçados, porque o homem que bebe, o homem que se embriaga, é um homem inútil.<sup>247</sup>

O alerta contra os riscos do álcool também aparece no quadrinho Efeitos de uma Chuva, onde o personagem Serapião, após ficar até tarde em um botequim, bebendo mais do que deveria, começa a cismar e lutar com a própria sombra, a qual ele confunde com um fantasma, depois de deixar o estabelecimento. O quadrinho promove uma imagem interessante, pois os botequins, conforme demonstrado por Chalhoub, além de espaços de lazer e estabelecimentos que vendiam álcool, funcionavam também como uma venda de mantimentos para os setores mais pobres da população, sendo alvos constantes de tensões entre as classes populares e o aparelho repressivo do Estado.<sup>248</sup> Duramente perseguido pelos policiais, bêbados e o alcoolismo em geral eram tido como um fator notável para a insegurança social que poderia resultar em ferimentos, suicídios e assassinatos e por isso deveriam ser evitados segundo o discurso dos dirigentes republicanos.<sup>249</sup>

No caso do quadrinho publicado em *O Tico-Tico*, o álcool adquirido no botequim deixou Serapião transtornado com a própria sombra. Somente com o surgimento de um gasista, que concorda em resolver o problema apagando o lampião da rua desde que Serapião promettesse

<sup>245</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro. Editora Brasiliense, 1986, p. 191.

<sup>246</sup> O Tico-Tico. 11/07/1906. Ed. 40. Ano II; O Tico-Tico. 18/07/1906. Ed. 41. Ano II

<sup>247</sup> O Tico-Tico. 27/06/1907. Ed. 38. Ano II.

<sup>248</sup> CHALHOUB, Sidney, 1986, passim.

<sup>249</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 62.

que não beberia mais, é que o “fantasma” enfim desaparece. Após o susto, o quadrinho termina com Serapião recusando o convite de um amigo para ir beber, sugerindo que ele provavelmente não voltaria mais ao botequim, fosse pela promessa que fizera ou pelos os efeitos do álcool sobre ele. Além da mensagem moralizante sobre os perigos do alcoolismo concluída pelo narrador sobre os perigos do alcoolismo, as peripécias de Serapião sugere certa compreensão do tradutor sobre esse espaço físico e tradicional da cidade e as implicações sobre ele naquele momento específico.

**Figura 24 - Efeitos de uma chuva**



Fonte: O Tico-Tico. 24/01/1906. Ed. 16. Ano II, p.2.

Como se pode observar na citação retirada da seção O que os meninos não devem fazer, publicada em 1906, havia uma preocupação com os efeitos nocivos do álcool sobre a mente e o corpo dos indivíduos, e sobre as moléstias que os deixaria incapazes de lutar pela vida. Em meio ao frenesi provocado pela reforma urbana, as políticas sanitárias promoviam um combate às moléstias e chagas que infligiam os moradores da capital há décadas - como a febre amarela, a cólera e a varíola - e eram compreendidas como um entrave à modernização e à constituição da nacionalidade.<sup>250</sup> De acordo com Jaime Larry Benchimol, os higienistas, influenciados pela revolução pausteriana, foram os primeiros a articular um discurso sobre as condições de vida no Rio de Janeiro, propondo intervenções mais ou menos drásticas para restaurar o equilíbrio do “organismo urbano”. Esse discurso infiltrou-se no senso comum das elites e camadas médias durante as últimas décadas do século XIX, permanecendo durante os primeiros anos do século XX.<sup>251</sup> Os pântanos comuns na geografia da cidade, eram considerados os principais focos de pestilências e doenças epidêmicas. Os morros apareciam como obstáculos à circulação dos ventos capazes de dissipar os maus ares e deles desciam as águas dos rios e das chuvas que se estagnavam na planície sobre a qual se erguia a maior parte construída da cidade. Daí a necessidade de arejar a cidade com vias mais amplas e arejadas, construir um sistema de saneamento, vacinar a população a qualquer custo, combater os vícios (como o álcool e o ópio), higienizar os corpos e o espaço urbano.<sup>252</sup> Conforme publicado na seção A arte de formar brasileiros, em maio de 1906, a preocupação com a higiene e com a saúde por meio de hábitos saudáveis e mesmo por meio de exercícios físicos, era a chave para o surgimento de um cidadão forte e vigoroso.

Um homem só pode mostrar vigor de sua inteligência, ser ativo, trabalhador, empreendedor, quando é sadio, quando goza de saúde; todo aquele que doente, fraco, não pode ser útil a si mesmo, nem aos outros.

Evitar as moléstias deve ser a nossa constante preocupação.

[...]

Antes de se esforçar por aprender as ciências necessárias, para ser um personagem ilustre, convém cuidar em fortalecer o corpo. De que vale ser um sábio, mas sempre enfermo e fraco; um homem doente até nem pode estudar com capricho e trabalhar com atividade. Antes de tratar do cultivo de nossa inteligência, devemos cultivar as forças de nosso corpo. Um homem forte, educando também sua inteligência nos moldes que lhes vou ensinar, isso é que é o ideal. Pode sempre vencer na vida muito facilmente do que os que vivem cheios de doenças.

253

Por essas razões, os corpos modernos deveriam aspirar beleza, saúde e força física. Um corpo bem desenvolvido era antes de tudo um corpo saudável, livre de vícios e de moléstias. A valorização dos exercícios físicos e a moderação com a alimentação também serviram de alertas nos quadrinhos publicados pela revista. Em Um tratamento contra a gordura, a “Exm. Sra. D. Pafuncia andava doida por emagrecer para ficar mais poética”, então foi procurar um doutor charlatão que descobrira um aparelho contra a obesidade, uma espécie de “grande cofre”, onde as pessoas entravam e saíam magras. Porém, tudo não passava de um grande engodo, pois depois de instruir que Pafuncia entrasse no tal aparelho e ficasse lá por hora, o doutor charlatão

---

<sup>250</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, p. 29. *E-book*.

<sup>251</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. Reforma Urbana e Revolta da Vacina na Cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Capítulo 7. *E-book*.

<sup>252</sup> *Ibid.*, capítulo 7.

<sup>253</sup> O Tico-Tico. 30/05/1906. Ed. 34. Ano II.

correu até uma costureira e pediu que ela alargasse a roupa de sua cliente que depois de vesti-la, sentiu-se enfim magra.<sup>254</sup> Talvez a história de Pafuncia fosse uma crítica do tradutor aos produtos de beleza que cada vez inundavam as páginas de propagandas dos periódicos. Seja qual tenha sido a intenção, a preocupação com a saúde da criança aparecia também por meio de publicações como a do tônico Vinol, que prometia ser uma “reconstrutor do corpo e fortalecedor do organismo”.<sup>255</sup>

Os episódios de gula abordados nos quadrinhos, em O Guloso Castigado, um marinheiro após comprar um pote de melado em uma venda e o consumir por inteiro, ficou tão melado que no final foi atacado por matilha de cães. Em O Moleque Guloso, Zezé após comer todo o cuscuz feito por sua mãe, apanhou uma grande sova depois que sua travessura foi descoberta.

---

<sup>254</sup> O Tico-Tico. 25/04/1906. Ed. 29. Ano II.

<sup>255</sup> O Tico-Tico. 20/04/1910. Ed. 237. Ano VI, p.19.



Figura 25 - O moleque guloso

Anno III RIO DE JANEIRO. QUARTA-FEIRA. 6 DE NOVEMBRO DE 1907 Num. 109

JORNAL DAS CRIANÇAS PUBLICA-SE ÀS QUARTAS FEIRAS

**TICO-TICO**

ESTE JORNAL PUBLICA OS RETRATOS DE TODOS OS SEUS ASSIGNANTES

**O MOLEQUE GULOSO**

1 Zezé era um bom moleque; mas muito guloso. Um dia sua mãe fez um grande prato de cuscús...

2 Apenas ella sahiu, Zezé... zás! Comeu o cuscús todo.

3 Quando a preta velha voltou, perguntou pelo cuscús. Zezé disse que o papagaio é que tinha comido. —Ah, foi o papagaio! Pois eu sei que o cuscús pesava dois kilos. Vamos a vêr isso.

4 E a preta velha poz Zezé e o papagaio em uma balança. O papagaio não pesava quasi e Zezé estava pesando muito. Descobriu-se assim a mentira de Zezé que apanhou uma grande sova.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, Rua do Ouvidor, 132—RIO DE JANEIRO  
(Publicação d'º MALHO)

(Numero avulso 200 réis, atrazado 500 réis)

Fonte: O Tico-Tico. 06/11/1907. Ed. 103. Ano III.

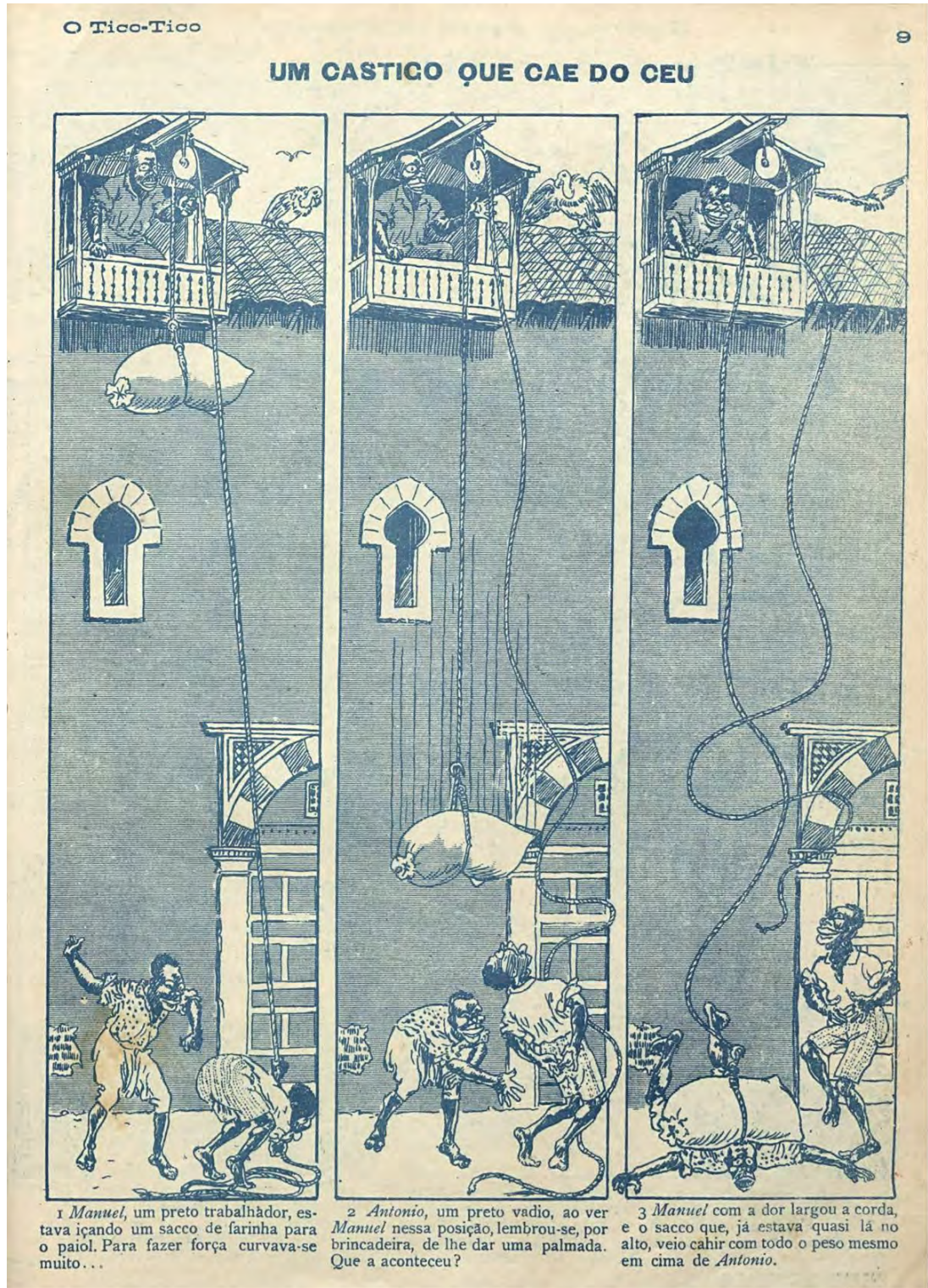
Os moleques ou criadinhos foram personagens que marcaram presença nas páginas da revista *O Tico-Tico*, aparecendo como coadjuvantes de aventuras, sendo objeto de violência e sadismo de seus amos ou patrões e envolvendo-se em confusões por sua estupidez ou inabilidade. Em 1906, a série *As Desventuras do Chiquinho* apresentava o personagem Vicente, um acompanhante de Chiquinho durante uma pequena viagem e descrito como um criado de plena confiança. Em 1907, Giby fazia sua estreia nas páginas da publicação, por meio do quadrinho *O Talento de Juquinha*, de autoria do quadrinista J. Carlos. Apresentado como “o moleque mais preto que até hoje se tem visto”, era o novo copeiro empregado na casa do pequeno Juquinha. Além de representarem o mesmo tipo social, Vicente, Giby e Zezé tinham em comum a mesma aparência cômica, desenhados com uma tez muito escura, olhos esbugalhados, lábios desproporcionais e no caso específico de Giby, uma cabeça em forma de elipse. Giby também se destacava pelo comportamento estúpido e desastrado, cuja ignorância fora antecipada no título “A ignorância de Giby”, publicado em outubro de 1907.

No quadrinho *Um Castigo que Cai do Céu*, Manoel, um preto trabalhador, estava içando um saco de farinha para o paiol quando recebeu uma palmada de Antonio, descrito na história como um preto vadio por não gostar de trabalhar. Como consequência da brincadeira, Antonio acabou sendo castigado pela narrativa, ao ser atingido pelo saco de farinha que Manoel acabara por soltar ao ser agredido. Narrativas como *O moleque guloso* e *O Castigo que Caiu do Céu* foram uma entre as muitas histórias em quadrinhos reproduzidas por meio de decalque nas páginas do jornalzinho infantil que buscavam representar os tipos sociais negros. Essas narrativas não apenas reafirmavam a discriminação racial vivenciada num momento pós abolição, onde as teorias das raças se apresentavam como um caminho para se pensar o nacional, como também reforçavam hierarquias sociais, onde os mais pobres eram sempre identificados com o trabalho manual.<sup>256</sup>

---

<sup>256</sup> SILVA, Alexandre Rocha da. **Os Homens do Futuro – As Crianças de Hoje! Debates sobre a infância nos quadrinhos de Luís Loureiro (1907-1919)**. 2019. 260f. Dissertação. (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campina, p. .238-251.

Figura 26 - O castigo que cai do céu



Fonte: O Tico-Tico. 04/12/1907. Ed. 113. Ano III. p. 9

De acordo com Alexandre Silva, grande parte destes quadrinhos era adaptada de periódicos estrangeiros como o jornal americano *New York Herald* e revistas francesas como a *La Semaine de Suzette* e *Le Petit Français Illustré*.<sup>257</sup> Segundo o autor, os quadrinhos publicados nesses periódicos traziam enredos nos quais os tipos negros envolviam-se em confusões justamente por sua estupidez, inabilidade e pouca falta de inteligência.<sup>258</sup> Os enredos das historietas publicadas teriam origem no estereótipo racial de “sambo”, através do qual se operava um certo número de elementos essenciais e facilmente identificáveis pelo público: lábios largos e avermelhados, olhos esbugalhados e caretas.<sup>259</sup>

Segundo Silva, o estereótipo racial do “sambo” circulou por meio de uma rede transnacional que contribuiu para a difusão de diferentes representações de tipos raciais durante o período do pós-abolição.<sup>260</sup> Em pesquisas recentes, a historiadora Martha Abreu argumenta que neste momento ocorre uma valorização da cultura africana e afro americana, especialmente por parte de intelectuais europeus identificados com os valores da modernidade. Ainda que a valorização da culturas dos povos africanos e afro americanos tenha possibilitado a ascensão e mobilidade de artistas e músicos negros, ela se mantivera fora das fronteiras civilizacionais da sociedade. O interesse pela cultura negra - constantemente associada ao primitivismo, aos mistérios e fantasias selvagens - tornou-se o caminho pelo qual os europeus e norte-americanos representavam a sua própria superioridade e se sentiam autorizados a envolver-se com a estética, ritmo e dança associados aos escravizados e seus descendentes.<sup>261</sup>

Ademais, conforme tentamos demonstrar neste capítulo, mais do que histórias ingênuas dedicadas a divertir o público infantil, os quadrinhos estrangeiros decalcados pela revista *O Tico-Tico* sintetizaram os esforços de editores e artistas gráficos da publicação em refletir sobre os problemas sociais e demandas apresentadas no Brasil do pós Abolição. O incentivo a disciplina do trabalho, o reforço dado a hierarquias sociais existentes, os alertas contra vícios e enfermidades, a valorização da instrução como uma chave para o futuro, a exaltação ao progresso material da cidade, foram questões que estiveram em consonância com o debate sobre o nacional vivenciado naquele momento, sobre o Brasil que se queria e que se almejava construir.

---

<sup>257</sup> Ao longo dessa pesquisa não foi possível cortejar os quadrinhos originais estrangeiros publicados nesses periódicos, para melhor compreender o diálogo estabelecido entre eles e o processo de adaptação empreendido pelo *O Tico-Tico*.

<sup>258</sup> SILVA, Alexandre Rocha da. **Os Homens do Futuro – As Crianças de Hoje! Debates sobre a infância nos quadrinhos de Luís Loureiro (1907-1919)**. 2019. 260f. Dissertação. (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campina, p. 201.

<sup>259</sup> *Ibid.*, p. 206.

<sup>260</sup> O estereótipo racial do “sambo” teria se originado a partir de interpretações feitas do livro do *The Story of Little Black Sambo*, publicado em 1899 pela autora britânica Helen Bannerman. A narrativa do livro se desenvolve com o personagem Sambo, menino de origem indiana que viviam com o seu pai e mãe, chamados Black Jumbo e Black Mumbo. Na narrativa, Sambo é representado como um menino inteligente, criativo e paciente que após ser abordados por tigres esfomeados ao longo de um passeio, se utiliza de sua esperteza para entregar a cada um dos tigres as roupas coloridas que havia ganhado de seus pais, afim de evitar ser devorado. Ao refletir sobre as adaptações de produções literárias quando retiradas do contexto que lhe deram origem, os pesquisadores Maria da Conceição Vinciprova Fonseca e Adilson Pereira argumentam que devido ao ambiente pós Guerra de Secessão (1861-1865), a história do menino indiano escrito por Helen Bannerman foi facilmente substituída por um menino negro e associado ao imaginário que representava o liberto, vaidoso, vestindo roupas dos brancos mais abastados, porém dotado por uma esperteza malandra, própria ao estilo dos “trambiqueiros” que ganham a vida sem investir energia no trabalho produtivo. FONSECA, Maria da Conceição Vinciprova; PEREIRA, Adilson. Verdade, ética e politicamente incorreto a partir de *The Story Little Black Sambo*. In: MELLO, Maria Elizabeth Chaves de; FELLOWS, Maria Ruth Machado; KLEIMAN, Olinda (Orgs.). **Cruzamentos de olhares Brasil/Europa: entre experiências literárias e textualidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Abralic, 2018, p. 78.

<sup>261</sup> ABREU, Martha. **Da Senzala ao Palco: Canções escravas e racismo nas Américas 1870-1930**. Campinas: Editora Unicamp, 2017. Capítulo 1. *E-book*.

## CONCLUSÃO

*O Tico-Tico* foi certamente uma das principais publicações em circulação no Brasil durante as primeiras décadas do século XX e além de divertir seus leitores, buscou contribuir com o debate sobre a escolarização durante os primeiros anos republicanos e a promover a formação por meio de suas seções, daqueles que seriam os futuros cidadãos brasileiros. Entre as muitas seções vinculadas ao periódico, os quadrinhos certamente ocuparam um local privilegiado e foram os principais meios de transmissão do projeto pedagógico e instrutivo da revista.

Reconhecendo a importância das narrativas sequenciais na concepção do projeto editorial do periódico, nosso principal intuito nesse estudo foi analisar de que modo os quadrinhos estrangeiros foram adaptados à realidade nacional, estabelecendo um diálogo entre eles e as principais ideias utilizadas por intelectuais e dirigentes políticos durante o pós-abolição, para refletir sobre o Brasil que se deseja construir.

A partir de então, nos comprometemos num primeiro capítulo, a compor uma análise histórica das principais ideias que discutiam o nacional desde a segunda metade do século XIX, passando por temas como o romantismo, o cientificismo e ao compromisso ufanista de inícios do século XX. Acreditamos que por meio desse exercício, de compor uma espécie de painel sobre os principais posicionamentos sobre o nacional durante a virada do século XIX para o XX no Brasil, seria mais fácil compreender o papel pedagógico desempenhado pelo *O Tico-Tico* e o modo como ela se inseriu nos debates sobre o nacional entre 1905 e 1910. Foi por exemplo, importante um diálogo com sergipano Manoel Bomfim, médico e “pensador de história”, e também um dos principais articuladores do projeto editorial da revista *O Tico-Tico* e um dos principais adeptos da crença no papel da educação como um instrumento de transformação social.

Não obstante, no segundo capítulo buscamos inicialmente refletir sobre o papel histórico da criança no Brasil e sobre os diferentes modos de instrução existentes no país durante a virada do século XIX para o XX. O desenvolvimento da imprensa no Brasil durante o pós-abolição, esteve ao lado do debate sobre o papel da instrução como uma ferramenta de transformação social e a valorização das crianças enquanto futuros cidadãos do Brasil, ou seja, aqueles que num futuro não muito distante, seriam os responsáveis por levar o Brasil ao progresso material e cultural almejado pelos políticos e dirigentes republicanos.

Neste sentido, muitos dos intelectuais do período republicano encontraram na imprensa um campo propício para o incentivo à expansão da instrução, haja vista que a República fizera pouco em seus primeiros anos no que diz respeito à educação nacional. Oriunda do processo de segmentação da revista *O Malho*, *O Tico-Tico* surge não apenas do processo de desenvolvimento técnico da imprensa nacional, como também da crença de intelectuais como Manoel Bomfim e Bartolomeu de Souza e Silva, no papel da educação como um elemento de transformação social.

Dialogando com correntes pedagógicas em voga no período como o método intuitivo ou lições de coisas – cujo intuito era promover o raciocínio e preparar o futuro trabalhador por meio de atividades associadas à recreação e ao prazer – *O Tico-Tico* buscou por meio de suas diferentes seções, dar um papel de destaque às crianças e a incentivar a expansão do ensino escolarizado no Brasil, principalmente através da publicação de escolas e grupos escolares por meio de suas seções.

Já no terceiro capítulo, adentramos enfim no universo das histórias em quadrinhos, refletindo sobre sua linguagem e trajetórias percorridas até *O Tico-Tico*. Por meio de seu projeto pedagógico e instrutivo, *O Tico-Tico* foi uma das principais contribuintes para a consolidação das narrativas quadrinizadas no Brasil. Tendo os quadrinhos estrangeiros publicados na revista como objetivo, buscamos compreender seu processo de adaptação ao periódico, discutindo

sobre o processo de decalque e autoria. Por fim, buscamos investigar como adaptação dos quadrinhos estrangeiros publicados pelo jornalzinho infantil, estiveram em consonância com o debate sobre o nacional vivenciado no Brasil do pós-abolição, concluindo que apesar do conteúdo recreativo, as narrativas estrangeiras não estiveram alijadas deste debate, mas fizeram parte dele.

Ao associar recreação, informação e formação em um mesmo conteúdo, os editores da revista tinham por objetivo interferir no processo de desenvolvimento e personalidade de seus leitores. Não obstante, os quadrinhos apresentados anunciavam temas cotidianos que sublinhavam uma preocupação recorrente dos editores da revista com a formação moral das crianças, tendo como principal prioridade a formação de cidadãos proativos, que valorizassem as relações de trabalho em desenvolvimento.

Nos quadrinhos analisados, podemos observar uma oposição recorrente entre disciplina do trabalho/estudo versus preguiça, sertão versus cidade, educação versus ignorância, vícios versus virtudes que tinham como finalidade facilitar uma maior compreensão dos leitores sobre os assuntos abordados e não estiveram alijadas do debate sobre o nacional naquele momento. Conforme demonstrado no primeiro capítulo, a preocupação com a educação, o combate à ociosidade, o amor à pátria, a questão racial, foram temas presentes no debate sobre a construção da identidade nacional durante o pós-abolição.

Ademais, muitos foram os desafios encontrados ao longo deste estudo. Acreditamos que muito sobre o assunto ainda não tenha sido esgotado, que muito ainda pode ser feito e aprofundado. Cabe por exemplo, um olhar mais apurado sobre a contribuição de ilustradores estrangeiros erradicados no Brasil, como Angelo Agostini, no processo de construção do nacional por meio dos quadrinhos e ilustrações publicados no periódico infantil. Ou mesmo, uma análise mais ampla sobre os quadrinhos estrangeiros decalcados pelo *O Tico-Tico*, de modo a melhor compreender o processo de adaptação das tirinhas estrangeiras pela revista brasileira à realidade nacional.

Por fim, cabe mencionar que iniciamos nossa caminhada em um mundo normal e a concluímos em outro, em um mundo que aos poucos se recupera de uma pandemia desencadeada pelo Covid-19, o que engendrou novos desafios e obstáculos para todos nós, mas nesta pesquisa em especial, exigiu uma enorme necessidade de adaptação e reajuste às adversidades apresentadas. De todo modo, esperamos com essa pesquisa estar contribuindo com os estudos sobre *O Tico-Tico*, agregando a ela um olhar histórico ao inseri-la dentro de um debate que tinha por base a constituição de um novo Brasil e identidade nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes:

- ALENCAR, José de. **O guarani**. 20ª ed., São Paulo: Ática, 1996. *E-book*
- BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. *E-book*.
- CELSO, Afonso. **Porque me ufano do meu país**. Rio de Janeiro: Lamaert & Livreiros, 1900. *E-book*.
- MARTIUS, Karl Friedrisch Phillipe von. **Como se deve escrever a História do Brasil**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Rio de Janeiro. 6 (24), pp. 381-403. Jan.1845.
- CUNHA, Euclides. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. *E-book*
- VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1906.

### Periódicos:

- Correio da Manhã, 1955.
- Le Petit Journal Illustré de La Jeunesse, 1906.
- O Malho, 1902, 1905.
- O Tico-Tico: jornal das crianças, 1905-1910, 1918, 1955.
- New York Herald, 1904.

### Quadrinhos:

- New York Herald. **Buster Brown gives a surprise party for himself**. 1903.
- O Tico-Tico. **Manda quem pode**. 11/05/1905. Ed. 1. Ano I.
- O Tico-Tico. **As desventuras do Chiquinho**. 06/06/1906. Ed. 35. Ano II.
- O Tico-Tico. **As desventuras do Chiquinho**. 16/01/1907. Ed.67. Ano III.
- O Tico-Tico. **As desventuras do Chiquinho**. 18/08/1909. Ed.202. Ano V.
- O Tico-Tico. **As desventuras do Chiquinho**. 04/05/1910. Ed. 239. Ano VI.
- O Tico-Tico. **Abbah, o vaidoso**. 16/03/1910. Ed. 232. Ano VI.
- O Tico-Tico. **O anel do Feiticeiro**. 30/03/1910. Ed. 234. Ano VI.
- O Tico-Tico. **A Pedra**. 28/07/1909. Ed. 199. Ano IV.
- O Tico-Tico. **O Burro Batista**. 08/09/1907. Ed. 205. Ano III.
- O Tico-Tico. **Cabeça Dura**. 19/01/1910. Ed. 224. Ano VI.
- O Tico-Tico. **Pedrinho e o Lobo**. 23/06/1909. Ed. 194. Ano V.
- O Tico-Tico. **O Coração e a Inteligência**. 29/05/1907. Ed. 86. Ano III.
- O Tico-Tico. **Uma ideia de barbeiro**. 16/06/1909. Ed. 193. Ano V.
- O Tico-Tico. **O que se deve imitar e o que não se deve imitar**. 01/05/1907. Ed.82. Ano III.
- O Tico-Tico. **Francisco, o preguiçoso**. 04/09/1907. Ed. 100. Ano III.
- O Tico-Tico. **A menina ignorante**. 14/12/1910. Ed.271. Ano VI.
- O Tico-Tico. **A menina vadia**. 04/07/1906. Ed. 39. Ano II.
- O Tico-Tico. **Os sonhos de Lili**. 26/06/1907. Ed. 90. Ano III.
- O Tico-Tico. **Os dois meninos**. 14/11/1906. Ed.58. Ano II.
- O Tico-Tico. **Vadio e o ladrão**. 10/03/1909. Ed.179. Ano IV.
- O Tico-Tico. **Os apuros de Zé Fagundes**. 14/08/1907. Ed.90. Ano III.
- O Tico-Tico. **O Susto**. 14/03/1906. Ed. 23. Ano II.

O Tico-Tico. **Efeitos de uma Chuva**. 24/01/1906. Ed. 16. Ano II.  
O Tico-Tico. **Um tratamento contra a gordura**. 25/04/1906. Ed. 29. Ano II.  
O Tico-Tico. **O Guloso Castigado**. 19/09/1906. Ed. 50. Ano II.  
O Tico-Tico. **O Moleque Guloso**. 06/11/1907. Ed. 103. Ano III.  
O Tico-Tico. **O Talento de Juquinha**. 16/09/1907. Ed. 105. Ano III.  
O Tico-Tico. **Um Castigo que Cai do Céu**. 04/12/1907. Ed. 113. Ano III.

#### Sites:

Comic Book Plus: <https://comicbookplus.com/?dlid=4587>.  
Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

#### Artigos:

CHARLE, Christopher. **O nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898)**. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPeL. Pelotas, nº 14, 2003.  
BAGGIO, Katia. **Os Intelectuais Brasileiros e o Pan-Americanismo: A Revista Americana (1909-1919)**. IV Encontro da ANPHLAC. Salvador, 2000.  
DEL PRIORI, M. A criança negra no Brasil. In JACÓ-VILELA, AM., SATO, L., orgs. **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012.  
FRASER, Nancy. **Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente**. Social Text, n. 25-26, 1990.  
GOMES, Angela de Castro. **Essa gente do Rio. Os intelectuais cariocas e modernismo**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.6, n. 11, 1993.  
GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim “pensador de História na República”**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.23, nº 45, pp.129-154, 2003.  
GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nações e civilizações nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº 1, 1988.  
KROPT, Simone Petraglia. **Manuel Bomfim e Euclides da Cunha: Vozes dissonantes ao horizonte do progresso**. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, III (1), 80-98 Mar.- Jun, 1996.  
OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Manuel Bonfim: autor esquecido ou fora do tempo?** Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro, V. 05.03:771-797, Dezembro de 2015.  
SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República**. Rev. bras. Hist. vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999.  
VERGUEIRO, Waldomiro & SANTOS, Roberto Elísio dos Santos. **A postura educativa de O Tico-Tico: uma análise da primeira revista brasileira de histórias em quadrinhos**. Revista Comunicação & Educação, ano XIII, n.2, São Paulo, 2008.

#### Teses e dissertações:

BOTELHO, André Pereira. **O Batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim**. 1997. 200f. Dissertação. (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas 1997.



- GONÇALVES, Roberta Ferreira. **As Aventuras d'O Tico-Tico. Formação Infantil no Brasil Republicano (1905-1962)**. 2019. 369f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História da Universidade Fluminense, Niterói, 2019.
- GUIMARÃES, Hélio de Seix. **Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19**. 2004. 438f. (Doutorado em literatura brasileira). Universidade Estadual de Campinas.
- HANSEN, Patrícia dos Santos. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. Tese. 245f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo 2007.
- NABUYOSHI, Chinen. **O papel do negro e o negro no papel: Representação e representatividade dos afrodescendentes nos quadrinhos brasileiros**. 2013. 282f (Doutorado em ciência da comunicação). Universidade de São Paulo.
- NAXARA, Marcia Regina Capeleri. **Estrangeiro em sua própria terra: Representações do trabalho nacional (1870-1920)**. 246f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1991.
- PATROCLO, Luciana Borges. **As mães de famílias futuras: A revista O Tico-Tico na formação das meninas brasileiras (1905-1921)**. Tese. 300f. (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Educação da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2015.
- RE, Flavia Maria. **As distâncias entre as Américas: uma leitura do Pan-americanismo nas primeiras décadas republicanas no Brasil (1889-1912)**. 2010. 237f (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo.
- SILVA, Alexandre Rocha da. **Os Homens do Futuro – As Crianças de Hoje! Debates sobre a infância nos quadrinhos de Luís Loureiro (1907-1919)**. 2019. 260f. Dissertação. (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2019.
- SILVA, Naomi Santos da. **O “batismo na Instrução”: projetos e práticas de inserção formal de escravos libertos e ingênuos no Paraná provincial**. 2014. 201f.. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

## Livros e Capítulos

- ABREU, Martha. **Da Senzala ao Palco: Canções escravas e racismo nas Américas 1870-1930**. Campinas: Editora Unicamp, 2017. *E-book*.
- ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial – Vol. III – 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

- ARIÉS, Philippe. **História social da criança**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koongan, 1891.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de. NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (Org). **Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos**. Rio de Janeiro EdUERJ, 2014.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Coisas Ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 4ª edição, 2001.
- CARDOSO, Athos Eichler. **As Aventuras de Nhô Quim e Zé Caipora. Os Primeiros Quadrinhos Brasileiros 1869-1883**. Brasília, Senado Federal, 2002.
- CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CIRNE, MOACY. **Literatura em quadrinhos no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/Nova Fronteira, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro. Editora Brasiliense, 1986.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- COBEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: LUCA, Tânia Regina de. MARTINS, Ana Luiza. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.
- COSTA, Carlos. **A revista no Brasil do século XIX: A história de formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro**. São Paulo: Alameda, 2012.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: UNESP, 2005. *E-book*.
- DARATIOTO, Francisco. Política externa na Primeira República: entre continuidades e mudanças. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. *E-book*.
- EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso In: LUCA, Tânia Regina de. MARTINS, Ana Luiza. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.
- EWALD, Ariane. **Crônicas folhetinescas; o renascimento da vida moderna no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.
- FONSECA, Maria da Conceição Vinciprova; PEREIRA, Adilson. Verdade, ética e politicamente incorreto a partir de The Story Liitle Black Sambo. In: MELLO, Maria Elizabeth Chaves de; FELLOWS, Maria Ruth Machado; KLEIMAN, Olinda (Orgs.). **Cruzamentos de olhares Brasil/Europa: entre experiências literárias e textualidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Abralic, 2018.
- GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1993.
- GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: ALBERTI, Verena; GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves (coord). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). **O Brasil imperial. v. 2: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HABERMANS, Jürgen. **Mudanças estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1870: Programa, Mito e Realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. & RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitaria da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996. E-book.

LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N) ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Ilustração (1884-1892): circulação de textos e imagens entre Paris**, Lisboa e Rio de Janeiro. São Paulo: Unesp, 2018. *E-book*.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: LUCA, Tania Regina de. MARTINS, Ana Luiza. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREL, Marco. As transformações do espaço público: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). In: \_\_\_\_\_. **Em nome da opinião pública: a gênese de uma nação**. São Paulo: Hucitec, 2005.

\_\_\_\_\_. Da gazeta tradicional ao jornal de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: **Livros e impressos - Retratos do setecentos e do oitocentos**. Org. NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2009.

MOYA, Álvaro de. **História da História em quadrinhos**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na primeira República**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Claudia de. **A iconografia do moderno: a representação da vida urbana**. In: OLIVEIRA, Cláudia; VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: \_\_\_\_\_ (org.). **História da Vida Privada**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIZZINI, Irma. Pequenos Trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. *E-book*.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

ROSA, Zita de Paula. **O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

SÁ, Dominiche de Miranda. **A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996. *E-book*.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**. 10ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em comum**. Editora Schwarcz, São Paulo:1998.

VALDEMARIN, Vera Teresa. O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SAVIANI, Dermeval et.al. **O legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2017, p.111. *E-book*.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Letramento e Escolas. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz; GOMES, Flávio. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 293-97.